

FEMINISMO E O PT

Trajetórias e desafios políticos

Eleonora Menicucci • Fernanda Estima • Maria Luiza da Costa •
Silmara Conchão • Tatau Godinho • Vera Soares



Este livro apresenta uma experiência ímpar, a organização e participação ativa das mulheres tendo o Brasil como território e o Partido dos Trabalhadores (PT) como instrumento de atuação na cena brasileira.

Feminismo e o PT é uma construção coletiva, do mesmo modo que a história de luta das mulheres e de um partido nascido das lutas sociais.

Deve ser constante a batalha contra a desigualdade, os preconceitos, a violência, o patriarcado, o racismo e a exploração na sociedade.

Na mesma intensidade, deve ser constante a luta por democracia, justiça, participação política, conhecimento e criação de consciência, igualdade das mulheres no mundo do trabalho e na economia, por mudanças sociais indispensáveis nas distintas esferas da vida. Construir essas pautas para o conjunto do partido e no quadro da política do país é um desafio a muitas mãos.

Neste primeiro volume da Coleção Nalu Faria estão reunidas autoras comprometidas com o feminismo e com o PT. Seus textos representam o bom combate em várias frentes, sempre com a presença no movimento feminista, desde a formação do partido, passando pela Constituinte, campanhas presidenciais de Lula e Dilma Rousseff, chegando até às conquistas e vitórias institucionais que alcançam todas as mulheres brasileiras, como o combate ao feminicídio, a Lei Maria da Penha, e garantias como as leis de proteção ao trabalho e a igualdade salarial.

A história mostra vitórias importantes, mas ainda temos muito a ser feito.

A Fundação Perseu Abramo (FPA) e a editora Hucitec se uniram para trazer ao público uma contribuição importante. Além dos textos, vale ressaltar a presença de uma bela pesquisa iconográfica, com imagens históricas que compõem a memória e a história de luta das mulheres. Que tudo possa servir para fortalecer a rebeldia com que as mulheres brasileiras têm sido protagonistas neste caminho de batalhas do presente e do futuro.



FEMINISMO E O PT





FEMINISMO E O PT

Trajetórias e desafios políticos

Eleonora Menicucci
Fernanda Estima
Maria Luiza da Costa
Silmara Conchão
Tatau Godinho
Vera Soares

**HUCITEC
EDITORA**



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Diretores: Elen Coutinho, Mônica Valente, Naiara Raiol, Alberto Cantalice,
Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,
Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl,
Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Pesquisa iconográfica: Vanessa Nadotti (CSBH-FPA)

Revisão: Angélica Ramacciotti e Claudia Andreotti

Diagramação: Antonio Kehl

Capa: Antônio Kehl sobre foto “Mulheres na
Campanha Lula Presidente de 1989”. (foto Vera Jursys)

Hucitec Editora

Direção editorial: Mariana Nada

Produção editorial: Kátia Reis

Assessoria editorial: Mariana Terra

Circulação: Elvio Tezza

Feminismo e o PT : trajetórias e desafios políticos /

F375 Eleonora Menicucci, et. al. – São Paulo : Fundação

Perseu Abramo ; Hucitec, 2024

192p. (Coleção Nalu Faria, v.1)

ISBN 978-85-8404-475-7 Hucitec

ISBN 978-65-5626-145-4 Fundação Perseu Abramo

1. Feminismo 2. Políticas públicas 3. Ações afirmativas
4. Lutas das mulheres 5. Partido dos Trabalhadores 6. Socialismo
I. Título II. Menicucci, Eleonora III. Costa, Maria Luiza da
IV. Soares, Vera V. Conchão, Silmara VI. Estima, Fernanda
VII. Godinho, Tatau

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Hucitec Editora Ltda.

Rua Dona Inácia Uchoa, 209

04110-020 – São Paulo – SP

Telefone: 55 11 3892-7772 / 3892-7776

lojahucitec.com.br

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 – São Paulo – SP

Telefone: 55 11 5571-4299

www.facebook.com/fundacao.perseuabramo

X.com/fpabramo

Nalu Faria: quem é esta mulher?

A feminista Nalu Faria se foi e herdamos a responsabilidade de seguir seus ensinamentos na política, nas lutas das mulheres, na incessante crença de construir o feminismo internacionalista, focado na América Latina e na força do mulherio.

Não é exagero das companheiras Tica Moreno e Maria Fernanda Marcelino, em artigo publicado após a partida de Nalu, quando afirmam “que muito do que é o feminismo popular hoje – no Brasil, na América Latina e no Caribe e internacionalmente – tem as mãos, o coração, a mente e a energia militante de Nalu Faria (1958-2023)”.

E para essas (e muitas outras) jovens militantes, “Nalu foi dessas pessoas extraordinárias que sabemos reconhecer quando cruzam nossos caminhos, com a característica singular de que Nalu não apenas cruzava, mas ficava com a gente, construindo juntas os caminhos”.

Sua partida foi notícia no Brasil e fora dele, mas ela nasceu mineira de Água Comprida; do interior partiu para o mundo e foi, sem dúvida, uma das mais influentes e importantes feministas para as lutas das mulheres. Perdemos Nalu em 6 de outubro de 2023, aos 64 anos, e é ainda hoje impactante lembrar que não a temos mais fisicamente conosco. Mas se engana quem acredita que ela possa ser esquecida. Nem ela, nem as bandeiras que empunhou pela vida toda.

Poucos dias após sua partida, no dia 10 de outubro de 2023, durante mais uma reunião do grupo que tem discutido e formulado a presente publicação, a presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (FPA) e coordenadora desse projeto, Eleonora Menicucci, anunciou que a coleção, ora lançada com esta primeira edição, seria batizada de Nalu Faria: “se esse grupo já está comprometido com essa publicação, dobra nosso compromisso, dada a competência e comprometimento de Nalu e sua intelectualidade”. Com essa inspiração, seguimos na construção da história das mulheres do PT e do nosso feminismo petista, que teve Nalu também na sua construção.

Nalu foi o tipo de mulher que ensinava o bom combate, que acreditava na força das mulheres, que gostava de construir um movimento ‘bonito e colorido’, que tinha apreço por uma estética popular que contemplasse a resistência feminista. Um trabalho longo, incansável e incessante, muitas vezes com poucas possibilidades de bons prognósticos. Mas uma líder não desanima e não deixa as demais desanimarem. Muitos anos antes do bordão “ninguém solta a mão de ninguém”, nos longínquos anos 1980 e 1990, a atuação da companheira já mostrava que estava neste mundo para somar, multiplicar e modificar.

Foi psicóloga, atuou toda sua vida para mudar a vida das mulheres, conseguiu avançar em vários momentos da história política e social de nosso país, da América Latina e do mundo, até porque seus sonhos eram para mudar todo o planeta. Coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF), nunca desistiu de nenhuma luta. Fez parte da construção e direção da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido das Trabalhadoras e Trabalhadores (PT), integrou a direção nacional do partido e também o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (FPA). A sua presença foi fundamental para a construção e a elaboração política da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Atuou na Frente Brasil Popular, na Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, na ALBA Movimentos e na Assembleia Internacional dos Povos, apostando na construção do feminismo popular como parte das alianças estratégicas com movimentos populares mistos. E discutia conjuntura política e econômica, propostas para o Brasil, de integração regional e soberania dos povos, de luta anti-imperialista, sempre a partir do feminismo. Esse é um dos grandes legados de Nalu para a esquerda: é preciso superar a

visão de que o feminismo é um capítulo à parte da luta socialista, como se fosse algo “específico”, apenas subordinado à luta “geral”.

Desde o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), nos anos 2000, Nalu atuou na construção deste movimento que segue em marcha até que todas nós sejamos livres e soberanas de nossas vidas. No cotidiano da Marcha, ela cultivava a proximidade e empatia pelo que falavam tantas e variadas mulheres, das cidades, das roças, ribeirinhas, indígenas, negras. Com a escuta atenta sempre em primeiro lugar, conseguiu elaborar debates fundamentais, como o da defesa da justiça ambiental, da natureza, dos saberes das mulheres, de uma outra formatação da própria humanidade. E, por isso, reconhecemos todo esforço e investimento que ela fazia na prática da educação popular feminista.

Participou ativamente das lutas de nossa sociedade, das Américas, foi reconhecida internacionalmente, seja por construir uma trajetória de união com os movimentos sociais mais variados, por apostar na formação política e na literatura como instrumentos para modificar realidades ou porque nunca deixou de estar nas ruas, marchando e construindo sonhos de uma outra vida para todas nós. E, por isso, sempre defendeu a importância de que nós estudássemos sobre a história das feministas socialistas, sua construção internacionalista e seus debates, “a história das mulheres que lutaram na independência de seus países e contra a escravidão; a história das organizações das mulheres, das diferentes correntes do feminismo e das teorias, mas também a história de grupos de mulheres nos bairros”.

Com sua partida, somos milhares de militantes órfãs de nossa liderança mais iluminada, mas também somos aquelas que manterão acesa a chama da revolução feminista, socialista e democrática. Por isso, é com grande orgulho que temos hoje a *Coleção Nalu Faria*, uma ‘femenagem’ justa e do tamanho que tinha nossa companheira.

A chama da revolução feminista segue conosco, e nossa tarefa é cumprir as tarefas que Nalu acreditava serem fundamentais para mudar o mundo e a vida das mulheres. Nalu Faria, presente, hoje e sempre.

Fernanda Estima

Editora da Revista Teoria e Debate

secretaria de mulheres

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA





Sumário

Nalu Faria: quem é esta mulher?	5
<i>Fernanda Estima</i>	
Resgate da história do feminismo no PT	13
<i>Gleisi Hoffmann</i>	
História e memória na construção das lutas	17
<i>Elen Coutinho e Vanessa Nadotti</i>	
Mulheres do PT: para o mundo sair do lugar	19
<i>Anne Moura</i>	
Introdução	21
<i>As organizadoras</i>	
Entre lutas e conquistas: construindo feminismo no PT	27
<i>Tatau Godinho</i>	
Mulheres, Constituinte e o Partido dos Trabalhadores (PT)	63
<i>Vera Soares</i>	
Ações afirmativas e a participação das mulheres no PT	113
<i>Maria Luiza da Costa</i>	
O impacto do feminismo na formulação das políticas públicas no PT	143
<i>Eleonora Menicucci e Silmara Conchão</i>	
Sobre as autoras	185



SEMINÁRIO NACIONAL DA TRABALHADORA RURAL

REFORMA AGRÁRIA

SEMINÁRIO NACIONAL DA TRABALHADORA RURAL

SEMINÁRIO NACIONAL DA TRABALHADORA RURAL

SEMINÁRIO NACIONAL DA TRABALHADORA RURAL

SEMINÁRIO NACIONAL DA TRABALHADORA RURAL

Resgate da história do feminismo no PT

A história da luta das mulheres no Brasil e do nosso protagonismo na política está fortemente entrelaçada à trajetória do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT), desde os movimentos que levaram à fundação do partido, em 1980, até os dias de hoje. A luta pelo reconhecimento de direitos e conquista do espaço das mulheres, no âmbito do partido que nasceu para enfrentar as desigualdades, impulsionou o feminismo e a conscientização da sociedade sobre nossa luta, além dos avanços ainda incompletos, mas fundamentais, na legislação eleitoral brasileira, no reconhecimento de direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988 e nas políticas públicas de nossos país em diversos aspectos.

O recorte histórico do feminismo no Brasil a partir da experiência do PT é o foco deste livro da Fundação Perseu Abramo (FPA), que inaugura a *Coleção Nalu Faria*, justíssima homenagem a uma das mais destacadas militantes do feminismo e do socialismo no Brasil. Se me coube a honra de ter sido eleita, em 2017, a primeira mulher presidenta de um partido de esquerda e de massas em nosso país, em que a paridade de gênero é exercida em todas as instâncias de direção, isso se deve à luta de Nalu e de incontáveis mulheres petistas que levantaram essa bandeira, em condições muito mais difíceis do que vivemos hoje. Foram as pioneiras no enfrentamento do machismo e da desigualdade que nos trouxeram até aqui.

É incontestável que em nenhum outro partido político no Brasil as mulheres tiveram presença e atuação tão marcante quanto no PT. E nenhum outro ofereceu ao país tantas lideranças femininas em pouco mais de quatro décadas de existência. Pelo PT foram eleitas as primeiras prefeitas de Fortaleza (CE), Maria Luiza Fontenele, e São Paulo (SP), Luiza Erundina; a primeira governadora negra do país, Benedita da Silva, no estado do Rio de Janeiro; a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, entre tantas companheiras de valor. Temos a maior bancada feminina na Câmara dos Deputados e em muitas assembleias legislativas e câmaras municipais espalhadas pelo país.

Nossas primeiras prefeituras e governos estaduais já implantavam instâncias administrativas voltadas para mulheres, desde as coordenações iniciais até as secretarias de Mulheres; e no primeiro dia de governo, em 2003, o presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, hoje Ministério da Mulher. Mas esta é uma história que precisa ser estudada e contada desde suas origens, para que possamos aprender com os obstáculos enfrentados e seguir superando os muitos que ainda temos pela frente.

Uma das grandes qualidades deste livro é o resgate, por meio de documentos e testemunhos, do calor dos debates sobre a participação das mulheres na base e nas instâncias do PT ao longo tempo. É o que nos permite constatar, por exemplo, que o consenso em torno de ações afirmativas, como as cotas que levaram à atual paridade, teve de ser construído primeiramente entre os grupos e movimentos de mulheres petistas. Foi preciso aprender que garantir espaços para mulheres não era uma concessão nem um exotismo, mas uma imposição de democracia correspondente a nossa presença no mundo. Foi depois de debater essa questão em três encontros nacionais de mulheres que conquistamos, no I Congresso Nacional do PT, em 1991, a cota de 30% nas instâncias de direção.

Para se ter uma ideia do quanto essa conquista iria incidir sobre a vida interna do PT, o livro nos revela que havia apenas cinco mulheres entre os 80 membros eleitos para o Diretório Nacional um ano antes. A efetivação da política de cotas, na qual nosso partido foi pioneiro no Brasil, não foi um processo fácil nem isento do machismo travestido de ironia e dos preconceitos que marcam nossa sociedade formada no patriarcalismo. Mas foi essencial para o aprendizado e evolução das mulheres petistas, que não seria possível

de outra maneira. Mesmo assim, foram necessárias mais duas décadas de luta para conquistarmos a paridade de gênero nas instâncias de direção, no IV Congresso Nacional do PT, em 2011.

O pioneirismo do PT influenciou a conquista de maiores espaços femininos em outros partidos, nos sindicatos e organizações da sociedade, e incidiu, com certeza, nos avanços da legislação eleitoral que levaram ao crescimento da representação feminina no poder legislativo. A conquista de cotas de 30% para as candidaturas femininas nos partidos e a distribuição proporcional dos recursos do Fundo Eleitoral para essas candidatas fez com que o número de deputadas federais eleitas passasse de 51, em 2014, para 91 nas eleições de 2024. É uma representação ainda muito insuficiente, menos de 20% do total, mas este avanço não teria ocorrido sem o exemplo do PT e o empenho de nossas deputadas.

Outra importante contribuição deste livro é iluminar um aspecto característico do feminismo petista: sua relação direta com a dura realidade das mulheres militantes dos movimentos sociais. Mulheres trabalhadoras, da cidade e do campo, mães sujeitas a jornadas múltiplas de trabalho, à exploração e à violência, que viam sua participação política tolhida por necessidades básicas, como cuidar dos filhos, da casa, do sustento da família. Naquelas circunstâncias, a luta das mulheres começava, por exemplo, pela simples organização de creches nas reuniões partidárias, como acontecia em tantos de nossos núcleos fundadores.

Esta relação desde a origem com os movimentos sociais foi determinante na formulação de políticas públicas nos governos petistas, em todos os níveis, e nas propostas que levamos à Assembleia Constituinte e ao Congresso Nacional. Ela se reflete no papel preponderante conferido às mulheres em programas como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronaf Mulher e na titulação da Reforma Agrária, e nas leis das trabalhadoras domésticas e da Igualdade Salarial, que se somam à Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio na história dos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma.

Ao se afirmar como um partido nascido para lutar contra todas as desigualdades, o PT aprendeu desde o berço que a opressão e a violência contra as mulheres é uma das faces perversas da desigualdade imposta pela desigualdade de classes num país capitalista. O feminismo petista recebeu a contribuição

de muitas militantes, intelectuais e ativistas, mas é importante destacar que, assim como nosso partido, foi construído por mulheres do povo.

Conhecer a história do feminismo no PT e nossos desafios, por meio deste livro e dos que virão a seguir, é uma grande contribuição para o debate, pela qual parabenizo a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a presidenta de seu Conselho Curador, companheira Eleonora Menicucci. Nosso desafio é avançar cada vez mais nessa direção, honrando uma das consignas da companheira Nalu Faria: “Não existe socialismo sem feminismo”, assim como “não há feminismo sem socialismo”.

Gleisi Hoffmann

Presidenta Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)

História e memória na construção das lutas

Em agosto de 2023, a Fundação Perseu Abramo (FPA), sob a coordenação de Eleonora Menicucci, presidenta do Conselho Curador, deu início aos trabalhos para a criação da *Coleção Nalu Faria*, sobre a luta das mulheres e o feminismo no PT. A construção dessa publicação fez um desenho dos caminhos da elaboração feminista no Partido dos Trabalhadores (PT), evidenciando uma trajetória entrelaçada com a construção do partido, onde diversas correntes feministas impulsionavam o debate sobre temas fundamentais para a vida das mulheres e para a construção de uma sociedade mais justa.

Como forma de contribuir para a construção histórica da Coleção, a equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política da FPA (CSBH-FPA), realizou uma extensa pesquisa no acervo físico da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, sob sua guarda, organizando uma separata de documentos simbólicos da luta das mulheres no interior da Secretaria e no PT. A equipe consultou as 20 caixas-arquivo, aproximadamente 8 mil documentos, e separou cerca de 600 registros para consulta. Todos eles foram digitalizados para auxiliar na pesquisa e produção de conteúdo para o primeiro volume da *Coleção*.

Após essa etapa, a equipe do CSBH fez um trabalho de consulta dos periódicos que foram editados pela Secretaria Nacional de Mulheres (SNM) e que

hoje integram o acervo, digitalizou e publicou na base de dados. Ter o acervo da SNM disponível para consulta pública é um passo importante na preservação e difusão da memória de luta das mulheres no interior do PT.

Foram digitalizadas as edições que temos em nosso acervo do *PT Informa – Mulheres, Mulheres, Boletim das Mulheres do PT*, e quatro edições do Encontro Internacional de Solidariedade entre Mulheres. Ao todo, são 47 jornais disponíveis na base de dados do Centro de Memória para consulta, que contribuem de maneira fundamental para dar visibilidade à pauta das mulheres, suas lutas, militância e construção do próprio PT.

Os jornais tinham mulheres à frente da edição, muitas das quais feministas que vieram militar na SNMPT e no PT, são documentos que atestam a importância da imprensa alternativa feminista, representativos historicamente, pois nos informam sobre o papel da imprensa na construção de novas perspectivas sobre as mulheres e suas lutas, além da própria militância de todas dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas estratégias de luta.

Portanto, a iniciativa desta fundamental obra sobre as mulheres no interior do PT movimentou e mobilizou a equipe e um imenso volume de documentação sob a guarda do Centro de Memória. O resultado deste trabalho contribui para recontar essa história de luta e, também, enriquecer ainda mais o trabalho permanente do acervo para organização e difusão da história do PT. Mais de 600 registros da SNMPT estão disponíveis ao público, além das 47 edições dos jornais mencionados acima, e também uma variedade de cartazes e fotografias que podem ser consultados *online*. Acesse essa rica história por meio do endereço www.fpabramo.org.br/csbh.

Elen Coutinho

Diretora da Fundação Perseu Abramo

Vanessa Nadotti

Coordenadora do Centro Sérgio Buarque de Holanda –
Documentação e Memória Política da FPA

Mulheres do PT: para o mundo sair do lugar

Este livro é uma síntese dos passos dados pelas mulheres petistas lá atrás, que fizeram o mundo sair do lugar para chegarmos até aqui. E isso só é possível porque somos um partido orgânico, dinâmico, nacional e comprometido com a justiça social e a igualdade de gênero.

As novas gerações podem lançar mão das reflexões e aprendizados da trajetória feminista dentro do PT para seguir fazendo história e transformando a realidade de milhões de brasileiras. Com a convicção de que a luta para fora também começa aqui dentro, criando, ampliando e fortalecendo instâncias como as Secretarias de Mulheres enquanto espaços de elaboração, acolhimento e resistência.

Essa obra é inovadora porque não é apenas o registro histórico, o que já daria peso e pertinência para a sua publicação; mas oferece também uma profunda análise dos contextos políticos e sociais que as mulheres enfrentaram nas últimas décadas, deixando pistas e reflexões sobre as armadilhas que o patriarcado e o capitalismo insistem em colocar em nossos caminhos recorrentemente, principalmente quando se trata de retrocesso nas conquistas e retirada de direitos em momentos de crise política e/ou econômica.

Portanto, diante da máxima “basta uma crise para que os direitos das mulheres sejam retirados”, aqui temos as vozes das mulheres que fundaram o PT,

atravessaram períodos conturbados e complexos, enfrentaram essa sentença e mantiveram a luta feminista de pé. E, destarte, fizeram de nosso partido uma referência de vanguarda na igualdade de gênero, tanto em suas políticas internas, quanto nas políticas públicas dos governos sob nossa gestão, mesmo diante dos contextos mais desafiadores.

É com essa compreensão e deferência que apresentamos esta publicação, na certeza de que temos um longo caminho pela frente, mas não partimos do zero; somos resultados da dedicação, determinação e abnegação de muitas companheiras antes de nós e seguiremos juntas, unidas, feministas e petistas até que todas sejamos livres.

Anne Moura

Secretária Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT)

Introdução

Ao lançar o primeiro volume da Coleção Nalu Faria, *Feminismo e o PT: trajetórias e desafios políticos*, reunimos textos que buscam debater os percursos da elaboração do feminismo no Partido dos Trabalhadores (PT), uma referência importante para subsidiar debates e discussões em relação a vários temas recorrentes no partido, com a perspectiva de uma continuidade, possibilitando abarcar a diversidade dessa trajetória. Neste volume, intencionalmente, foram abordados vários aspectos e temas presentes nos anos iniciais do PT, uma reflexão sobre como o debate do feminismo foi sendo elaborado, com a perspectiva de termos outros volumes que possam apontar para temas específicos desta construção. Essa publicação, de certa forma, revisita questões que estão presentes no livro *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*, publicado¹ pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 1998.

Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) é fruto de um amplo processo de mobilização de vários setores da sociedade, entre eles as mulheres que, desde os primeiros momentos, atuavam para tornar realidade esse que é considerado o maior partido de esquerda do Brasil, e que continua

¹ O livro pode ser acessado no link: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mulher_e_politica.pdf. [N.E.]

sendo uma referência da luta por um país radicalmente democrático, soberano e com igualdade.

Uma das características que marcaram as décadas de 1970 e 1980 é a forte presença do movimento feminista, e no PT – onde diferentes correntes do feminismo se expressavam – essa presença foi central.

No dia a dia do partido estavam aquelas que retornaram do exílio ou da clandestinidade, as que saíram das prisões da ditadura ou militantes do movimento de mulheres contra a carestia, de clubes de mães, trabalhadoras rurais, sindicalistas, de organização das mulheres negras, publicações feministas, entre outras.

O comum nas diferentes trajetórias era o compromisso de trazer para o interior do partido as pautas feministas para fortalecer esse debate no PT, inserido em um projeto de construção partidária que tinha como horizonte o socialismo. Uma palavra de ordem que sintetiza essa época é: “Não há socialismo sem feminismo”.

Ter um registro dos desafios políticos e organizativos enfrentados pelas mulheres na elaboração da concepção do feminismo no PT contribui para lembrar e dialogar sobre a importância e a relevância desse trabalho. Ao sistematizar aspectos significativos das discussões e dar visibilidade e reconhecimento à peculiaridade do processo de construção do feminismo no PT e do que foi o legado das mulheres para a construção do partido e do feminismo, temos a expectativa que os textos possam dialogar com todas aquelas pessoas que em nosso país acreditam que uma sociedade efetivamente democrática e igualitária não se fará sem as distintas expressões políticas que a luta das mulheres fez emergir. Esperamos que as discussões possam ser utilizadas como referência para militantes feministas, para ativistas das muitas pautas que investem em uma mudança social libertária e com igualdade. Em especial, aspiramos dialogar com as jovens ou todas aquelas e aqueles que ingressaram recentemente no partido, retomando os desafios e os pontos principais dos debates que aconteceram nos primórdios do trabalho de mulheres do PT e que novos militantes e estudiosos/as possam compartilhar e se apropriar deles.

O sujeito político dessa publicação é o PT, suas lutas e sua história. Retomar e registrar debates importantes na construção do partido interpelam nossas indagações e desafios para o presente e o futuro.

O caminho percorrido para chegar ao lançamento de *Feminismo e o PT: trajetórias e desafios políticos* foi longo. O ciclo de reuniões preparatórias para as publicações feministas nasceu da iniciativa de Eleonora Menicucci, presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (FPA), e foi acolhida pela direção da Fundação. A primeira reunião aconteceu em 29 de agosto de 2023, com a participação de Eleonora Menicucci, do diretor da FPA, Carlos Árabe e da então vice-presidenta, Vívian Farias. Também participaram: pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política, Vanessa Nadotti; pelo Núcleo de Opinião Pública, Vilma Bokany; a editora da Revista *Teoria e Debate*, Fernanda Estima; também Rogério Chaves e Raquel Costa, respectivamente coordenador editorial e assistente editorial da FPA; além de Vera Soares, Marilane Teixeira, Laisy Molière, Junéia Batista, Conceição Nascimento, Tatau Godinho, Silmara Conchão e Maria Luiza da Costa. Em reuniões seguintes, tivemos também participações de Teresa Cristina Sousa, Suely Oliveira, Matilde Ribeiro, Ivete Garcia, Elen Coutinho, da diretoria da FPA, e Ludmilla Lima Barreto, representando a Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

O grupo reuniu militantes que há anos se dedicam ao trabalho de mulheres do PT, em distintas arenas, para debater propostas de conteúdos a serem abordados na publicação. O período de discussão foi muito rico. Inúmeras reflexões trazidas aos textos vieram dos momentos em que debatemos documentos produzidos pelas mulheres do PT e trouxemos à memória momentos vividos no trabalho político realizado no partido.

No processo, foi fundamental o apoio que as participantes do grupo receberam por parte dos integrantes do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política, em especial de Vanessa Nadotti, que foi essencial para os primeiros passos da publicação e sempre nos atendeu com atenção e prontidão e nos proporcionou o acesso a documentos preciosos para o trabalho de pesquisa e redação dos textos.

Após um período de discussão do que seriam os temas e os conteúdos abordados na publicação, foi constituído um grupo de trabalho responsável pela redação². Vale ressaltar que, mesmo tendo responsáveis pela escrita de cada artigo, o processo de discussão foi coletivo e cada participante do grupo,

² Grupo de redação composto por Eleonora Menicucci, Maria Luiza da Costa, Vera Soares, Silmara Conchão, Fernanda Estima e Tatau Godinho.

a seu modo, deu sua contribuição; por isto os textos, embora assinados, contemplam as contribuições do grupo de trabalho.

Um aspecto importante a ser destacado é que a presente publicação se caracteriza por ser uma coletânea e não um texto único, portanto, podem ser lidos na sua totalidade e com diferentes perspectivas. Assim, cada autora fez uma contextualização do período no qual estão inseridos os temas analisados.

Os artigos refletem aspectos desta trajetória de construção do feminismo e não têm a mesma temporalidade. Os textos sobre feminismo, constituinte e ações afirmativas centram seus relatos e discussões principalmente nos anos 1980/90. Em algumas passagens mencionam situações fora desse período, mas o foco vai até o 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT, realizado em 1991. O texto sobre políticas públicas destaca temas que avançam até os dias atuais.

Com o tempo, as categorias de análise e a linguagem se transformam, mas por se tratar de um texto que retrata os debates e discussões que ocorreram há décadas, optamos por fazer uso de termos e linguagem que eram utilizados na época. Apesar de guardar algumas diferenças em relação ao período, todos os textos articulam três eixos – gênero, classe e raça –, tendo em conta que a luta das mulheres é a luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras, que uma pauta central das mulheres no partido é a articulação entre socialismo e feminismo, e a centralidade da superação de todas as formas de opressão, discriminação e desigualdades.

No texto “Entre lutas e conquistas: construindo feminismo no PT”, buscou-se fazer um debate sobre os anos iniciais do Partido dos Trabalhadores (PT). Discutimos a grandeza do feminismo do PT e no PT e o quanto esse foi um debate primordial. Abordamos também aspectos de como a organização de mulheres do partido foi construída e a importância de se ter no país um movimento de mulheres forte, massivo e independente. Ressalta-se uma visão de feminismo militante vinculada à luta socialista, articulado com o debate geral do feminismo e a construção de um campo no movimento centrado na mudança da situação de opressão das mulheres; bem como as contradições desse debate.

Em “As mulheres, a constituinte e o Partido dos Trabalhadores”, buscamos apontar a participação do PT no processo da elaboração da Constituição Federal de 1988, mostrar a potencialidade e a radicalidade daquele período,

ressaltando como o partido buscou articular a luta institucional com as lutas sociais, com a forte presença dos deputados e deputadas nos movimentos sociais; indicando a presença do movimento de mulheres para interferir nos debates; e como algumas questões daquele período estão presentes até hoje. Destacamos as principais propostas que o PT apresentou e as contribuições que as mulheres deram a essas propostas.

No artigo “As ações afirmativas e a participação das mulheres no PT”, tratamos da luta pela ampliação da participação política das mulheres no Partido dos Trabalhadores (PT), uma luta pioneira nos partidos políticos em nosso país: para tanto, revisitamos as discussões e argumentos que fundamentaram as ações afirmativas e a política de cotas, a organização interna das mulheres e os desafios enfrentados para sua implementação.

Em “O impacto do feminismo na formulação de políticas públicas no PT”, apresentamos a concepção de política de Estado e do por que ter o feminismo dentro da política estatal, enfatizando a importância de se ter um organismo de política para as mulheres e o tipo de estrutura que defendemos, considerando que o Estado não é neutro do ponto de vista de gênero, de classe e de raça. Pontuamos a questão histórica e algumas ações marcantes desse período. O texto apresenta uma visão de como as políticas foram se consolidando e as mulheres do partido que participaram das diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal) intervieram para implementá-las.

Temos a expectativa de que esse livro contribua para instigar nossa história coletiva, que inspire e anime as militantes que estão chegando para dar prosseguimento a essa longa jornada, fortalecendo a auto-organização das mulheres no partido e nos movimentos, fomentando o debate feminista, reafirmando a necessidade incontornável de avançar nas agendas trazidas pelas lutas das mulheres.

As organizadoras



Entre lutas e conquistas: construindo feminismo no PT

Tatau Godinho

A participação e a presença das mulheres na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) é marca singular na história dos partidos políticos no Brasil. Com sua militância, as mulheres se colocaram o desafio de construir um partido em que o compromisso de romper com as desigualdades de gênero fosse uma ação cotidiana, para além das menções nos documentos e programa do partido.

A partir de meados dos anos 1970, o Brasil viveu um intenso processo de mudanças políticas. As fissuras que vão se acumulando no regime militar [1964-1985] deixaram entrever um descontentamento social que se distribuiu para além de organizações locais. Foi um período de grande efervescência política, de contestação à ditadura militar, da formação de movimentos populares massivos. Essa é uma história já conhecida. Com origens e trajetórias diferentes, tais movimentos – o sindicalismo combativo, as várias vertentes dos movimentos populares urbanos, o movimento estudantil, movimento negro, movimento de mulheres, movimento pela anistia, as lutas no campo etc. – participaram de um intenso processo de mobilização que marcou o período de transição da ditadura para a chamada “Nova República”.

As mudanças no perfil da sociedade brasileira impactaram de forma significativa a situação das mulheres. Com o intenso processo de urbanização,

concentração populacional em bairros populares nas periferias das grandes cidades ou em comunidades, com o fortalecimento e expansão de uma classe trabalhadora industrial se estabelecendo em municípios em torno das capitais, houve uma ampliação das demandas no setor de serviços e crescimento explosivo de reivindicações, diante de um enorme arrocho salarial e de concentração de riqueza. Com diversidades regionais, esse foi o caldo onde se desenvolveram grandes movimentos de bairro, movimentos populares em torno de demandas sobre condições de vida. Ganham destaque os movimentos contra o alto custo de vida, protestos contra a carestia, mas também em torno de demandas por serviços sociais, como habitação, transporte, saúde, os movimentos de luta por creches, boa parte envolvendo prioritariamente mulheres.

A imprensa alternativa resistente à censura ampliou sua difusão; formam-se contestações diretas ao regime como o movimento pela anistia; aos poucos, o movimento estudantil retomou espaço público nas universidades; espaços de discussão acadêmica ganharam contorno de crítica social e política; os resultados das eleições de 1978 mostraram que o sistema bipartidário imposto pela ditadura já se encontrava bastante abalado. É um período de renovação da militância de esquerda no país que encontrou e construiu caminhos nesse novo caldeirão que voltou a mobilizar a luta social no Brasil, em que novos e antigos militantes vão se engajar.

Notícias, informações das dinâmicas de organização das mulheres, dos novos temas e questionamentos levantados pelo feminismo se disseminaram na atuação das mulheres inseridas nessas brechas de organização social. Com algumas atividades anteriores, é entre 1975 e 1980 que foram ganhando fôlego iniciativas que fermentaram a organização das mulheres como movimento: a criação de jornais feministas de imprensa alternativa, a formação do Movimento Feminino pela Anistia, a proposição feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 1975 como ano internacional da mulher, a forte presença das mulheres nos movimentos populares de base, onde setores progressistas da Igreja Católica tinham grande presença na organização das mulheres, muitas vezes a partir dos Clubes de Mães, nas mobilizações de luta por creches, nos movimentos contra a alta do custo de vida. Nesse contexto, também retomaram a atuação militantes políticas que, presas durante os anos de repressão, iam saindo da prisão. Em especial, após 1979, com a Anistia, retornam ao Brasil

exilados políticos com diferentes expectativas e experiências; entre eles, militantes mulheres que traziam na bagagem uma experiência com o movimento e os debates feministas, em particular, na Europa. Nas distintas atividades também se envolveram militantes de esquerda que permaneceram no país de forma clandestina ou semiclandestina, compondo essa rede de ativistas de origens e orientações diversas que estavam presentes na oposição à ditadura. As formas de organização das mulheres foram se multiplicando: “no início dos anos 1980, chegavam a quase uma centena os grupos feministas espalhados pelos principais centros urbanos do país”. Tanto no Brasil como em países da América Latina, “as mulheres se fizeram e se fazem sentir através de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta”¹.

É nessa forte confluência de uma rica mobilização de mulheres nos movimentos populares, nos bairros, nas lutas cotidianas por condições de vida, com um debate feminista fomentado principalmente por militantes de esquerda e oriundas da luta contra a ditadura, que se reorganiza o movimento no Brasil, forçando uma agenda inovadora na sociedade, construindo uma “*politização do gênero*”, como caracterizado por Sonia Alvarez, quando o que se consideravam questões privadas, pessoais ou do âmbito familiar passam a ser objeto de reivindicação política. Entre nós, o reconhecimento das mulheres como sujeito é um processo forjado na sua presença significativa nos movimentos populares no final da ditadura e nos primeiros anos da chamada “Nova República”². Vale lembrar as semelhanças com vários países da América Latina, com as peculiaridades de cada formação social, em que os processos de luta e organização das mulheres cresceram profundamente vinculados à resistência aos regimes políticos ditatoriais que se espalhavam pelo continente³.

¹ V. Soares, “Movimento feminista. Paradigmas e desafios”, em Revista *Estudos Feministas*, n. especial, 2/1994. p. 15.

² S. Alvarez, “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”, em A. Stepan (org.). *Democratizando o Brasil*; p. 316.

³ Houve uma forte retomada das mobilizações das mulheres a partir da década de 1960 em praticamente todo o mundo. Na América Latina, nos anos 1970 e 1980, essas mobilizações se vincularam em sua maioria às lutas contra os regimes ditatoriais em cada país. Sobre esse processo em alguns países, ver a coletânea organizada por J. M. Pedro e C. Wolff, *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Também a coletânea organizada por J. Jaquette, *The Women's Movement in Latin America: Participation and Democracy*.

A riqueza e singularidade desta nova dinâmica de organização das mulheres como movimento criou uma demanda de mudança radical nas relações sociais, exigiu nova forma de ver o mundo, trouxe um novo sujeito para a luta política que não se propunha a ser apenas um interlocutor, mas um sujeito que se apresentava incontornável às distintas organizações políticas, não apenas aos partidos, cobrando mudanças em seu funcionamento, em suas pautas, na sua representação e em seu projeto geral para a sociedade.

É nesse contexto que vai se formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Desde seus documentos iniciais, o partido faz questão de explicitar essa origem que será reiterada e reconhecida ao longo de sua história, como aparece na *Declaração Política* (outubro, 1979) aprovada pela Comissão Coordenadora Provisória do Movimento pelo PT:

A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos Contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas⁴.

Uma história e uma formação que não é linear. A diversidade dos processos de formação do PT nos diferentes estados e regiões do país também se expressa na experiência da atuação e dos enfrentamentos vividos pelas mulheres petistas.

O objetivo deste texto é refletir sobre os anos de formação do PT e de formação do feminismo no PT. Abordando as discussões, tensões e desafios vividos na construção de uma identidade feminista para o partido, no momento em que o PT também se organizava e enfrentava os dilemas da disputa de projetos políticos para o país saindo da ditadura, o texto vai se concentrar nas questões que estavam presentes na elaboração e na organização das petistas nesse primeiro momento que corresponde aos três primeiros encontros

⁴ “Declaração Política. Comissão Coordenadora Provisória do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”, 13 de outubro de 1979. *Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos, 1979-1988*, p. 55. Todos os textos oficiais dos Encontros e Congressos do PT terão a página referida nesta publicação. Na bibliografia, ao final, encontra-se o *link* do documento específico, sempre que disponível no Acervo digital do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo (CSBH-FPA).

nacionais das mulheres, até o I Congresso Nacional do PT, realizado em 1991. Não se pretende, com esse texto, trazer um balanço geral da construção partidária ou a história do feminismo no PT, mas refletir sobre elementos que constituíram uma visão de feminismo vinculado a um projeto político partidário e alguns desafios vividos na relação com o movimento.

Desafios das mulheres do PT

Os documentos elaborados pelas mulheres petistas nos primeiros anos de formação do partido buscaram expressar uma posição coletiva, de um coletivo que se formava, e apresentaram, em grande parte, uma agenda de trabalho recorrente: introduzir e elaborar para o conjunto do partido uma compreensão do que é e como opera a opressão das mulheres; organizar uma visão do partido sobre o movimento de mulheres no Brasil; dinamizar um processo de auto-organização das mulheres no partido; e comprometer o PT com a agenda de demandas apontadas pelo movimento⁵.

Essa agenda se inseria, por sua vez, em um desafio muito maior. Era preciso disputar a política defendida pelo PT, ou seja, implicar todo o partido na ideia de que seu projeto para o país, sua perspectiva de mudança social, de enfrentamento do capitalismo não seria integral, e nem mesmo efetivo, se não incorporasse o feminismo na centralidade da sua luta.

A luta das mulheres não divide a classe trabalhadora. Sem feminismo não há socialismo

A relação entre feminismo e socialismo teve destaque nas duas primeiras décadas nas discussões e na organização das mulheres no PT. O partido como um todo estava construindo sua identidade, sua visão sobre a luta social no Brasil, seu sentido de classe, envolvendo as perspectivas de mudança futura para articular sua ação. Profundamente enraizado nas lutas sociais no país,

⁵ PT-Mulheres. *Mulher e PT. Uma proposta de discussão e trabalho*. Comissão de Mulheres – PT São Paulo, 11 de junho de 1981 (mimeo); 1º Encontro Nacional sobre Movimento de Mulheres, 1982. Relatório e Textos Preparatórios; 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, 1988. Relatório e Texto-base. Acervo CSBH-FPA.

o *Manifesto* de fundação, aprovado em 10 de fevereiro de 1980, afirma que o “PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”, atuando para que “o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”⁶. Em diferentes formulações, os debates sobre o caráter do PT e sua perspectiva socialista estavam presentes desde o primeiro momento. Uma síntese de como ocorriam as discussões pode ser encontrada pela primeira vez nos documentos do partido no discurso feito por Lula, na 1ª Convenção Oficial, em 27/09/1981. Atendendo aos requisitos da legislação, a Convenção Oficial formalizou os resultados do 1º Encontro Nacional do PT, realizado em agosto daquele ano.

Respondendo também às críticas existentes fora do âmbito partidário, de que o PT não se posicionava explicitamente, o discurso de Lula declara que o partido defende uma sociedade que, “como diz nosso programa, terá de ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?” E enfatiza o caráter aberto desta perspectiva, afirmando que “o socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia a dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT”⁷.

O horizonte da discussão era, por um lado, com as tradições da esquerda no Brasil e setores da intelectualidade que viam com desconfiança a novidade que o projeto de um partido dos trabalhadores como o PT introduzia no quadro partidário familiar à esquerda em geral e, em particular, no caso brasileiro. Mas era também um debate interno, tanto da formação e concepção de partido como da identidade de seu programa.

No bojo desses debates, para as militantes mulheres era preciso convencer o partido de que a luta e a organização das mulheres não dividiam os trabalhadores como classe. Tarefa central dessas militantes era mostrar que – essa luta e essa organização – precisavam ser incorporadas pelo conjunto do partido na coluna vertebral de seu programa, como necessidade estratégica na mobilização da luta social e instrumento de mudança geral. A questão traz elementos

⁶ PT-“Manifesto de Lançamento”. Aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, 1998, cit. p. 65-7.

⁷ “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores”, em 27/09/1981. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, p. 113-14.

muito concretos para o cotidiano da atuação política da esquerda como um todo – partidos, organizações sindicais, organizações do movimento social e popular, intelectualidade –, e permanece central e desafia a construção do partido ainda hoje. Vale ressaltar que não se trata exclusivamente de uma questão teórica. Ela se manifesta na construção prática das prioridades políticas, das reivindicações em cada momento, da explicitação ou ocultamento das propostas nos momentos eleitorais; e também nos conflitos e contradições gerados na vida pessoal dos militantes, dirigentes e ativistas diante da perspectiva de mulheres como protagonistas e que traziam temas incômodos.

A tensão que a organização das mulheres e as exigências políticas trazidas pelo feminismo encontradas na formação do PT expressavam um conflito importante, também experimentado pelas mulheres com a esquerda e os movimentos sindicais fora do Brasil nas duas décadas anteriores, nos anos 1960 e 70, como mostra a história do feminismo particularmente nos países europeus, mas também na América do Norte⁸. Os embates, naquele contexto, eram – como ainda são entre nós – tanto entre uma visão de *luta principal/luta secundária*, ou a definição recorrente de “prioridades táticas” que deixam as reivindicações das mulheres sempre no final da fila, ou ainda a desqualificação reiterada de que as mulheres não estão preparadas para a direção. Naquele primeiro momento, o incômodo causado pelas pautas e cobranças trazidas à superfície pela nova dinâmica do feminismo e da organização das mulheres gerou conflitos diretos e encontrou muitas vezes uma barreira explícita à sua incorporação nos partidos, sindicatos e organizações políticas.

No Brasil, a construção do PT ocorre um pouco depois, no contexto dos anos 1980. Seja por sua peculiar formação, profundamente vinculada às lutas dos movimentos sociais do período para além do movimento sindical operário, seja pela multiplicidade de vertentes políticas da esquerda presente na formação do partido, ou ainda pela atuação persistente das militantes, é fato que, com toda a dureza das contradições vividas no cotidiano, o PT foi um

⁸ Para uma visão sobre os embates da luta das mulheres no campo da esquerda nos anos 1960-1970 no contexto europeu e dos Estados Unidos, ver G. Eley, *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*; A. Davis, *Mulheres, raça e classe*; M. Abreu, *Feminismo no exílio. Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*.

terreno fértil para o a construção de uma visão de feminismo, de organização política da luta das mulheres profundamente inovadora. Essa inovação só foi possível pela forte presença de militantes feministas que, na diversidade de suas trajetórias e identidades políticas, se dedicaram incansavelmente a essa tarefa: debater com o partido, articular e divulgar uma compreensão das diversas formas de opressão, ao mesmo tempo forjando uma visão política da desigualdade de gênero e da necessária construção das mulheres como sujeito político, da sua organização no interior do partido e em um movimento forte e autônomo. Um desafio gigante.

A questão aparece repetidas vezes nos encontros e reuniões das mulheres no partido, nos folhetos divulgados pelas mulheres do PT, em textos esparsos de revistas ou atividades de formação reiteradas no período. Fazer a vinculação das lutas, projetá-las em um todo de mudança social, foi marca de todo esse período, e vale ser recolocado hoje, em novos termos e novos contextos, como tarefa central do feminismo petista. Com a linguagem e o contexto dos anos 1980, o primeiro documento mais sistemático da Comissão de Mulheres do PT de São Paulo se joga nessa tarefa: “Logicamente, a opressão das mulheres na sociedade capitalista não está desligada da opressão de classe, mas se articula com ela. O movimento de mulheres não é, pois, um espaço isolado da luta de classes e das lutas políticas”⁹. E segue no compasso de mostrar que não há, que não pode haver, contradição entre luta geral e luta específica.

Daí a insistência de que o partido incorporasse essa visão em seus documentos principais. Desde reconhecer que as discriminações não são secundárias, sem estabelecer hierarquia nas lutas e explicitá-lo, como declara seu *Programa de Fundação* (1980) que o “PT considera que as discriminações não são questões secundárias”, como também reafirma que lutará pela sua superação “com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isso, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura”¹⁰. Assim, é recorrente registrar e reiterar o compromisso do partido juntamente com essa

⁹ PT-Mulheres. “*Mulher e PT. Uma proposta de discussão e trabalho*”.

¹⁰ PT-“Programa”. Aprovado na reunião nacional de fundação do PT, realizada em 31 de maio e 1º de junho de 1980, e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, p. 71.

compreensão da integração das lutas. No 4º Encontro Nacional do PT (1986), onde aparece uma elaboração mais detalhada do projeto defendido, se reafirma:

O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas por diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas – como das mulheres, dos negros, das nações indígenas etc. – indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia; deve engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação do País e construir uma sociedade efetivamente nova; deve, também, englobar movimentos de caráter cultural, nacional ou ambiental (...) ¹¹.

Junto a isso, ao longo dos encontros e das discussões coletivas do partido, em cada momento foram introduzidas as reivindicações e demandas do movimento de mulheres e da conjuntura, como igualdade na legislação sobre a família, o trabalho e a sociedade; questões relacionadas ao trabalho e igualdade de direitos como para as trabalhadoras domésticas; salário igual para trabalho igual. Aspectos centrais da autonomia pessoal das mulheres também estão presentes já nos primeiros documentos ¹²:

As mulheres têm de possuir os meios para escolher se querem ou não ter filhos, o que implica o reconhecimento da função social da maternidade, o oferecimento de meios contraceptivos seguros e um atendimento médico permanente em todas as fases de sua vida ¹³.

De maneira geral, nos momentos em que as resoluções nacionais do PT abordavam uma concepção sobre a opressão vivida pelas mulheres ou quando

¹¹ PT-4º Encontro Nacional do PT – 1986. “Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88”. Encontro realizado em 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1986. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, p. 255.

¹² A publicação *Feminismo e a organização das mulheres petistas*, organizada pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT e a Escola Nacional de Formação, traz uma seleção cuidadosa dos trechos presentes nos documentos dos Encontros Nacionais do PT, até o IV Congresso Nacional do partido em 2007.

¹³ PT-“Plataforma Eleitoral Nacional. Trabalho, Terra e Liberdade”. 2º Encontro Nacional do PT – 1982. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, p. 123. As eleições de 1982 foram no nível federal para Senado e Câmara Federal; no nível estadual (governo, deputados e deputadas estaduais); e municipal (prefeitura, vereadores e vereadoras).

indicavam propostas para a intervenção nas conjunturas, elas estão, sistematicamente, apresentadas em um bloco onde também se destaca o enfrentamento aos preconceitos e à desigualdade racial, à opressão sobre os povos indígenas e à homossexualidade¹⁴. Vale a pena chamar a atenção para o fato de essa relação entre classe, raça-etnia, gênero e sexualidade estarem sempre referidas e associadas ao escopo de mudança social proposto no horizonte do partido. A inter-relação entre classe, raça e gênero vai se aprofundando nas discussões do partido como uma necessidade de compreender e enfrentar as distintas formas de opressão na sociedade brasileira, embora sua incorporação nas elaborações do partido nem sempre apareçam como um acúmulo do conjunto.

No 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, o enfrentamento ao racismo tem destaque especial apresentando o posicionamento do PT sobre o centenário da abolição, em resolução específica que reforça a denúncia feita pelo movimento negro sobre a farsa da democracia racial.

O encontro seguinte, 6º Encontro, discutiu as bases para o Plano de Ação de Governo (PAG) para as eleições de 1989, e apresenta todo um capítulo específico,

¹⁴ No discurso de Lula, proferido na Convenção Oficial, que registra o 1º Encontro Nacional do PT (1981), aparece em um bloco intitulado “Com os negros, as mulheres e os índios” (p. 109). Na Plataforma Eleitoral Nacional, “Terra, Trabalho e Liberdade”, para as eleições de 1982, é o sétimo dos 12 blocos, chamado “Somos todos iguais: chega de discriminação” (p. 123). No 3º Encontro (1984), voltado prioritariamente a questões organizativas, há apenas a menção do compromisso com as discriminações sociais “de raça, cor, sexo e idade” (p. 156). Em janeiro de 1985, no Encontro Nacional Extraordinário focado na avaliação da conjuntura (Campanha das Diretas, posição frente ao Colégio Eleitoral, Malufismo, fim do regime militar; plano de ação para a constituinte), a questão não aparece. O Plano de Ação Política, aprovado no 4º Encontro Nacional em 1986, apresenta novamente, de forma mais extensa, item sobre o enfrentamento às opressões das mulheres, dos negros, das nações indígenas, como reproduzido acima, afirmados, junto com outras questões, em um propósito de constituir “uma visão de mundo e de uma prática política efetivamente libertária” (p. 255-6). E aponta propostas específicas para a ação de governos do PT, nas áreas de saúde integral das mulheres, no enfrentamento à violência, no que hoje vemos como políticas de cuidados, na atenção a crianças, jovens e idosos (p. 285). O 4º Encontro também aprova a realização de um encontro de mulheres do partido para discutir e apresentar subsídios para a posição do PT na Constituinte. O 5º Encontro (1987) menciona a necessária incorporação da perspectiva dos movimentos das mulheres, dos negros, dos jovens dos homossexuais à visão de socialismo (p. 317), referindo-se com destaque ao feminismo; e novamente remete a esses movimentos (p. 335 e 337). O 6º Encontro (1989), que discute as bases para o Plano de Ação de Governo (PAG) para as eleições de 1989, é o documento mais detalhado dessa época e apresenta todo um capítulo específico, “Por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais” (p. 415-17). Ver *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*.

“Por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais”, e outro bloco sobre o enfrentamento ao racismo¹⁵. Elaborado como propostas para um governo do PT, vincula a luta pela igualdade à democratização radical do Estado, organizando um bloco de cinco metas para a igualdade, propondo-se a criação de um Ministério ou Secretaria Especial para sua articulação na estrutura do Estado.

A consigna, “Não há socialismo sem feminismo”, se mostrou como uma síntese forte e mobilizadora. Ao mesmo tempo em que colocava em primeiro plano a perspectiva de um socialismo libertário, questionava o economicismo presente nos acúmulos tradicionais da esquerda sobre a classe trabalhadora, pretendia chamar a atenção das direções quase exclusivamente masculinas, ecoava a legitimidade da plataforma e das novas questões trazidas pelo feminismo, e se alinhava às disputas para fortalecer a identidade do PT com a luta socialista. Com certeza, nela cabiam as distintas compreensões do “socialismo petista” e dos caminhos para a mudança em disputa no partido. A memória histórica da organização das mulheres socialistas, bem como o diálogo com o pensamento que buscava compreender a opressão das mulheres nas sociedades capitalistas, são retomados como uma referência importante para pensar as mudanças e a renovação de um pensamento socialista que se queria feminista.

A discussão sobre a visão de socialismo defendida pelo PT foi muito recorrente nas duas primeiras décadas do partido. Permaneceu sempre uma discussão em aberto, não apenas por conviverem militantes e correntes formadas em distintas tradições políticas, ou pela preferência, de boa parte do partido, por evitar definições políticas ou aprofundamentos teóricos, e com certeza também pela tensão e polêmicas existentes na arena internacional.

Nas diversas vertentes da esquerda que participavam da formação do PT havia, de forma mais ou menos definida, múltiplas visões de feminismo e de sua articulação com projetos socialistas. Inseridas também nesses debates e em diferentes posições no quadro partidário, as militantes petistas se viam diante da necessidade de construir elementos de unidade para fortalecer sua ação no partido.

Como já registrado, os debates feministas e essa nova dinâmica do movimento de mulheres trouxeram outros temas e demandas que exigiam uma

¹⁵ PT-“As bases do PAG. Plano de Ação de Governo”, para as eleições de 1989. Capítulo: “Por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais”. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, p. 415-18.

renovação de pautas tradicionais dos partidos políticos, ao mesmo tempo em que colocavam em xeque propostas de construção e organização partidária. Essa exigência de renovação e os desafios por ela trazidos não foram, e não são, restritas ao PT e nem mesmo aos partidos políticos. As discussões e a própria participação das mulheres não se faziam sem conflitos. Desvendar as desigualdades vividas pelas mulheres no âmbito público, buscar as explicações de como se inseriam nas relações de classe e nas dinâmicas de exploração associava-se à cobrança de um estatuto político para as relações no âmbito privado ou, ainda que público, pouco presente nos debates da esquerda.

São várias as questões aqui envolvidas. Apenas anunciar um compromisso com a igualdade entre mulheres e homens, denunciar a opressão racial e sobre as manifestações da sexualidade, reconhecer que o partido se constrói em diálogo com as discussões e demandas trazidas pelos movimentos como expressavam os documentos nacionais do partido, sem dúvida não era – e não é – suficiente. No caso específico do feminismo, são colocadas sobre a mesa questões que soavam, até então, bastante estranhas ao cotidiano dos partidos: o questionamento da opressão e a violência existentes nas relações afetivas e familiares; a busca de uma manifestação livre e autônoma da sexualidade, com reconhecimento das suas distintas formas de expressão; a falta de autonomia das mulheres sobre seu corpo, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva; a compreensão das desigualdades no trabalho no conjunto da exploração capitalista e como isso se associa à extensiva divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico; as tensões vividas pelas mulheres nas disputas de poder na sociedade e, com certeza, no interior dos partidos e organizações políticas.

Com distintas expressões e concretizadas em bandeiras e reivindicações específicas, são questões que a organização das mulheres introduz no cotidiano e cobra respostas. Por certo, ainda não se utilizavam todos os conceitos e elaborações que foram se construindo com os debates no campo dos movimentos sociais, seja no feminismo, na luta LGBTQIA+, as questões relativas às orientações e identidade sexual, na luta antirracista ou, ainda, as demandas por participação e reconhecimento trazidas pela organização dessas lutas dentro do PT. Portanto, o sentido aqui não é descontextualizar os debates e os desafios que vão se colocar para o partido ao longo de sua construção e tampouco pretender que todas as questões já estavam presentes na forma

como se apresentam hoje. Entretanto, é preciso apontar e reconhecer que, indubitavelmente, os debates centrais da época são ainda atuais e cobram uma renovação dos desafios de PT.

Trazer à tona a exigência de romper com a inaceitável separação entre o mundo público e o privado, como isso se expressa nas distintas dinâmicas da dominação capitalista traz, para dentro do partido, uma riqueza inquestionável para a construção de seu programa, ao mesmo tempo em que tensiona e questiona sua construção, suas direções e seu funcionamento. A dificuldade em compreender o caráter consubstancial das opressões de gênero, de raça e de classe permanece como um desafio. Na maioria das vezes ainda são vistas como lutas isoladas, específicas, exclusivas de uma identidade social, sem sua vinculação estrutural como lutas de enfrentamento ao capitalismo. Os trabalhos de Elizabeth Souza-Lobo trouxeram, já no início do PT, a importância da vivência diferenciada de gênero na constituição da classe, a dinâmica estrutural da divisão sexual do trabalho e da reprodução social na formação capitalista¹⁶. Compreender a dinâmica de classe, raça e gênero como relações sociais e, portanto, históricas, implica ver como sua dinâmica situa as relações de dominação e opressão em cada período e a especificidade das formações sociais. Assim, dar consequência política à interpretação da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais¹⁷ permanece um desafio atual, na medida em que não se trata apenas de acrescentar categorias ou variáveis à análise das realidades, mas dar conta de que essas relações sociais se enraízam em uma base material de desigualdades, são centrais na forma como se organiza o capitalismo, apresentam campos de conflito e resistência conformando lutas e relações de poder, que também se manifestam em contradições entre os sujeitos sociais coletivos, como grupo, e nas relações interpessoais.

Essa perspectiva também se coloca na identificação política da proposta de feminismo, do seu lugar na construção do movimento social e das disputas de projeto na sociedade, na exigência de se construir uma agenda e uma intervenção política do feminismo associada à busca por mudanças estruturais. Assim, a palavra de ordem “Não há socialismo sem feminismo”, cuja lembrança

¹⁶ E. Souza-Lobo. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*.

¹⁷ D. Kergoat. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos Estudos* Cebrap, p. 93-103.

coletiva registra ter sido divulgada inicialmente pelas feministas petistas do Rio Grande do Sul, também pode ser interpelada na ordem inversa, a partir da visão de feminismo. Qual a perspectiva feminista a ser defendida pelo PT?

Não há feminismo sem socialismo

Defender que a igualdade, um horizonte de liberdade, sem discriminações, precisa estar no centro de um projeto de sociedade também se colocava para a definição do que seria uma visão de feminismo. Vindas de distintas experiências, políticas, sociais, de regiões do país, o que se registra nos debates, nos documentos, em panfletos, nos primeiros encontros de mulheres do PT, é uma perspectiva reiterada de compreender e explicitar como as mulheres e suas lutas “se integram, ao mesmo tempo em que ampliam o campo da luta anticapitalista”. E que a construção e permanência de movimentos populares fortes, massivos, mobilizados – não apenas das mulheres, mas, na linguagem da época, também dos negros, da juventude etc. – “é um fator essencial na luta democrática pela construção do socialismo”¹⁸.

A partir desta compreensão aguda da necessidade de vinculação orgânica das lutas, de não hierarquizar as distintas formas de opressões e exploração, de articular todo o debate de mudança social e da luta de classes presentes no PT com uma perspectiva feminista, vão se colocar diferenças de visão e conflitos no movimento de mulheres. Mais uma vez, é preciso lembrar que também no interior do PT os processos de organização eram múltiplos, com inserções e características desiguais nas diferentes regiões do país, significando também experiências particulares das militantes do PT com o movimento de mulheres. É nessa multiplicidade que se buscava construir no partido uma visão compartilhada de feminismo.

As experiências regionais no processo de construção do PT envolviam uma base social que poderia ser bastante distinta em cada estado. Essa base variava conforme a maior ou menor presença do movimento sindical urbano organizado ou de trabalhadores e trabalhadoras rurais e dos movimentos de

¹⁸ PT-Mulheres. “*O PT e a luta pela libertação das mulheres*”. 2º Encontro de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, 1988 (mimeo). Acervo CSBH-FPA. O acervo reúne também documentos preparatórios aos encontros de mulheres de diversos estados.

luta pela terra; da militância de movimentos populares urbanos em torno de diferentes demandas; do grau de envolvimento da Igreja Católica e suas organizações de base; da presença ou não de partidos inseridos com força no campo popular¹⁹.

No bojo de uma perspectiva de romper os limites de uma democracia restrita, a exigência era, e ainda é, ir muito além da luta por direitos e cidadania das mulheres. Com certeza, permanece uma questão fundamental. Gênero, raça e etnia, classe, orientações e identidades de gênero plasam desigualdades que seguem expressas na restrição de direitos e em uma cidadania mutilada. O que se colocava, e permanece atual, são limites desse horizonte.

Divergências na conjuntura

A conjuntura política do país demarcava campos em disputa, não apenas na visão de feminismo, mas também na organização do movimento de mulheres e seus alinhamentos no período. Se no final da década de 1970, e início de 1980, a oposição à ditadura colocava em uma articulação comum os mais variados setores da luta democrática no Brasil, o momento era também de se vislumbrar os diferentes projetos de sociedade, de mudança social, de perspectiva econômica. Foi o momento de formação dos novos partidos, mas não se tratava simplesmente de se posicionar diante da reorganização partidária que derrubou o sistema bipartidário da ditadura como, às vezes, aparece nos relatos sobre as divergências que vão se apresentando nos fóruns do movimento popular e da luta democrática; o horizonte é bem mais amplo, visto que o posicionamento sobre projetos políticos de país atravessa toda a sociedade. Essas definições se refletiam no movimento de mulheres, em suas pautas, nas prioridades, na visão da relação com o Estado, nas divergências sobre como se posicionar na conjuntura, como se postar diante dos novos governos estaduais eleitos a partir de 1982 e, principalmente, do governo federal que resultou da derrota do movimento das Diretas Já. Sobre a mesa estavam também as discussões do modelo de Constituinte, as eleições para prefeitos nas capitais e

¹⁹ Como Brizola no Rio de Janeiro ou Miguel Arraes em Pernambuco, por exemplo. Também das relações com os setores da esquerda que, até meados da década, ainda atuavam quase todos dentro do PMDB.

municípios que o regime militar considerava de segurança nacional, as opções exigidas pelo novo calendário eleitoral do país, entre outras. E logo adiante, as primeiras eleições presidenciais, em 1989.

A questão da estrutura do Estado no período pós-ditadura mobilizou de forma importante o movimento de mulheres no Brasil. É fato que a enorme presença das mulheres nas mobilizações sociais, a pressão das mobilizações feministas, as mudanças demográficas, sociais e culturais que foram se acumulando nas décadas anteriores, levam governos, partidos, instituições públicas a ter que responder a essa nova demanda²⁰. Sem risco de exagero, pode-se dizer que as diferentes ativistas ou correntes no feminismo que se mobilizavam no Brasil tinham acordo de que era indispensável exigir que o poder público respondesse de forma direta às novas reivindicações trazidas pelas mulheres. Diante disso, coloca-se a questão de repensar aspectos da própria organização do Estado. As eleições de 1982, primeira eleição direta de governos estaduais, vão precipitar a definição de posições concretas²¹, que se conformaram em duas propostas. Uma delas era o modelo de um Conselho da Condição Feminina, como se chamou em São Paulo, e que previa a formação de um grupo de ativistas, especialistas, oriundas do movimento, indicadas individualmente – isto é, não se apresentavam como representantes do movimento –, que teria a função de propor ações ao governo e fazer a interlocução com o movimento. Não era um organismo de participação social ou de controle, como seriam as propostas de conselhos de participação nas mais distintas áreas que foram se generalizando nos anos posteriores.

²⁰ S. Alvarez, “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”.

²¹ O Jornal *Mulherio* (ano 2, n. 10, 1982; 1983a; 1983b) registra de forma bastante vívida a construção dessas posições, que acabaram se consolidando em duas propostas. Aglutinando a maioria das proponentes identificadas com o campo partidário do PMDB, ainda que não fossem todas filiadas, consolidou-se a proposta de que a atuação dentro do Estado deveria ser por meio de Conselhos das mulheres (Conselho da Condição Feminina, como se chamou em São Paulo; ou Conselhos dos Direitos das Mulheres, nos demais estados). As militantes identificadas com o PT, grosso modo, defendiam que se deveria criar uma estrutura de governo e não um “grupo do movimento” para atuar dentro do Estado, portanto, não um conselho, mas organismos de Executivo como as secretarias, ministérios. Os números do Jornal *Mulherio* podem ser acessados no repositório da Fundação Carlos Chagas: Disponível em: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/>. É importante atentar que a discussão, aqui, naquele momento, não era sobre participação social, mas sobre a estrutura do Estado para políticas para as mulheres.

A outra proposta era a criação de uma estrutura dentro dos governos, como parte da organização de ação executiva, para propor, elaborar e encaminhar em conjunto com as distintas áreas de governo as políticas para as mulheres. Ou seja, deveriam ser equivalentes aos demais órgãos de governo, como secretarias, ministérios. Essa foi a proposta defendida por grande parte das militantes petistas, questionando que o modelo de Conselhos de Direitos das Mulheres (ou da Condição Feminina) como apresentados nesta visão criou uma estrutura de governo ambígua, atuando como *lobby* do movimento dentro do Estado. Um modelo que, por um lado, tendia a comprometer, sem explicitar, a autonomia do movimento; por outro, era parte do governo sem se apresentar, tampouco, como tal²². A realidade em cada estado era diversa e a relação das petistas com os Conselhos desta época podia ser de maior proximidade em alguns estados²³, podendo haver articulação das mulheres do PT na atuação e composição dos Conselhos.

Em 1982, o PMDB elegeu um número expressivo de governadores²⁴. Os dois primeiros Conselhos com esse formato e concepção foram criados nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Em janeiro de 1985, ocorre a eleição indireta de Tancredo Neves (PMDB) no Colégio Eleitoral, sendo a presidência assumida pelo então vice José Sarney²⁵, e foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Com isso, esse modelo de Conselhos dos Direitos das Mulheres passou a ser hegemônico no país, implantado em grande parte dos estados.

A proposta de organismos de executivo responsáveis por propor, elaborar, articular e implementar políticas para as mulheres como parte da estrutura executiva do governo só vai começar a se concretizar a partir de 1988, quando o PT conquistou vários governos municipais e, de forma tímida, foram

²² PT-Mulheres. “*O PT e a luta pela libertação das mulheres*”. 2º Encontro de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Acervo CSBH-FPA.

²³ Podemos citar, em particular, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Alagoas.

²⁴ Nas eleições de 1982, o PMDB elegeu nove governadores. Nas eleições de 1986, elegeu 22 governadores dos então 23 estados brasileiros. TSE. Eleições anteriores. Resultados. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGU4MTNjZGUtZTZhMi00ZjBhLWI2ZjQtMmQ4ZWU2ZDVlNWQ5IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVlMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>. Acesso: 29 ago. 2024.

²⁵ Eleito no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, Tancredo Neves adoeceu e faleceu sem tomar posse como presidente. A presidência da República foi assumida por José Sarney.

implantados em geral como Coordenadorias. Um debate sempre difícil dentro de cada governo do PT e que só ganha, de fato, reconhecimento a partir de 2003, com a vitória de Lula para a presidência da República.

Construir o movimento em torno de lutas

A construção do feminismo como processo de luta, profundamente enraizado nos movimentos sociais e nas lutas populares impulsionou a formação do trabalho de mulheres do PT. A participação das mulheres no partido se originava nas várias vertentes que formaram o partido, dos movimentos sociais e lutas nos bairros, organizações da Igreja Católica, ativistas sindicais, trabalhadoras rurais. Qualquer lista será inevitavelmente incompleta, mas vale a pena sempre lembrar a enorme participação das mulheres na luta social no país. Com uma presença destacada de militantes que já vinham de uma atuação no feminismo que se reorganizava no Brasil nos anos de luta contra a ditadura e no período de transição, a organização das mulheres no PT se colocava de forma orgânica/sistemática a tarefa de construção de um movimento de mulheres massivo, radicalizado, capaz de fortalecer as mulheres como sujeito dos processos de transformação no país.

Respondendo a essas exigências, algumas questões são recorrentes no período: a relação entre partido e movimento e a construção de um movimento autônomo; quais as principais lutas e agendas a serem implementadas; quais as formas preferenciais de organização do movimento. Aqui também se destacavam as avaliações e propostas sobre a presença das mulheres nas organizações mistas, em particular nos partidos políticos e sindicatos, mas também em outros movimentos populares. Esse leque de questões que permeava de forma recorrente os encontros, congressos, publicações, mesas de debate e avaliações sobre o movimento de mulheres na época, aparece em número significativo de textos sobre o período e traz avaliações com poucas variações entre as feministas petistas. Longe de pretender abordar o conjunto do debate, queremos apontar aqui algumas das questões mais recorrentes nas discussões que moviam as militantes envolvidas na construção do PT.

A proposta de organização própria dos movimentos populares, a não aceitação de sua subordinação orgânica aos partidos políticos e ao Estado, ou seja, a

defesa da autonomia dos movimentos, esteve presente no PT desde o seu início. Essa posição, originada na crítica à atuação dos partidos comunistas tradicionais e à relação das organizações sindicais brasileiras com o Estado, teve como foco principal a história dos movimentos operários e sindicais, mas não se restringia a eles. Embasava uma concepção mais geral de relação do partido com os movimentos populares²⁶. Confortáveis com essa posição que afirmava a autonomia dos movimentos, para as petistas tratava-se mais de construir na prática partidária essa concepção em relação ao movimento de mulheres. Era necessário divulgar e consolidar no partido uma visão geral sobre a importância do movimento de mulheres, afirmar que o processo de auto-organização das mulheres – indispensável para a construção coletiva de um sujeito político e para destampar o véu sobre as dinâmicas pessoais e individuais da opressão – não dividia a luta. Ao mesmo tempo, compartilhar e construir um compromisso do partido com a agenda proposta pelo movimento. E, finalmente, incentivar a participação das militantes petistas nas múltiplas e distintas áreas de atuação do movimento popular.

Identificadas com essa concepção de autonomia, as militantes feministas do PT rejeitavam a tradição de construir uma organização específica vinculada ao partido para atuação no movimento de mulheres, ou seja, como se dizia, uma organização que fosse um braço do partido no movimento. Essa discussão, que tensionou os fóruns do movimento de mulheres durante todo o final da ditadura e o período de transição, colocava no alvo o questionamento do modelo de “Federação de Mulheres/Confederação” que, com nomes eventualmente diferentes, caracterizou a atuação dos partidos comunistas tradicionais durante o século XX²⁷.

Da mesma forma, rejeitava-se a proposta tradicional de “departamentos femininos”, identificada com o “velho” sindicalismo, como o formato de organização

²⁶ Os documentos e teses dos Encontros Nacionais do PT, durante todo o período, reafirmam à exaustão a importância da autonomia dos movimentos frente aos partidos e ao Estado. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*.

²⁷ A discussão sobre as formas de organização do movimento de mulheres marcou de forma muito aguda as mobilizações e fóruns do movimento de mulheres até quase o final da década de 1980, sendo o ponto central a recusa das propostas de Federações/Confederações e, de forma menos conflitiva, os departamentos femininos nos sindicatos. No final da década, a definição mais explícita de campos políticos e maior consolidação partidária deixava evidente como se alinhavam as propostas.

das mulheres dentro dos sindicatos. A crítica feita aos departamentos femininos é que partiam de uma prática de delimitação de espaços que separava as pautas levantadas pelas mulheres daquilo que era considerado a grande política. Para um novo sindicalismo se demandava uma inserção e organização ativa das mulheres. Na sua construção prática e nos posicionamentos no movimento, as militantes petistas se alinhavam com a ideia de formação de espaços ou instâncias sindicais ou no partido orientadas por outra visão²⁸: sem separação entre pauta/luta geral e pauta/luta específica e fortalecer a mobilização das mulheres.

Em 25 de janeiro de 1981, pouco antes do 3º Congresso da Mulher Paulista²⁹, uma convocatória feita pela secretaria geral do PT para uma reunião das mulheres, chamada para discutir a participação das militantes petistas naquele Congresso, se preocupa em explicar por que razão o PT não tem um “departamento feminino”, diferentemente de outros partidos. Faz a crítica à concepção desses departamentos e reconhece a necessidade de uma comissão de mulheres para trabalhar em conjunto com a direção. Sugere que todos os núcleos discutam os documentos daquele Congresso da Mulher Paulista e explicita a posição:

Além disso, sentimos necessidade de discutir a participação das mulheres no PT, na medida em que somos talvez o único Partido que não constituiu um departamento feminino. E se não temos um departamento feminino, não é porque não damos importância à luta das mulheres. Pelo contrário. É porque concebemos a participação das mulheres em nosso partido de maneira diferente. Desta forma, as

²⁸ A polêmica com as formas de organização, tanto de federações/confederações/organizações do movimento diretamente vinculadas aos partidos, assim como a contestação do modelo de “departamentos femininos”, se dirigia fundamentalmente às divergências com outras organizações partidárias presentes no movimento, como MR-8, PCDoB e o antigo PCB, já bastante fragmentado. A polêmica refletia, por outros caminhos, também as divergências sobre as pautas propostas para a organização das mulheres na tradição que se consolidou internacionalmente nos partidos comunistas após a década de 1930-1940.

²⁹ Em São Paulo, foram realizados três *Congressos da Mulher Paulista* que aglutinaram um grande número de participantes, sendo um marco importante da mobilização feminista. Entre os anos 1979, 1980, 1981 e 1982, o movimento de mulheres realizou grande encontros/congressos, massivos, em algumas capitais do país, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul. Os documentos dos estados, preparatórios para o “1º Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres”, realizado em 19 e 20 de junho de 1982, relatam as principais polêmicas e o envolvimento das petistas nesses encontros/congressos. Acervo CSBH-FPA.

mulheres discutem e participam de todos os problemas – e não só daqueles estritamente femininos – e os homens têm acesso à luta contra a opressão das mulheres. Se nosso programa tem posição contra a discriminação da mulher, esta posição é de todos os militantes do PT e não apenas da ala feminina³⁰.

A convocatória segue falando da participação das mulheres, nos núcleos e diretórios, e da formação de uma comissão para fortalecer e garantir a questão dentro do partido.

Essas duas questões apresentadas acima, a forma de organização no movimento e a concepção de organização interna ao partido, que hoje podem soar extemporâneas ou até não relevantes, foram determinantes para forjar uma visão do PT sobre o movimento de mulheres, definir parâmetros para a atuação da militância petista no movimento e compor, junto com outras questões, as bases para a organização das mulheres no PT.

O PT em seu conjunto é tributário do imenso processo de organização dos movimentos populares no país, desde o período de resistência e enfrentamento ao regime ditatorial. Não é diferente com o movimento de mulheres. O grande desafio que marcou a atuação das petistas nesse âmbito foi a construção de um movimento de mulheres de caráter feminista, massivo, enraizado, amplo, capaz de fortalecer as mulheres como sujeito político na sociedade, colado a um processo geral de mudança social. Com certeza houve, e ainda existem, diferenças de visão de como a construção do feminismo como força social se vincula ao conjunto das mulheres como sujeito desta luta. A compreensão reafirmada de que as opressões de gênero, de raça e de classe não podem constituir hierarquia de lutas traz, como correlato, a necessária perspectiva de construir os movimentos a partir de seus sujeitos concretos.

Com a amplitude da inserção e da identificação do PT como um instrumento de luta para os setores populares nas suas distintas vertentes e reivindicações – nos movimentos dos trabalhadores, na nova realidade dos movimentos rurais e urbanos que se organizaram no país – a presença dos ativistas desses movimentos conforma uma extensa rede de militância do partido. Ao longo dos anos 1980, com a formação das articulações sindicais que vão originar as

³⁰ PT-Mulheres. “Convocatória. A participação do PT no 3º Congresso da Mulher Paulista”. Jan. 1981 (mimeo). Acervo CSBH-FPA.

centrais, com as propostas de coordenações/articulações de distintos movimentos populares, e de lutas sociais como transporte, saúde, moradia, apenas para exemplificar alguns, esse panorama foi ganhando novos contornos. As militantes mulheres estão fortemente presentes em todos esses movimentos; em vários deles, são mesmo seu grupo mais destacado. Grande parte delas se identificavam com a disputa pela organização das mulheres e por suas pautas no interior de suas organizações. Colocavam-se como parte do movimento de mulheres e, cada vez mais como feministas, se mobilizam nos atos do 8 de Março, nas manifestações contra a violência de gênero, na exigência de atenção integral à saúde das mulheres, nas demandas por creches, nos protestos organizados nas ruas, buscam participar dos encontros e fóruns feministas. O que vai se formando aqui é um amplo campo de luta, de um movimento de mulheres enraizado, mobilizado, atuando em mobilizações ou grupos específicos e nas organizações mistas. Nesse campo, em que as mulheres transitavam entre movimento de mulheres, movimento sindical, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos movimentos populares, no partido, muitas pautas e perspectivas foram se consolidando, não de forma homogênea, certamente, mas formando fios condutores comuns, indispensáveis para uma identidade política com um feminismo que vai se construindo na luta social e nas necessidades concretas das mulheres.

Algumas questões se destacam nesse período e vão permanecer como centrais até a atualidade. Apontá-las não é pretender que são elaborações originárias do PT ou restritas às militantes petistas. Pelo contrário, é indispensável reconhecer o diálogo constante em diferentes interlocuções com companheiras ou coletivos que, independentemente de sua identificação partidária, compartilhavam seu tempo, seus estudos e sua dedicação com esse campo do movimento. Alguns eixos são centrais e vão envolver de forma direta a militância das mulheres petistas, como o enfrentamento às violências de gênero; as desigualdades no mundo do trabalho e a compreensão da extensão e importância da divisão sexual do trabalho na formação das desigualdades de gênero; a saúde reprodutiva, com a questão da criminalização do aborto e, naquele momento, uma intensa denúncia contra a esterilização de mulheres, especialmente as pobres e negras, bem como a elaboração da proposta sobre saúde integral das mulheres; as demandas sobre creches e a necessidade de

políticas para responsabilização pública sobre o trabalho doméstico; a crítica à educação diferenciada entre meninas e meninos. As abordagens foram se acumulando ao longo do tempo, as questões vão ganhando outros contornos, movidas por lutas cotidianas, tensionadas por pressões advindas de diversas vertentes do movimento popular, da conjuntura política do país e dos desafios para integrá-las de forma efetiva na ação do PT.

Um fio que percorre todo esse campo do movimento é o investimento na auto-organização das mulheres inseridas, e se querendo sujeito, nas disputas de projetos políticos diferentes presentes no país; perspectiva que demanda, necessariamente, participar de organizações mistas. Aqui surgia de maneira forte e explícita uma divergência com os setores do movimento feminista que questionavam a “autenticidade” do feminismo construído no interior ou em aliança orgânica com organizações mistas. Ou seja, inserido nos partidos políticos, nos sindicatos, nos movimentos e organizações no campo, em organizações mistas no movimento popular. Essa polarização se estendeu ao longo das décadas de 1980 e 1990. O que aparecia como um questionamento da “dupla militância”, refletia uma divergência mais profunda na visão entre teoria e prática feminista, de qual o projeto de mudança social identificado pelo feminismo.

Essa polêmica que se expressava de maneira muito forte nos fóruns do movimento era vivida de forma aguda pelas militantes petistas. No entanto, é evidente que para a visão de feminismo que as militantes petistas buscavam construir, tal polarização estava inscrita em uma realidade incontornável, na medida em que se associava, de forma inseparável, sua proposta de feminismo com uma disputa de projeto político para o país, de crítica ao capitalismo, tendo no horizonte uma perspectiva socialista.

Agora eu sou uma estrela: mulheres do PT

A organização das mulheres no interior do partido seguiu caminhos diferentes na sua formação, a partir das experiências das militantes e de peculiaridades na construção do PT em cada estado. Organizando-se inicialmente como núcleos ou comissões de mulheres, ou simplesmente grupo de mulheres ou outras denominações, destacavam-se três orientações ou tarefas: divulgar e debater o feminismo no PT; ser um espaço de organização das militantes

mulheres; discutir as questões em pauta no movimento e orientar a participação das petistas.

Com nuances diferentes, enfatizava-se mais uma proposta de organização ou outra: colocar-se como assessoria feminista para as direções partidárias ou ter a liberdade de discutir entre as militantes a opressão e as polêmicas no movimento; quais as possibilidades para se adequar à estrutura do PT, também em formação, sem repetir os equívocos apontados na crítica à tradição partidária da esquerda; o receio de que uma formalização organizativa impedisse a rebeldia necessária para atuar internamente e no movimento; quais tarefas priorizar para mobilizar o conjunto do partido; como se organizar para conquistar mais militantes mulheres para o feminismo³¹.

Ao longo dos processos de consolidação da estrutura organizativa do PT, essas instâncias foram se concretizando como secretarias de mulheres, sem se contrapor à organização de núcleos. O que importa destacar no debate existente é que, em nenhum dos casos, tratava-se de negar a necessidade de organização da militância feminista no interior do partido (ou dos sindicatos), mas de redefinir o seu caráter, com a prioridade de construir uma compreensão e atuação feminista fortemente inserida na vida do partido. Elemento indispensável dessa proposta é o fortalecimento das militantes mulheres.

No processo de maior estruturação do PT, prevaleceu o formato de instâncias vinculadas às direções executivas, inicialmente comissões, consolidando-se posteriormente como subsecretarias vinculadas à Secretaria de Movimentos Populares, até 1994 e, finalmente, Secretarias, a partir de 1995. Logo depois, as Secretarias Nacionais de Mulheres, de Combate ao Racismo e de Juventude passaram a ter assento nas Comissões Executivas.

Por um lado, construir uma identidade do PT com o feminismo demandava um trabalho cotidiano de discussão com o conjunto da militância, disputar a pauta junto às direções e em todos os momentos de decisão do partido,

³¹ Os 1º, 2º e 3º Encontros nacionais de mulheres do PT dedicaram um bom espaço para esta discussão de como se organizar no interior do partido. A questão aparece tanto nos textos e relatórios gerais como na preparação nos estados. Ver, entre outros: PT-Mulheres. *Mulher e PT. Uma proposta de discussão e trabalho*, SP, 1981; PT-Mulheres. “1º Encontro”, ver relatórios preparatórios dos estados, 1982; PT-Mulheres. *O PT e a luta pela libertação das mulheres*, 2º Encontro. Vitória, 1988; PT-Mulheres. *O PT e o feminismo*, RS, 1987. Acervo CSBH-FPA.

elaborar propostas e emendas às resoluções e documentos partidários, ou seja, disputar as orientações e a agenda política do partido. Ao mesmo tempo, isso só seria efetivo com o aprofundamento da identidade do maior número possível de militantes com essa tarefa, mobilizadas na defesa das reivindicações, em atividades de formação feminista e divulgação e por sua participação no movimento de mulheres.

A construção de símbolos, bandeiras, camisetas, botons/broches, palavras de ordem ia muito além de pintar a estrela de lilás. Fortalecia a identidade das petistas com o feminismo, contribuía para uma atuação unificada, impactava o partido internamente e no seu aparecimento público; também marcava a presença das petistas nas ações de rua; irmanadas com uma cultura muito presente no PT naquele período de criar uma identidade simbólica do partido.

Três questões foram reiteradas na pauta dos três primeiros encontros nacionais de mulheres do PT: a discussão sobre o movimento de mulheres no Brasil, avaliação do movimento, polêmicas sobre sua organização; as propostas e debates sobre a organização das mulheres no PT; e também a discussão sobre feminismo e socialismo.

Mas não era o total em pauta. Nos três encontros cresce o espaço de duas outras questões: organizar-se e intervir na política institucional do partido, nas eleições, aprofundando, também, uma visão sobre a atuação do Estado e propostas para os governos do PT; e a inconformidade com a presença ínfima das mulheres nos espaços de direção do partido, já anunciando o tema das ações afirmativas.

Os documentos dos Encontros de Mulheres do PT registram a diversidade dos estados envolvidos, sempre com participantes de todas as regiões do país³². É recorrente a menção a dificuldades organizativas e financeiras para garantir uma participação maior. Nem todos os estados que se preparavam

³² O 1º Encontro Nacional sobre Movimento de Mulheres, realizado em 19 e 20 de junho de 1982, em São Paulo-SP, contou com 120 participantes de 10 estados (AM, BA, ES, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e GO). O 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres foi realizado em 22, 23 e 24 de julho de 1988, em Vitória-ES, com cerca de 100 participantes de 12 estados (PA, RO, AL, PE, ES, MG, SP, RJ, PR, SC, RS e DF). E o 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres foi realizado em 16, 17 e 18 de agosto de 1991, em Ibirité-MG, com 111 delegadas de 15 estados. (Atas, convocatórias, relatórios e textos de discussão estão disponíveis no Acervo CSBH-FPA). Os três primeiros Encontros tiveram nomes diferentes. No correr deste texto são referidos como

tinham condições financeiras para comparecer, seja pelas dificuldades estruturais do partido ou ainda pela pouca atenção das direções³³. As atas e relatórios dos encontros estaduais também apontam diferentes tensões e atritos com os grupos presentes no movimento de mulheres, indicando que nem sempre a convivência era harmoniosa, havendo sugestões diferentes de como as petistas deveriam se relacionar com a forte presença de ativistas identificadas com outros partidos no movimento, grande parte no PMDB, durante naquele período. Mas também se expressavam níveis distintos de identificação com as pautas discutidas nos encontros, segundo as experiências de mobilização das mulheres em cada estado.

A necessidade de incorporar de maneira efetiva a questão racial no debate feminista do PT está presente nesses três primeiros encontros nacionais de mulheres e em distintos documentos das comissões/núcleos de mulheres. Partindo de destacar as formas como as desigualdades sociais e econômicas afetavam de forma distinta as mulheres em função da raça, há um esforço permanente de compreender a opressão racial/étnica, integrando de forma efetiva uma visão das relações de gênero, de raça e de classe e de como o racismo está inscrito na história e no presente da sociedade brasileira. Além de ressaltar as desigualdades forjadas pelo racismo, os debates apontavam também como as questões centrais enfrentadas no movimento de mulheres se desenvolvem de forma cotidiana na interação entre raça, gênero e classe. Expressas no menor acesso à saúde reprodutiva, maior número de mortes e sequelas causadas pela criminalização do aborto, no foco prioritário da esterilização sobre as mulheres negras; nas desigualdades de rendimento e acesso ao trabalho e emprego e no maior desemprego e pobreza das famílias chefiadas por mulheres negras. A discriminação e violência também são ressaltadas, ao mesmo tempo em que se aponta para a realização de atividades de discussão específica da opressão racial sofrida pelas mulheres e da necessidade de formação no partido.

As discussões sobre os cem anos da abolição, em 1988, dão um importante incentivo ao engajamento do conjunto do partido com o enfrentamento do

Encontros de Mulheres do PT, quando tratados em conjunto ou não houver razão específica para diferenciá-los.

³³ M. Carvalho. “Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres. Um passo decisivo”, em *Jornal Em Tempo*, ano VI, n. 151, junho de 1982. CSBH-FPA. Siac.

racismo, como já mencionado. E a preparação da campanha presidencial de 1989, com um intenso processo de discussões para o Programa de Governo Lula, foi um momento importante de impulso à questão³⁴. A organização do Movimento de Mulheres Negras no país, na segunda metade da década de 1980, mas em particular nos anos 1990, também alimentou os debates partidários³⁵, fortalecendo a participação e a relação entre gênero, raça e classe entre as petistas. Esse tem sido um longo caminho e um imenso desafio, exigido de forma persistente e solidária, e que ganha novos contornos com a expansão do movimento negro e a crescente organização das mulheres negras no Brasil.

Presença, participação e representação

As formas diferentes e dinâmicas de organização e de participação das mulheres no PT enfrentam, ao longo dos anos, contradições significativas. É inegável que o seu reconhecimento formal e sua legitimidade, de forma geral, foram se consolidando. Mas a incorporação do feminismo no modo de ser do partido demanda muito mais. Foram muitas as estratégias para romper com a indiferença ou compreensão superficial das direções – ou enviesada por outras disputas – sobre as questões levantadas pelas mulheres; para enfrentar a contradição vivida no cotidiano das militantes em um ambiente muitas vezes hostil e machista; para encarar a dificuldade permanente de ter ações e mecanismos partidários para combater a violência de gênero, bem como as discriminações que se manifestam na vida partidária. O cotidiano das desigualdades de poder na sociedade se repete no partido e as políticas de ação afirmativa, ainda que indispensáveis, não são suficientes para superá-las.

Depois de dez anos de sua fundação, o PT ainda convivia com uma presença muito pequena de mulheres em seus órgãos dirigentes. Até o quinto Diretório Nacional, eleito em 1990, os homens ocupavam mais de 90% das posições. Nas direções executivas, o quadro era ainda mais difícil: quando muito, havia

³⁴ Gláucia Matos Adeniké, que compôs o coletivo da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, reporta que esse período de preparação do Programa e posterior mobilização da campanha presidencial de 1989 foi central no fortalecimento da organização das militantes negras no PT.

³⁵ O PT também tinha uma comissão de negros/combate ao racismo, posteriormente organizada como subsecretaria e, em seguida, Secretaria Nacional, como foi a organização das mulheres.

uma mulher. A realidade não era muito diferente nas direções estaduais³⁶. A aprovação de uma política de ação afirmativa, em 1991, com uma cota mínima de 30% de mulheres nas direções e executivas, acarretou uma mudança muito além dos números. Provocou alterações no cotidiano do partido, questionou a existência de dinâmicas de exclusão fundadas nas relações de gênero, mudou o perfil dos dirigentes, e ampliou de forma significativa o diálogo do conjunto das militantes com as questões trazidas pelo feminismo e sua identidade como mulheres do PT. Afinal, esse é um *Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras*, como começa a aparecer em consigna nos espaços do PT. O debate foi longo e encontrou resistência. A preparação para garantir sua aprovação foi detalhada e motivadora. Entre os coletivos das mulheres do PT, entre 1987 e 1991, a proposta foi insistentemente avaliada e discutida. Finalmente, no Primeiro Congresso Nacional do PT, realizado entre 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, o partido aprovou a proposta, tornando-se o primeiro partido no Brasil a definir uma política de ação afirmativa para as mulheres com grande impacto. Quando de sua aprovação, “o tema das políticas de ação afirmativa era praticamente ausente da sociedade brasileira, mesmo dos setores acadêmicos ou do movimento de mulheres”³⁷. A repercussão se fez sentir rapidamente fora do PT. No mundo sindical, por exemplo, a CUT aprovou medida semelhante, em 1993³⁸, e outras centrais e organizações adotaram posições na mesma linha. No âmbito da política no país, ao longo da década de 1990, já não se podia mais fechar os olhos às barreiras à participação das mulheres, refletindo em mudanças nos partidos e na legislação eleitoral.

³⁶ No primeiro Diretório Nacional (DN) eleito em 1981, as mulheres eram 8,7%. Esse percentual caiu para 6,1% no segundo DN, eleito em 1984. Para 6% no terceiro DN, eleito em 1986. Para 4,9% no quarto DN, em 1987. E novamente 6,1% no quinto DN, eleito em 1990. Boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT apresenta o levantamento também para várias direções estaduais (nov./dez. 1991). Os nomes dos componentes dos Diretórios Nacionais e Executivos podem ser conferidos em *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, 1998. E também no site do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política. Encontros Nacionais do PT-Resoluções. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>.

³⁷ G. Fraccaro e T. Godinho, “O ‘feminismo petista’ na história do Brasil”, em P. Fontes e V. Pomar (orgs). *História do petismo*, p. 444.

³⁸ M. B. G. Delgado, “Mais mulheres na direção da CUT”, em Revista *Estudos Feministas*, p. 138-47.

Por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais

As discussões sobre as desigualdades de gênero, de raça, das distintas formas de opressão na relação estrutural com a dominação de classe, como já mencionado, aparecem de forma recorrente nos documentos do PT; ainda que isso não tenha dado lugar a uma elaboração sistemática da sua visão. É um processo vivo que demanda renovação e reafirmação no enfrentamento da conjuntura, a cada momento, exigindo que as posições do partido se explicitem na tomada de posição diante das disputas concretas. “É nesses momentos que se pode avaliar o quanto das reflexões desenvolvidas pelas mulheres organizadas em seu interior se refletiam [se refletem] efetivamente na elaboração do partido e em aspectos importantes de sua intervenção”³⁹. Ainda que expressos nos momentos de ampla discussão partidária, frente os embates da conjuntura, não são suficientes as intenções, declarações, princípios. Cobra-se transformá-los em propostas e intervenção concretas.

Os programas eleitorais têm sido, ao longo das sucessivas eleições do calendário brasileiro, um momento de explicitação das visões políticas do partido, mas são, ao mesmo tempo, um momento carregado de conflitos e contradições. A exigência de posicionamentos concretos também aparece nas disputas no Congresso Nacional, ou em momentos especiais como a Constituinte, nas reformas previdenciárias e trabalhistas, assim como nas ações dos governos petistas e na implementação de suas políticas. E internamente, na forma como o partido se posiciona cotidianamente diante das questões propostas ou decorrentes das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sua militância partidária. Algumas destas questões que percorrem a trajetória do partido permanecem centrais e indicam interrogações necessárias na construção do compromisso efetivo do PT com a superação da opressão e das desigualdades de gênero.

A superação das desigualdades econômicas é indispensável para a construção da autonomia das mulheres. Ao enfrentamento dos diversos aspectos de discriminação no mundo do trabalho fora de casa, do acesso à renda, se associa a necessidade de uma inversão radical na forma como a reprodução social se organiza na sociedade, alterando a perspectiva de uma economia centrada na

³⁹ T. Godinho, “O PT e o feminismo”, em Â. Borba, N. Faria, T. Godinho (orgs.), *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*, p.19.

produção externa e desassociada da reprodução cotidiana. Ou seja, além de incidir sobre a divisão sexual do trabalho em relação ao trabalho doméstico, questiona-se como a dinâmica entre produção e reprodução social estrutura as desigualdades no mundo do trabalho remunerado e não remunerado e se articula com os modelos tradicionais de família, onde a responsabilidade da reprodução é atribuída às mulheres. A compreensão de que o trabalho, entendido em todas as suas dimensões, e a divisão sexual e racial do trabalho são eixo estruturante das desigualdades sociais foi elemento formador da perspectiva feminista no campo em que se situa o PT. Essa questão, que merece ser destacada por sua importância e radicalidade na construção de um feminismo popular, antipcapitalista e enraizado nas lutas sociais, requer um capítulo especial para sua discussão.

Na atuação do PT, ao longo de sua trajetória, essa é uma questão que ainda não logrou refletir-se como uma atuação integrada, mas aparece de forma fragmentada e parcial, nas políticas de renda, na ampliação das políticas de creches, educação infantil e escola integral, em políticas para as trabalhadoras rurais, para as mulheres do campo, das florestas e das águas, na defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas, na necessária articulação de ações públicas de acesso à alimentação e soberania alimentar, por exemplo, com uma perspectiva ampla de provimento social das condições de reprodução e mudanças da situação das mulheres nas famílias. Com frequência, o reconhecimento do maior grau de vulnerabilidade e pobreza entre as mulheres, profundamente associado à desigualdade racial no Brasil, não aponta para a superação da divisão sexual do trabalho e da dicotomia entre produção e reprodução. A questão, que se expressa hoje em uma demanda geral de que o cuidado, que as políticas de cuidado reorganizem a economia, ganhou mais espaço na agenda política e na sociedade. Mas o desafio é a exigência de um real investimento econômico que, para além de programas isolados ou pontuais, altere as desigualdades, a pobreza, o sobretrabalho, a prioridade da responsabilidade sobre a reprodução que a economia e a organização social impõem sobre as mulheres dos setores populares, na forma perversa em que as desigualdades de classe e raça se articulam. Esse é um desafio para a atuação do partido hoje.

A defesa da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua capacidade reprodutiva tem sido questão presente em todo o processo de organização

das mulheres do PT. Os modelos de sexualidade que enfatizam um padrão único heteronormativo restringem as possibilidades e a liberdade de orientação sexual e da construção de diferentes identidades, e pautam um modelo hierárquico e patriarcal de família, além de terem incidência direta sobre a saúde, a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, bem como a educação, a cultura, a exigência de padrões de comportamento. O direito de ter filhos cobra a existência de políticas públicas de atenção à maternidade e condições de cuidado infantil que, como chama atenção o movimento de mulheres negras, não é um direito garantido para o conjunto das mulheres, em particular as com menor renda e dos grupos mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, central para o exercício da autonomia é o acesso à anticoncepção, o direito de ter ou não ter filhos, questão que aponta o direito de interromper a gestação não desejada, a exigência da legalização do aborto. Esse debate que nunca saiu da pauta política, vem sendo reafirmado e reintroduzido de forma agressiva pela extrema direita que se reorganizou no Brasil nos últimos anos.

Com idas e vindas, a questão da legalização do aborto tem sido um ponto sensível e contraditório ao longo da atuação do PT. Enfrentar um conservadorismo difuso na sociedade se mostrou ainda mais difícil pela influência religiosa e das relações com a Igreja Católica na formação do PT. A complexidade da relação entre religião e política no Brasil, a pressão das igrejas e das religiões sobre a pauta pública têm hoje outra dimensão na sua associação ainda mais perversa com o conservadorismo como arma da extrema direita, tendo as questões de gênero, saúde reprodutiva, direitos da população LGBTQIA+ como alvo prioritários⁴⁰. A dinâmica eleitoral do país tem apresentado as questões sobre sexualidade, direitos reprodutivos, sempre como estigma, levando, na visão de alguns, ao argumento de que o partido não se apresente com uma posição segura de que o aborto não seja crime. A defesa de que as mulheres possam decidir se querem ou não ter filhos está expressa mais de uma vez nos documentos do PT. A legalização do aborto, com a garantia de

⁴⁰ F. Biroli, “Gênero, ‘valores familiares’ e democracia”, em *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, de F. Biroli, M. D. Campos Machado e J. M. Vaggione, p. 135-187. O livro apresenta uma importante discussão sobre a relação da política neoconservadora com as religiões em nível internacional, destacando o quadro na América Latina e no Brasil.

que as mulheres sejam atendidas na rede pública de saúde, fez parte do projeto de Constituição apresentado pelo PT para a Constituinte⁴¹.

A discussão voltou à pauta em Encontros e Congressos do partido várias vezes nas décadas seguintes, que aprovaram, com redações diferentes, o direito de interrupção da gravidez, o direito ao aborto, a descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Em 1989, o deputado José Genoíno apresentou um projeto de lei que previa o direito à interrupção da gravidez até o terceiro mês de gestação com o atendimento na rede de saúde pública. Essa é uma formulação importante, pois não se limita ao cumprimento do que já está previsto no Código Penal. Em 2005, o governo federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), formou uma Comissão Tripartite para elaborar uma proposta de projeto de lei, mas a iniciativa ficou a meio do caminho⁴². A realidade é que a posição não aparece com nitidez nos discursos e na atuação dos dirigentes, de parlamentares, nas iniciativas governamentais ou nos momentos em que o partido disputa posição na sociedade. Não há como contornar essa questão. A ofensiva da extrema direita para criminalizar as mulheres, para negar o avanço na autonomia sobre seu corpo, sua capacidade reprodutiva, para impedir a livre expressão da sexualidade é mais do que uma comprovação da centralidade desta luta para uma esquerda que se propõe a ser libertária.

O debate feminista no partido, a atuação e organização das petistas na construção de um movimento de mulheres massivo, mobilizado, enraizado como uma força social, contribuindo de forma decisiva para a expressão política das mulheres como sujeito no Brasil, se expressa no enorme esforço de construir a atuação do PT como um partido feminista. Em alguns momentos, o caminho se faz ainda mais árido, quando as concessões ao conservadorismo, à dinâmica patriarcal das relações, parecem se sobrepor à construção de *Um*

⁴¹ O PT aprovou uma posição explícita de defesa da legalização do aborto e apresentou essa posição no seu projeto para a Constituição de 1988, onde constou também o direito à livre orientação sexual, reconhecimento dos direitos para as trabalhadoras domésticas, mudanças sobre casamento e divórcio e outras questões centrais para as mulheres. *PT-Projeto de Constituição*, 1987. Acervo CSBH-FPA.

⁴² N. Faria. “Entre a autonomia e a criminalização: a realidade do aborto no Brasil”, em G. Venturi e T. Godinho (orgs.), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*, p. 181-201.

Brasil de homens e mulheres livres e iguais, lema que sintetizava as propostas das mulheres para a disputa presidencial de 1989, a primeira após o final da ditadura, e aprovado no 6º Encontro Nacional do PT, nas “Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo. As bases do PAG-Plano de Ação de governo”⁴³. Com limites e contradições, a construção de um programa e uma prática feminista indissociáveis da disputa pelos projetos de mudança são marcas políticas que o PT vem construindo na sociedade brasileira.

Este é um desafio cada vez mais relevante diante de retrocessos impostos com a investida da extrema direita em todo o mundo e a persistência de seus ataques a todas as pautas e qualquer medida de garantia e ampliação da igualdade.⁴⁴

Referências

- ABREU, Maira. *Feminismo no exílio. Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. São Paulo: Alameda, 2014. 288 p.
- ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia.” In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.
- BIROLI, Flávia. “Gênero, ‘valores familiares’ e democracia.” In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco e MACHADO, Maria D. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 136-87.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco e MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. 224 p.
- CARVALHO, Marília. “Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres. Um passo decisivo”. *Jornal Em Tempo*, ano VI, n. 151, junho de 1982. FPA-CSBH. Siac. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/1214>. Acesso: 29 set. 2024.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.
- DELGADO, Maria Berenice G. “Mais mulheres na direção da CUT.” *Revista Estudos Feministas*, ano 4, 1/1996. p. 138-47.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 766 p.
- FARIA, Nalu. “Entre a autonomia e a criminalização: a realidade do aborto no Brasil.” In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: FPA/Sesc-SP, 2013. p. 181-215.

⁴³ PT-“As bases do PAG. Plano de Ação de Governo”, para as eleições de 1989. Capítulo: “Por um Brasil de Homens e Mulheres Livres e Iguais”. *PT-Resoluções de Encontros e Congressos*, p. 415-18.

⁴⁴ Agradeço a leitura atenta e as contribuições de Teresa Cristina Sousa, Conceição Nascimento, Laisy Moriére, Didice Godinho Delgado, Gláucia Fraccaro, Clarisse G. Paradis, Gláucia Matos Adeníké, Marilane Teixeira e, com certeza, do grupo de redação dos textos neste livro.

- FRACCARO, Gláucia e GODINHO, Tatau. “O ‘feminismo petista’ na história do Brasil”. In: FONTES, Paulo e POMAR, Valter. *História do petismo*. Vol 1. 1ª ed. São Paulo: ELAHP, 2023. p. 429-56.
- GODINHO, Tatau. “O PT e o feminismo”. In: BORBA, Ângela; FARIA SILVA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 15-32. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/mulher-e-politica-genero-e-feminismo-no-partido-dos-trabalhadores/>.
- JAQUETTE, Jane. *The Women's Movement in Latin America: Participation and Democracy*. Boulder-San Francisco-Oxford: Westview Press, 1994. 2nd ed. 257p.
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 86, março 2010. p. 93-103.
- MULHERIO. 1982. “Um lugar no governo”. Ano 2, n. 10, novembro-dezembro de 1982. p. 8-9. (Mesa redonda com Eva Alterman Blay e Carmen Barroso-PMDB; Elisabeth Souza-Lobo e Bárbara Hartz-PT; Ana Luíza Viana-PDT). Repositório da Fundação Carlos Chagas: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/>.
- MULHERIO. 1983a. “Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no poder.” Ano 3, nº 13, maio-junho de 1983. p. 12-3. (Texto de Inês Castilho, com opiniões de Elisabeth Souza-Lobo-PT e Lúcia do Amaral Lopes (Cuca)-PMDB). Repositório da Fundação Carlos Chagas: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/>.
- MULHERIO. 1983b. “Política: Minas. Goiás.” Ano 3, n. 13, maio-junho de 1983. p. 11. (Minas: pelo Centro de Defesa dos Direitos da Mulher; Goiás: por Mara Lúcia Moreira, do CEVAM). Repositório da Fundação Carlos Chagas: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/>.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de encontros e congressos - 1979-1998*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores-Fundação Perseu Abramo, 1998, 704 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/partido-dos-trabalhadores-resolucoes-de-encontros-e-congressos-programas-de-governo-1979-1988/>.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Declaração Política”. Comissão Coordenadora Provisória do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, 13 de outubro de 1979. Partido dos Trabalhadores. *Resoluções e Congressos. 1979-1998*. São Paulo: FPA, 1998. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-declaracaopolitica_0.pdf. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Manifesto de Fundação”. São Paulo, Colégio Sion, 10 fevereiro 1980. *PT. Resoluções e Congressos*. Cit. p. 65-67. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01manifestodelancamento_0.pdf. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “As bases do PAG. Plano de Ação de Governo”. Aprovado no 6º Encontro Nacional do PT. Realizado em 16 a 18 de junho, 1989. Colégio Caetano de Campos, São Paulo, SP. Para as eleições de 1989. *PT-Resoluções e Congressos*, 1998. p. 404-26. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-asbasesdopag.pdf>. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores”, Brasília, DF, em 27/09/1981. *PT-Resoluções e Congressos*, 1998. Cit. p. 105-14 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-discursodelula1convecao.pdf>. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Programa”. Aprovado na reunião nacional de fundação do PT, realizada em 31 de maio e 1º de junho de 1980, e publicado no Diário Oficial da União

- de 21 de outubro de 1980. *PT- Resoluções e Congressos*, 1998. Cit. p.68-7. Disponível em: https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-programa_0.pdf. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Projeto de Constituição. Partido dos Trabalhadores*. Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em 06 de maio de 1987. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “1º Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres”. Realizado em 19 e 20 de junho de 1982, em São Paulo-SP. Relatório final do Encontro, circulares, convocatórias e documentos. Acervo CSBH-FPA Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/3864>. Acesso: 29 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “2º Encontro Nacional das Militantes Petistas do Movimento de Mulheres”. Realizado em 22, 23 e 24 de julho de 1988, em Vitória-ES. Relatórios, circulares e documentos, texto-base para o Encontro. Acervo CSBH-FPA Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/3865>. Acesso: 29 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “3º Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres”. Realizado em 16,17 e 18 de agosto de 1991, realizado em Ibitité-MG. Relatórios, circulares e documentos. Acervo CSBH-FPA Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/5995>. Acesso: 29 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “Mulher e PT. Uma proposta de discussão e trabalho”. Comissão de Mulheres – PT São Paulo, 11 de junho de 1981. (mimeo) Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “O PT e a luta pela libertação das mulheres”. Vitória, 1988. (Texto-base apresentado pela Comissão organizadora do 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado em Vitória (ES), em 1988). (mimeo) Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “O PT e o feminismo”. Folheto assinado por militantes do PT-Rio Grande do Sul. Outubro de 1987. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “Convocatória. A participação do PT no 3º Congresso da Mulher Paulista”. Jan 1981 (mimeo). Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. *Feminismo e organização das mulheres petistas*. Coordenação editorial Laisy Moriére e Marilane Oliveira Teixeira. Publicação da Escola Nacional de Formação do PT (FPA) e Secretaria Nacional de Mulheres do PT. São Paulo, julho 2011.
- PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina S. (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 296 p.
- SARTI, Cíntia. “Feminismo no Brasil: uma trajetória particular”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (64): 38-47, fev. 1988.
- SOARES, Vera. “Movimento feminista. Paradigmas e desafios”. Revista *Estudos Feministas*, número especial, 2/1994. p. 11-30.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991. 288 p.
- TELES, Amelinha e LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013. 312 p.

SOU UMA ESTRELA



Mulheres, Constituinte e o Partido dos Trabalhadores (PT)

Vera Soares

Abordar a inclusão de temas feministas na proposta de “Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil do Partido dos Trabalhadores” objetiva revisitar a trajetória de construção do feminismo no PT e relembrar a importância que tiveram nos processos que marcaram as conquistas das mulheres na Constituição de 1988.

É necessário abordar esse assunto, pois recentemente voltou a estar presente no nosso dia a dia, inclusive na disputa do seu significado. Setores conservadores da sociedade, por meio dos seus representantes no Congresso Nacional, no Poder Judiciário, apoiados por segmentos de diferentes religiões e outras instituições se organizam para acabar com importantes conquistas que estão inscritas na Constituição de 1988, explicitamente na área dos direitos sociais, mas em especial nas pautas que implicam diretamente a vida das mulheres.

Vivemos uma ofensiva conservadora, patriarcal e racista no Brasil, e presente em muitas outras partes do mundo, que tem atuado para promover e fortalecer ações, discursos e iniciativas de controle do corpo e da sexualidade das mulheres, com o reforço ideológico de padrões comportamentais e de valores que reforçam o papel tradicional atribuído às mulheres. A disputa em torno das relações de gênero e raça estão no coração do conservadorismo e do

pensamento reacionário que tem crescido e é muito atuante no Brasil. São ações orquestradas simultaneamente em vários espaços: nas próprias comunidades e organizações locais de bairros e igrejas, nos grandes meios de comunicação, e hoje muito fortemente no Congresso Nacional, e no Judiciário e em diferentes níveis do Executivo.

Ainda temos uma herança do processo que vivemos a partir do golpe contra a presidenta Dilma, que restringiu as liberdades, impôs uma agenda de redução de direitos, e abriu caminho para que um extremista criminoso fosse alçado à Presidência, ampliando a participação dos militares na política nacional e de setores da extrema direita no governo. E, em pouco tempo, muitas modificações foram feitas à Constituição, trazendo um enorme retrocesso ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, e a destruição ampla do sistema de proteção social e de mecanismos de ação do Estado. Nos dias de hoje, depois destes anos de aniquilação do Estado, a garantia de direitos na Constituição de 1988 ainda está no centro de muitas disputas no Brasil. Estamos no segundo ano do terceiro mandato do governo do presidente Lula que busca incessantemente a reconstrução do Estado e destes direitos.

O processo constitucional e a Constituição Federal (CF) de 1988 traziam a promessa de ampliar a democratização das estruturas do Estado e enfrentar as desigualdades, e com a contribuição do feminismo compreender que a igualdade envolvia múltiplas dimensões e que se tratava de nomear novos direitos.

Passados mais de 40 anos desde a promulgação da Constituição de 1988, este texto se propõe a refletir sobre a contribuição que o Projeto de Constituição apresentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e as propostas e ação do movimento de mulheres e feministas deram para inscrever os direitos das mulheres na nova Constituição. Apontar conquistas que se tornaram base, ou fundamentaram demandas na luta pela igualdade, seja na arena institucional, seja na reivindicação por direitos e/ou na sua regulamentação, seja na disputa da gestão do Estado, que as feministas no PT souberam posteriormente aproveitar na elaboração e implementação de políticas públicas. Para isso são abordados quatro aspectos:

Em primeiro lugar, destacar a importância que teve o período que precedeu a promulgação da Carta Magna do Brasil, o processo de debate e mobilização de setores democráticos e populares, entre eles o movimento

de mulheres e o movimento feminista, e o papel desempenhado pelo PT naquela conjuntura.

Um segundo aspecto, é refletir sobre o sentido da proposta apresentada pelo PT e como estão incluídas nesse projeto as questões que as mulheres petistas defendiam.

Um terceiro ponto, é a mobilização e o debate interno que existiu no Partido dos Trabalhadores em torno do tema do aborto.

Uma quarta questão, é a mobilização do movimento de mulheres e a atuação da bancada de mulheres.

Assembleia Constituinte: um processo de luta, organização e conquistas

Quando falamos da Constituição de 1988 pode parecer a alguns que é um evento histórico que, em um primeiro olhar, parece ter começo, meio e fim. Se inicia em 1987, com a instalação dos trabalhos da Constituinte, e termina com a sua promulgação, mas a realidade não é bem assim. Teve início antes, e muitas conquistas ficaram para serem votadas posteriormente.

Os debates pela realização de uma nova constituição aconteciam em diversos grupos da oposição durante os anos finais da ditadura. Na década de 1970, quadros importantes da política brasileira já debatiam a questão, que também era abraçada por diversos intelectuais do país. Um exemplo muito conhecido aconteceu na Faculdade de Direito da USP quando Goffredo da Silva Teles leu um documento intitulado Carta aos brasileiros¹.

A leitura aconteceu no dia 8 de agosto de 1977, no mesmo ano da invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) por policiais militares que prenderam e agrediram estudantes que se reuniam para defender a democracia e realizar o 3º Encontro Nacional dos Estudantes².

¹ D. N. Silva, “Constituição de 1988”, em Brasil Escola, portal UOL. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-1988.htm>. Acesso: 20 set. 2024.

² T. Polato, “Lembrar é resistir: 40 anos da invasão da PUC-SP” em *Jornal da PUC-SP*. Disponível em: <https://j.pucsp.br/noticia/lembrar-e-resistir-40-anos-da-invasao-da-puc-sp>. Acesso: 20 set. 2024.

Era o período da ditadura, que se inicia com o golpe militar de 1964 e vai até 1985, quando houve a eleição indireta para presidente da República. O regime ditatorial matou, prendeu e torturou centenas de militantes de movimentos sociais, de partidos de esquerda, militares e cidadãos e cidadãs brasileiras. Perseguiu aqueles e aquelas que ousaram levantar suas vozes contra o arbítrio que era praticado e que, sobretudo após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, tiveram direitos políticos básicos tais como ir e vir, de manifestação e de liberdade de expressão, suspensos³.

Ao final do processo da ditadura não havia uma ordem anterior a ser recuperada, pois a própria ordem Constitucional não tinha sido suspensa, mas uma nova Constituição foi outorgada pelos militares em 1967. Assim, não era possível voltar à Constituição vigente antes do estabelecimento da ditadura militar, fazer ajustes como era proclamado por setores reacionários, era necessário construir um novo ordenamento jurídico, político e democrático. “Por isso, o processo constituinte se tornou ponto fulcral da transição brasileira”⁴.

A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 1987, em um momento único do país. A conjuntura naquele momento trazia elementos da “transição pactuada pelo alto” e elementos das lutas que permearam aquele período, marcado também pela crise econômica, que se agudiza a partir de 1973 e se estende pela década seguinte, contribuindo para aumentar a insatisfação de amplos setores sociais com o regime⁵.

O processo das modificações políticas por que passou o Brasil nos anos 1970 e 1980 foi “lento e gradual” e deixou marcas visíveis. Esse processo se manifestou na explosão dos movimentos sociais que, no final dos anos 1970 (jovens, negros, mulheres, homossexuais, índios, ecologia, movimentos populares), ao lado do movimento sindical, vão inscrevendo novos temas na política e apontando para novos direitos, cujos reflexos aparecerão mais tarde, no

³ Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Dezembro/2014. 976 páginas. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso: 26 set. 2024.

⁴ L. F. Miguel, “Prefácio”, em J. Genoino e A. Caldas, *Constituinte: avanços, herança e crises institucionais*.

⁵ J. Genoino e A. Caldas, *Constituinte: avanços, herança e crises institucionais*.

processo constitucional, na presença destes atores e destas atrizes, no número e na diversidade das emendas populares e no surgimento de outros movimentos políticos. A forte presença dos movimentos de mulheres vai se constituir numa novidade naquele período⁶.

É nesse momento, após a conquista da liberação para formação de partidos políticos, que há a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980). Nasce um partido que provavelmente estava fora dos planos daqueles que organizavam e controlavam a abertura, a existência de um partido vindo dos trabalhadores, com participação de setores significativos da esquerda, de intelectuais progressistas, dos movimentos sociais, dos movimentos pelos Direitos Humanos e importantes segmentos do movimento feminista ou de militantes autônomas⁷.

A ilegitimidade do regime se acentuou, com fortalecimento de amplos setores que se opunham a ele: a oposição liberal progressista e pela intensa oposição democrática e popular, vinda dos movimentos sindicais, contra a carestia, pela reforma agrária, estudantil, a intensa luta pela Anistia, do movimento feminista, trazendo a luta pela igualdade.

Chegamos em 1984 com um grande apelo e mobilização por eleições livres e diretas para a presidência da República, e se intensificam os debates sobre a proposta de uma nova Constituinte⁸, como demonstra a chamada de capa do Boletim Nacional do Partido dos Trabalhadores, de março de 1985: “A Constituinte que queremos. Livre, soberana, com ampla participação popular,

⁶ E. Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*.

⁷ “A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas”. PT, *Declaração Política do Partido dos Trabalhadores*, 1979. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-declaracaopolitica_0.pdf. Acesso: 26 set. 2024.

⁸ As lutas foram intensas, e algumas vitórias parciais, a exemplo da Lei da Anistia de 1979, que, embora permitisse o retorno dos exilados políticos, outrora combatentes contra a ditadura, acabou por contemplar também, no acordo político realizado, os membros do “antigo regime”. Foi a derrota do movimento pelas “Diretas Já!”, em 1984 – que teve como consequência o fato de a primeira eleição do regime democrático se ter dado de forma indireta, via Colégio Eleitoral, e não por sufrágio popular.

e já.”. Concluindo uma etapa do longo processo de discussão interna, o Diretório Nacional propõe a convocação imediata de uma constituinte livre e soberana⁹. O texto menciona ainda que é importante buscar alianças com as forças populares em suas lutas e relacionar as conquistas imediatas com a perspectiva socialista.

O PT compreendeu a importância daquele momento, pois ao mesmo tempo se tratava do firme enfrentamento contra a ditadura, que vivia aqueles momentos de transição negociada por cima, as lutas visavam o retorno dos direitos políticos, das liberdades democráticas e do poder do voto, mas também uma luta contra as desigualdades sociais e a superexploração do trabalho¹⁰. E assim vai se envolver neste processo de construção da nova Constituição e sem a ilusão que tudo estaria resolvido neste âmbito de luta.

Contrariando a expectativa, a Assembleia Nacional não foi livre, soberana e exclusiva, e também não foi instalada em 1986, mas em 1987, com os deputados e senadores que foram eleitos em 1986, tendo seu funcionamento ao mesmo tempo que o Congresso Nacional¹¹, mas não se aceitou um remendo constitucional, a decisão foi escrever uma nova Constituição. Os movimentos sociais e populares concentram muita energia e disposição de luta para as disputas de suas demandas e proposições. O PT foi um importante ator político nesse processo, aglutinando segmentos de esquerda e progressistas, contribuindo com as mobilizações populares, e apresentou um conjunto de propostas que ampliaram os direitos das mulheres. É preciso reforçar que o PT mantinha

⁹ O PT propõe eleições específicas para uma Constituinte e não aceita que os senadores eleitos em 1982 com mandato até 1990 sejam automaticamente constituintes biônicos, como prevê o projeto do governo. Defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre em relação a leis repressivas e arbitrárias, e soberana em relação ao Poder Executivo, especialmente convocada para elaborar uma nova Constituição, fruto de amplo debate nacional. A proposta do governo estabelecia uma Constituinte congressional, em que deputados e senadores constituintes atuariam paralelamente às atividades normais do Congresso e que a sua eleição coincidiria com o pleito normal já previsto para 15 de novembro de 1986 para governador, senador e deputado federal. *Boletim Nacional*. Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, nº 09, março de 1985, São Paulo - SP. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/696>. Acesso: 26 set. 2024.

¹⁰ L. F. Miguel, “Prefácio”, em J. Genoino e A. Caldas.

¹¹ Decidiu-se pela fórmula deliberadamente conservadora de Constituinte Congressional, valendo-se, para tanto, da composição do Legislativo eleito no pleito ordinário de 1986 para a produção do texto constitucional.

uma forte relação e articulação com os movimentos sociais, como de educação, reforma sanitária, reforma urbana, sindical, de mulheres, movimento negro.

O deputado constituinte Florestan Fernandes (PT-SP) nos dá uma dimensão da importância desse processo:

Tivemos várias Constituições, mas nunca tivemos uma Constituição tão importante na História do Brasil. E, infelizmente, nunca tivemos também condições tão adversas para que ela possa ser elaborada, tendo em vista a natureza dos problemas com que nos defrontamos. Para se debater o tema da soberania da Assembleia Nacional Constituinte, é preciso entender que ela resulta de um processo político inelutável. Houve uma transição que se chamou “transada”, isto é, a atual Nova República nasceu de um parto da ditadura e o que herdamos foi uma ordem institucional ilegal¹².

O PT elegeu 16 deputados – 2 mulheres. Junto com outros partidos, pessoas de esquerda e progressistas somavam 47 parlamentares, além do PT, 24 para o PDT, 3 para o PCdoB, 3 para PCB, e 1 para o PSB. O PMDB e o PFL garantiram maioria, tanto no Senado quanto na Câmara. No PMDB, havia a chamada tendência popular, que se juntava aos partidos de esquerda e progressistas. Para aprovar qualquer decisão em plenário, eram necessários 280 votos. Foi a mobilização popular que fez derrubar alguns muros da correlação de forças, ou seja, foi rompido algumas vezes, como foi o caso da ampliação dos direitos do trabalho e os direitos das mulheres.

A Constituinte foi marcada por uma forte presença popular nos 583 dias que durou o processo, e fez aparecer uma multiplicidade de atores e atrizes sociais em ação, e abre uma agenda ampla de luta contra as desigualdades. Todos os temas, principalmente na primeira fase, foram pautados nos debates, com intenso processo de discussão, e muitos *lobbies* de segmentos conversadores, do poder econômico, e muita mobilização dos movimentos sociais, em especial das mulheres¹³.

¹² F. Fernandes, “O significado histórico da constituinte”, em *Cadernos Perseu – História & Memória*, p. 50. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/04/cadernosperseu_florestanfernandesconstituente_completo_0.pdf. Acesso: 26 set. 2024.

¹³ Entre parte das 974 pessoas que defenderam e debateram nas audiências públicas das comissões e subcomissões temáticas e entre parte dos 83 representantes que defenderam no Plenário.

Os movimentos sociais, e em particular as mulheres e o movimento negro, souberam aproveitar da possibilidade deste momento de participação por iniciativa popular, cujos proponentes tiveram direito à palavra para defender as propostas, trazendo a presença de lideranças populares, de movimentos sociais, sindical, feminista, do movimento negro, LGBT¹⁴, estudantil, das associações científicas e das lideranças indígenas para a Constituinte.

A organização e pauta das mulheres petistas para a Constituição

Na sua formação, o PT aglutinou muitas feministas, militantes políticas nos partidos e movimentos de esquerda, dos movimentos e lutas democráticas, militantes independentes que aderiram à ideia do PT que colocava, entre outras questões, a igualdade social e coletiva como um dos centros de suas lutas. São feministas que desejam fortalecer o movimento feminista colado aos movimentos populares.

Já em 1982, pouco depois da fundação do partido, o 1º Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres confirmou o que seria o começo da luta das feministas no PT, para verem integradas nas ações e nas propostas partidárias suas demandas por igualdade, e que dura até os dias de hoje. As participantes do Encontro afirmaram a necessidade da organização autônoma das mulheres, tendo em vista a situação de opressão que vivem, e revelaram as dificuldades em construir uma discussão das relações de gênero dentro do próprio partido. Apontaram e reafirmaram nos diversos documentos que a luta contra a opressão das mulheres é parte da luta geral do partido por uma sociedade justa, uma sociedade socialista.

A luta pela igualdade entre mulheres e homens, o enfrentamento da discriminação e das relações patriarcais e raciais que marcam a sociedade brasileira,

rio da Constituinte as 122 emendas populares que coletam 12 milhões de assinaturas, além da participação na organização de manifestações de segmentos populares em defesa de seus interesses são momentos dessa gigantesca batalha que se travou não apenas no Plenário e nos corredores do Congresso Nacional, mas Brasil afora. “O PT e a constituinte, 1985-1988”. *Perseu: história, memória e política*, p. 99-100. Disponível em: <https://revistaperseu.fpbbramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/207/166>. Acesso: 26 set. 2024.

¹⁴ Movimento LGBT está escrito conforme se denominava na época.

a necessidade de construir políticas com a perspectiva feminista em sua ação institucional e o questionamento ao machismo presente no cotidiano das relações partidárias foram colocados na pauta como uma exigência e um desafio para um partido que se queria novo e libertário. As feministas demonstravam que é indispensável que o partido se identifique, de forma efetiva, com a subversão dos padrões, dinâmicas e valores que se fundam na hierarquia opressora das relações de gênero e de raça.

Construíram no PT um vigoroso processo de participação e organização partidária das pautas feministas, de mecanismos para aumentar a participação das mulheres nos espaços de decisão; influíram nos programas de governo e formas de gestão do Estado. O feminismo socialista não desassocia a necessidade por profundas mudanças sociais, a ruptura com as desigualdades de classe e étnico-raciais, da busca da superação da opressão sexual e da luta cotidiana por melhores condições de vida. Tem sido incansável, embora longe de suficiente, a atuação crítica das militantes feministas dentro do partido, contribuindo para o questionamento de práticas machistas, na defesa de um programa partidário que incorpore os interesses das mulheres, na construção de um processo de sua auto-organização. Inovou no debate do poder com o tema das cotas, construiu uma visão global de políticas públicas voltadas para igualdade de gênero, incorporou a paridade. Estes debates estão atualmente atenuados no interior do PT.

A proposta de Constituição que o PT apresentou levou em conta as pautas feministas e, entre outras questões, acabou por inaugurar, dentro do partido, o debate sobre o aborto, suscitando controvérsias em torno dos diferentes posicionamentos sobre o tema.

As feministas, os movimentos de mulheres na construção partidária

No Brasil, o movimento feminista, ainda tímido em seus primórdios, adquire, ao longo dos anos 1970, visibilidade e força política, lutando ao mesmo tempo contra a ditadura e pela requalificação do conceito da democracia, incluindo neles não apenas a redemocratização das instituições políticas, mas também das relações entre mulheres e homens, nas leis e na vida da

democracia¹⁵. Esta presença foi construída no período do fechamento político, a partir dos anos 1960, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político. As mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e, simultaneamente, mostraram, e ainda têm demonstrado, que diversos setores se inserem diferentemente na conquista e no exercício da cidadania e que os efeitos do sistema econômico são sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições nas quais estes setores estão imersos.

As mulheres – novas atrizes – ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras e múltiplas¹⁶. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, na luta pela anistia política, por creches, estavam presentes nas lutas urbanas e rurais, criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos onde reivindicaram um espaço próprio, realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram¹⁷.

As condições políticas locais, dadas pelas peculiaridades da primeira fase do governo militar, propiciou a emergência do feminismo entre as militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela restituição da democracia no país. Tratou-se do surgimento de um feminismo cujas militantes estavam, na sua maioria, também engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas, criando um movimento feminista bastante politizado, o que uma pesquisadora chamou de “um feminismo bom para o Brasil”¹⁸.

Uma das principais contribuições do movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais,

¹⁵ M. Rago, “Os feminismos no Brasil dos ‘anos de chumbo’ à era global”, em *Labrys*, Estudos feministas, número 3, janeiro/julho, 2003. Disponível em: <https://medium.com/revistalabrys/os-feminismos-no-brasil-dos-anos-de-chumbo-%C3%A0-era-global-dc6269366a61>. Acesso: 26 set. 2024.

¹⁶ M. Rago, “Ser Mulher no Século XXI ou Carta de Alforria”, em G. Venturi; M. Recaman; S. Oliveira (orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, p. 31-43.

¹⁷ V. Soares, “Movimento Feminista – Paradigmas e Desafios”, em Revista *Estudos Feministas*, n. 11, vol. Especial, 1994, p. 11.

¹⁸ Este movimento sofrerá muitas transformações até o final da década de 1990. Ver, por exemplo: S. Alvarez, “Disciplinamento ou radicalização dos feminismos no século XXI: Experiências Latino-americanas”, em *Atas do Congresso Feminista* 2008, p. 29-36.

revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito¹⁹.

A organização e pauta das mulheres do PT para a Constituição

Entre a fundação do PT em 1980 e o processo constituinte, as mulheres petistas avançaram na elaboração das suas propostas, em encontros, debates e na disseminação do feminismo no PT que estava se construindo, e enfrentando a dificuldade de incompreensão das suas demandas e pautas, e debatendo a importância do movimento autônomo das mulheres.

Quando da elaboração do Projeto de Constituição do PT, as feministas petistas estavam ainda organizadas em comissões locais e nacionalmente na Comissão Nacional de Mulheres, vinculada à Secretaria de Movimentos Populares. Os registros de suas atividades e propostas estão localizadas naquela Secretaria Nacional, que também se organizava.

Há um texto, sem data, da Comissão de Mulheres do PT, intitulado “Contribuição da ‘Comissão de Mulheres do PT’ ao debate sobre a Constituinte”²⁰. Esse documento aborda oito itens: Direitos e Deveres do Cidadão; Princípios de Igualdade; a Proteção da Pessoa Humana; Família; Direitos Fundamentais do Trabalhador; Educação, Saúde e Serviço Militar. Na introdução do texto mencionam que o projeto, “com relação à questão da mulher, não aborda de maneira explícita questões fundamentais referentes tanto à garantia da não discriminação quanto aos nossos direitos”.

O documento propõe punição a todas as formas de discriminação e privilégios praticados em todos os campos da vida social e cultural. Na leitura desta contribuição, logo se percebe que nela está contido um conjunto de temas

¹⁹ A pesquisa de opinião pública “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pelo Núcleo de Opinião Publicada Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001, retrata as mudanças nas percepções e condições de vida das mulheres. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/a-mulher-brasileira-nos-espacos-publico-e-privado/>. Acesso: 26 set. 2024.

²⁰ PT-Mulheres, “Contribuição da ‘Comissão de Mulheres do PT’ ao debate sobre a Constituinte”. Comissão de Mulheres do Partido dos Trabalhadores. s/d. Acervo CSBH-FPA. Fundo: PT/DN/SNM – Caixa 01.

e reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista. Esta constatação é reafirmada ao se rever os inúmeros documentos apresentados por Comissões de Mulheres do PT de diferentes estados do país, anexos de registro do primeiro e do segundo Encontro Nacional sobre Movimento de Mulheres, realizados naquele período (1982 e 1988, respectivamente). Esses textos apresentam uma avaliação dos movimentos de mulheres nos respectivos estados, e estão arquivados no Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo (CSBH-FPA)²¹.

É interessante observar que as demandas apresentadas para atender às necessidades básicas, tais como a criação e manutenção de restaurantes, lavanderias, serviços de saúde e creches, são reivindicações que estão presentes atualmente no debate nacional para a elaboração de um Plano Nacional de Cuidados, e se constituíam nas pautas dos movimentos de mulheres desde então.

Na parte referente à família, embora comparado com os termos das discussões e das elaborações atuais, parece restrito, para a época, ele amplia a definição de família, se posiciona favoravelmente ao fim das restrições ao divórcio, propõe a igualdade de direitos entre os cônjuges, portanto o fim do conceito de chefe de família, defende que a paternidade e a maternidade possam ser reconhecidas pelo pai ou a mãe e, em relação aos filhos, propõe que estes, inclusive os adotivos, tenham direitos e deveres iguais²².

Nas questões referentes aos direitos das trabalhadoras, o documento propõe, entre outros, a manutenção de creches pelas empresas, próximas ao local de moradia ou de trabalho. A proposta é para atender filhos e filhas de trabalhadores, do setor público e privado, de zero até a entrada da criança no 1º grau. E o que é interessante nesse ponto é que propõe o controle social (administração e fiscalização) desses equipamentos com a participação dos trabalhadores e suas

²¹ PT-Mulheres, Acervo Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo: PTDN- SNM- Caixa 01 – 1º Encontro Nacional do PT Sobre Movimento de Mulheres, 1982; 2º Encontro Nacional Militantes Petista Movimento de Mulheres, 1988; 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT, 1991; 4º Encontro Nacional Mulheres do PT, 1993. Disponível em: siac.fpabramo.org.br.

²² Naquele tempo estava em vigor ainda o Estatuto da Mulher Casada, lei de 1962, que trouxe algumas melhorias para os direitos das mulheres em relação ao Código Civil de 1916, mas ainda definia a chefia da família pelos maridos.

entidades representativas²³. O documento demanda que as mulheres grávidas que atuam em áreas prejudiciais à sua saúde e à da criança, durante a gravidez, sejam remanejadas de seu setor ou função, mantendo o salário.

No tema da violência, um assunto que permanece ainda nos dias de hoje como uma das principais demandas, o texto define o que são considerados crimes e propõe: “Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência, com a responsabilidade de criação e manutenção de albergues para as mulheres vítimas de violência, bem como auxílio à sobrevivência de seus filhos”²⁴.

Os direitos previdenciários apresentam um conjunto de demandas que, como sabemos hoje, irão impactar muito a vida das trabalhadoras domésticas e das trabalhadoras rurais. O documento propõe garantia de todos os direitos previdenciários para as trabalhadoras domésticas e rurais e aposentadoria aos 25 anos de trabalho para todas as trabalhadoras urbanas e rurais. Alguns temas, como o reconhecimento do valor econômico e social do trabalho doméstico para fins de aposentadoria e direitos previdenciários, voltam nos dias de hoje como ponto de discussão e debate.

A Comissão propôs licença paternidade de no mínimo 15 dias e estabilidade de 12 meses para pais e mães a partir do nascimento da criança, licença aos pais em situações que seja necessário para cuidado da saúde dos filhos e direito do marido ou companheiro usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes de contribuição da esposa ou companheira.

No item referente à educação, propõe que sejam garantidos conteúdos não discriminatórios nos currículos e materiais escolares, inclusive garantindo educação sexual. Atualmente essa questão tem sido objeto de ataques da direita em diferentes espaços, mas em especial no legislativo, onde parlamentares têm apresentado projetos que equivocadamente têm sido chamados de pauta de costumes, mas que na verdade visam reforçar papéis tradicionais de homens e mulheres, propõem a regulação do Estado sobre questões referentes à vida

²³ Uma intensa luta por creches diretas estava em curso em muitas cidades do país, e muitos encontros de trabalhadoras (metalúrgicas, químicas, bancárias) tinham estas reivindicações nas suas pautas de luta.

²⁴ PT-Mulheres, Comissão de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, s/d, cit., p. 2. Acervo CSBH-FPA. Fundo: PTDN/SNM – Caixa 01.

íntima das pessoas, como a autonomia reprodutiva das mulheres, a orientação sexual das pessoas, e restringir possibilidade de construção de uma sociedade democrática que respeite a pluralidade, a diversidade e a ampliação de direitos.

O capítulo da saúde é o que gera e gerou mais debate e polêmica, em especial nas questões do aborto e dos métodos contraceptivos. Nesse ponto, o documento apresenta a defesa da assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da sua vida²⁵, reconhece o direito de as mulheres decidirem ter ou não filhos, inclusive com o direito de interromper uma gravidez não desejada, a garantia de acesso a métodos anticoncepcionais e atendimento médico. Em relação ao aborto, o documento propõe: “*Garantia constitucional do direito a prática do aborto com a plena assistência do Estado*”²⁶.

As propostas apresentadas tinham uma relação direta com as demandas do movimento de mulheres e feminista naquele momento, por exemplo, nos Congressos da Mulher Paulista, realizados em 1979, 1980²⁷, 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, em 1978²⁸.

Sobre a participação das mulheres trabalhadoras nesse processo, é importante mencionar, por exemplo, que a Comissão Nacional da Questão da Mulher, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), elaborou o documento “A Constituição e os Direitos da Mulher com propostas de emendas à “Plataforma dos Trabalhadores para a Constituição”, da CUT nacional, mantendo muita similaridade com as propostas das mulheres do PT²⁹.

²⁵ O Programa de Assistência Saúde Integral a Saúde da Mulher (PAISM) foi aprovado no Ministério da Saúde em 1984. Programa que antecede ao SUS, foi proposto e incorporou ideário feminista, com ações dirigidas à atenção integral das necessidades prioritárias da população feminina e em particular ênfase nos aspectos da saúde reprodutiva.

²⁶ PT-Mulheres, Comissão de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, s/d, cit. p.5. Acervo CSBH-FPA.

²⁷ Jornal *Brasil Mulher*, ano 4, nº 15, abril de 1979. “Encarte Especial das Resoluções do 1º Congresso da Mulher Paulista”. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/peri-dicos-4>. Acesso: 26 set. 2024.

²⁸ Jornal *Brasil Mulher*, ano 2, nº 11, abril de 1978. Matéria especial sobre o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/peri-dicos-4>. Acesso: 26 set. 2024.

²⁹ CUT, “A Constituição e os direitos da mulher”. Comissão Nacional da Questão da Mulher. Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mimeografado. Acervo CSBH-FPA.

A proposta de Constituição do PT e as demandas das mulheres

Em artigo publicado no livro *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*, Tatau Godinho observa que “um importante momento de teste, de avaliação da capacidade do PT de responder a uma plataforma feminista, foi o período da Constituinte”³⁰.

Apesar das limitações do Congresso Constituinte eleito, o PT se colocou o desafio de apresentar um projeto alternativo global de organização da sociedade e do Estado. Avaliando os limites e entraves que enfrentaria em uma discussão feita a partir da correlação de forças conservadora do Congresso, o PT partiu para a elaboração de seu projeto. Ao se colocar o desafio de um projeto global, o PT não poderia deixar de lado pontos essenciais de uma agenda feminista.

Três são os aspectos que se destacam na proposta: a luta geral contra a discriminação, a defesa do direito à livre orientação sexual e a descriminação do aborto.³¹

O Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte em 6 maio de 1987 “é fruto do memorável trabalho do jurista Fábio Konder Comparato” e de uma Comissão formada pelo Diretório Nacional³².

O sentido geral das propostas do PT naquele momento tratava não só de deslegitimar os projetos político-institucionais da Aliança Democrática, como também de fazer avançar a luta por uma concepção alternativa de organização econômica e social e de democracia. Uma concepção que expressasse os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras e a sua decisão de manter a sua independência de classe no processo de transição.

Na exposição de motivos do documento consta que a proposta de constituinte está sustentada em dois pilares fundamentais. “De um lado a perspectiva

³⁰ T. Godinho, “O PT e o feminismo”, em Â. Borba; N. Faria; T. Godinho (orgs.), *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores*, p. 21.

³¹ Idem, *ibidem*, loc. cit.

³² PT, “Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte”, p. 7. Este projeto de Constituição apresentado pelo PT representava o debate naquele momento, também se reconhecia que não proporcionou o acúmulo necessário para que o partido pudesse chegar a um projeto absolutamente homogêneo, coerente, tecnicamente bem construído e que fosse, ademais, expressão das bases e dos setores sociais sobre os quais se construiu e atua o PT. Acervo CSBH-FPA.

de instauração dos direitos e garantias, individuais e coletivas, de todos os seres humanos. De outro, a preocupação com o afloramento de um conjunto de instituições, princípios e diretrizes constitucionais que propicie condições efetivas de controle popular sobre o poder público e o funcionamento da sociedade como um todo”³³.

A proposta de Constituinte apresentada pelo PT foi elaborada a partir de dois sentidos gerais extremamente importantes:

a) a luta e a exigência de uma democratização radical do Estado e da sociedade, a partir da garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores, do princípio do necessário controle popular sobre as estruturas dos governos e dos esforços para descentralizar e descondensar o poder do Estado – quase que exclusivamente concentrado no Executivo – colocando-o a serviço das necessidades populares e sob o controle da sociedade. O ponto de partida para isso é a plataforma de reivindicações socioeconômicas que, nos últimos 10 ou 15 anos, vinha sendo articulada pelo movimento popular democrático;

b) a luta para quebrar a supremacia da propriedade privada e do capital na futura Constituição, garantindo os direitos fundamentais dos trabalhadores (trabalho, organização, direito de greve, condições de reprodução da força de trabalho), e medidas que levem a quebrar a exploração levada a efeito pelo capitalismo³⁴.

Todos sabem que os direitos dos trabalhadores não serão assegurados apenas com garantias constitucionais e legais. No entanto, a experiência das últimas décadas de luta nos mostra, também, que inscrever direitos e garantias na Constituição é uma forma de assegurar que a luta pela implementação e pela sua realização possam crescer e se ampliar ainda mais³⁵.

³³ Idem, *ibidem*, p. 6.

³⁴ Nesse sentido, devem ser consideradas as questões relativas à limitação da jornada de trabalho, seguro-desemprego, direito à habitação, direito à comunicação social e outros, e também limites claros ao princípio da propriedade privada, à obrigação das empresas garantirem, para os que vivem do trabalho, tempo e recursos adicionais para a autoeducação, cultura, lazer, direito à creche, maternidade etc.

³⁵ Discurso do Lula proferido na sessão de 22 de setembro de 1988, publicado no Diários da Assembleia Nacional Constituinte (DANC) de 23 de setembro de 1988, p. 14313-14314, Brasil. Câmara dos Deputados.

Há questões fundamentais presentes no documento que expressam o compromisso com o combate ao preconceito e à discriminação. Por exemplo, no item relativo ao princípio da igualdade, artigo 21, propõe que

Todos são iguais perante a lei e possuem a mesma dignidade social. Ninguém poderá ser prejudicado, privilegiado ou tratado de forma discriminatória por lei ou ato de qualquer natureza em razão da nacionalidade, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, instrução, atividade profissional, estado civil, classe social, condições de nascimento, sexo e orientação sexual.³⁶

E estabelece igualmente a necessidade de sanções penais e administrativas para tais manifestações de discriminação.

No Capítulo 2º referente à Saúde, que tem como título Direito à Saúde, o artigo 228 “um direito inalienável da pessoa humana, sendo dever do poder público e da sociedade defendê-la e promovê-la”³⁷ e a seguir, no artigo 229, no item II, estabelece como um dever do poder público: “promover, proteger e recuperar a saúde pela garantia de acesso universal, gratuito e igualitário às ações e serviços de saúde em todos os níveis”³⁸. O direito ao aborto incluído no projeto será discutido adiante.

Assim como acontece com as propostas relacionadas à saúde, as propostas que o PT apresentou em seu projeto de Constituição para a educação têm um impacto importante no cotidiano da vida das mulheres. Considerando que existe divisão sexual do trabalho e a consequente responsabilização das mulheres pelas tarefas domésticas e de cuidados, políticas que contribuem para reduzir essa sobrecarga proporcionam às mulheres melhores condições de inserção no mercado de trabalho e de poderem organizar e utilizar o tempo fazendo atividades de seu interesse. Assim o PT, no item creches e escolas maternas, propõe no artigo 234 que “Em complementação ao disposto no inciso XXII do artigo 242, o poder público manterá creches e escolas maternas destinadas a menores de seis anos de idade”³⁹.

³⁶ PT, “Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte”, p. 8.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 72.

³⁸ Idem, *ibidem*, loc. cit.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 75.

Outro capítulo relevante é o referente à Seguridade Social, no parágrafo único do artigo 238: “A seguridade social deve ser universal e equânime, vedada qualquer distinção, nos termos do artigo 21, considerando-se segurados por esta os trabalhadores rurais, as donas de casa⁴⁰ e os empregados domésticos⁴¹.”

No capítulo referente ao trabalho e aos direitos fundamentais dos trabalhadores, no projeto de Constituinte do PT há duas reivindicações históricas das trabalhadoras: igualdade salarial e licença maternidade. No item II, do artigo 242:

[...] proibição de diferença de salário por trabalho igual, qualquer que seja o regime jurídico do prestador, inclusive nos casos de substituição ou sucessão do trabalhador, bem como proibição de diferença de critério de admissão e promoção por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, idade, estado civil, deficiência física, origem, militância sindical, condição social, nacionalidade, ou outros motivos discriminatórios, nos termos do artigo 21.⁴²

E no item XI: “licença à mulher gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção de gravidez, com remuneração integral, por período não inferior a 180 dias”⁴³.

Constava, no projeto do PT, a concessão de título de posse de terra igualmente para homens e mulheres, ampliação da licença maternidade e a criação da licença paternidade, afirmação dos direitos das empregadas domésticas. Propunha equiparação no casamento, liberdade de divórcio, direito e acesso ao planejamento familiar, subscrevendo o que as mulheres haviam apresentado.

O debate interno sobre o aborto

A defesa do direito ao aborto enfrentou um clima de pressão e compromissos firmados com setores da Igreja Católica. Mesmo assim, o projeto de Constituição apresentado pelo partido defendia o direito à interrupção da gravidez

⁴⁰ Esta questão será muito debatida pelas feministas, é um tema controverso, como já apontado, que hoje retoma nas discussões do Programa Nacional de Cuidados.

⁴¹ PT, “Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte”, p. 76.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 78.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 78.

e atendimento desses casos pela rede pública de saúde. Naquele momento, o PT assume essa reivindicação histórica do feminismo: a maternidade é tratada, secularmente, como função primordial das mulheres e funciona, não raro, como uma exigência capaz de relegar às mulheres a grande massa de trabalho reprodutivo, negando sua autonomia na decisão sobre seus corpos, sobre sua sexualidade⁴⁴. As pressões para a retirada deste tema vinham em boa parte de setores ligados à Igreja Católica e de outros segmentos internos. O PT manteve no seu projeto esse direito, orientando que o partido deveria abrir um processo amplo de debate interno e com a sociedade⁴⁵. A concessão feita ocorreu no debate geral do tema quando as pressões políticas da igreja se concretizaram e o partido liberou sua bancada para o voto individual, excepcionalmente, no tema do aborto – deputados federais petistas poderiam se abster caso se sentissem constrangidos, mas não poderiam confrontar o partido votando contrariamente⁴⁶. O texto final do projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso Nacional dizia:

Direito à prática do aborto

Art. 47 – A lei não punirá a prática do aborto, quando consentido livremente pela gestante ou por seu representante legal, bem como nos casos onde houver risco de vida.

⁴⁴ PT-Mulheres, *A Comissão de Mulheres do PT* publicou em junho de 1987: “Subsídios para discussão sobre a questão do Aborto”. Acervo CSBH-FPA, Fundo PT/DN- SNM Caixa 09.

⁴⁵ Na reunião do Diretório Nacional do PT (Cajamar, 11 e 12 de abril) extraordinária e ampliada, tomou várias decisões sobre pontos omissos ou polêmicos do anteprojeto de Constituição do professor Fábio Konder Comparato. Um desses pontos – e o que mais controvérsias provocou na reunião – foi o do aborto. Comissão Executiva Nacional do PT, “O Debate do Aborto: o partido aprova a garantia constitucional do direito à prática do aborto em carácter indicativo”, em *Boletim Nacional*, n. 27, maio de 1987. Dossiê Mulheres: esquerdas, política e trabalho”, em *Revista Perseu: história, memória e política*, n. 7, ano 5, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/5>. Acesso: 26 set. 2024.

⁴⁶ A decisão final do DN é a seguinte: abre-se, desde já e até o próximo Encontro Nacional, marcado para 4, 5 e 6 de dezembro de 1987, um amplo e aprofundado debate sobre a questão dentro do Partido e entre o PT e a sociedade. Durante esse debate, os filiados do PT – parlamentares ou não – ficam liberados para defender suas posições, levando em conta que a decisão indicativa para o tema, tomada por maioria de votos do DN na citada reunião, é a garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases. Comissão Executiva Nacional do PT. “O Debate do Aborto: o partido aprova a garantia constitucional do direito à prática do aborto em carácter indicativo”.

Parágrafo único. Nos termos deste artigo, os órgãos de saúde pública prestarão toda assistência à mulher que se submeter à prática do aborto⁴⁷.

Essa difícil e realista deliberação do Diretório Nacional somente foi adotada após exaustiva discussão, na qual tomaram parte muitos companheiros e companheiras e graças à mediação de uma comissão composta pelos deputados federais Plínio de Arruda Sampaio, José Genoino Neto e Benedita da Silva; e o deputado estadual Ivan Valente (SP); e da companheira Diná Lemos, delegada do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.

Durante as discussões formaram-se, em termos gerais, três principais correntes de opinião⁴⁸:

1) Não incluir o tema na Constituição Federal. Os argumentos, entre outros, que fundamentavam esse ponto de vista eram: o pouco debate em relação ao aborto no partido e na sociedade; as questões éticas e de outra natureza envolvidos no tema. Os defensores dessa proposta sugeriam que essa questão fosse debatida após a promulgação da Constituição, quando fossem realizados os debates para adaptar o Código Civil e o Código Penal às novas regras estabelecidas.

2) Inclusão com restrições. Na verdade, variantes da proposta acima. a) Inclusão do tema, nas Disposições Transitórias da Constituição, remetendo o assunto a um plebiscito popular que definiria a questão antes da promulgação; b) aceita a inclusão do tema no Projeto da Constituição do PT, e propõe a descriminalização do aborto, com assistência da área estatal de saúde, mas sem a consagração da garantia da prática como princípio constitucional.

3) Garantia constitucional do direito à prática do aborto. Esse ponto de vista pressupõe a descriminalização do aborto e que o Estado preste assistência sob todos os aspectos e em todas as fases. Na defesa dessa proposta foram utilizados, entre outros, os argumentos: o aborto não deve ser considerado um problema individual. É também um problema de saúde pública e social, e nesse sentido, é político.

⁴⁷ PT, “Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte”, p. 14.

⁴⁸ “O Debate do aborto: o partido aprova a garantia constitucional do direito à prática do aborto em caráter indicativo”, p. 131. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/5>. Acesso: 26 set. 2024.

Estava, portanto, aberto o debate sobre o aborto. A discussão do tema nunca foi vetada no partido, tampouco foi organizada de forma sistemática e ampla, quer pelos que o condenam, quer pelos que defendem sua prática. Em períodos seguintes, em diversos Congressos e Encontros Nacionais, se aprovam declarações e resoluções sobre o direito ao aborto, bem como enfrentamentos àqueles que propuseram medidas mais restritivas. As circunstâncias constituintes colocaram o partido na contingência de ter de fazer uma opção explícita, em curtíssimo tempo⁴⁹.

Os argumentos acima são citados para recuperar o sentido das propostas que estavam presentes neste debate e que ainda estão presentes nos tempos atuais. Embora naquele momento houvesse raríssimas manifestações a favor da proibição do aborto no texto constitucional, atualmente há uma interdição para apresentar a defesa do direito ao aborto, por exemplo, nos programas de governo.

O momento de elaboração do projeto de Constituição é um período de maior coerência na elaboração partidária; de radicalidade na disputa ideológica na defesa das posições do partido, mesmo enfrentando o conservadorismo de setores aliados importantes; é de uma ousadia que o partido perderá na década seguinte, juntamente com o declínio da coesão de sua bancada federal⁵⁰. Ao longo dos anos, no Partido dos Trabalhadores, em várias ocasiões, a discussão do aborto esteve e está presente, seja nas instâncias partidárias ou no governo. Uma sistematização das discussões e deliberações merece ser apresentada em um texto próprio, apontado a trajetória desse tema no PT.

Aconteceram muito debates internos e posteriormente houve intensas disputas na elaboração da Constituinte, mas é importante assinalar o fato de que as emendas populares, incluindo aquelas que as mulheres do PT endossaram, eram uma forma de luta nas ruas que, na época, se caracterizou por um amplo processo de organização e participação popular.

⁴⁹ PT, “Projeto de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembleia Nacional Constituinte”, p. 132. As manifestações posteriores sobre este tema fogem do período que estamos revisitando.

⁵⁰ Ainda em 1989, foi relevante a iniciativa do deputado José Genoíno Neto (PT-SP), que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei com seis artigos, declarando a livre opção da mulher de ter ou não filhos, o direito de interromper a gravidez nos primeiros 90 dias de gestação, bem com o atendimento dos casos necessários na rede pública de saúde.

A mobilização das mulheres e a bancada feminina

Um dos instrumentos de mobilização e organização das mulheres em nosso país para a Constituinte foi a *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*⁵¹, que fez parte de uma campanha pelos direitos da mulher na Constituição de 1988 promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁵², e contribuiu na ação do movimento junto aos constituintes, na articulação com os movimentos de mulheres e feministas. A articulação do CNDM com os movimentos e ações de incidência no processo de elaboração da Constituição teve início nas propostas para as eleições de 1986 e se estende por todo processo constituinte⁵³.

O texto, na forma de uma carta, se dirigia aos constituintes, apresentava as reivindicações das mulheres nos títulos: “Direito na Família, Saúde, Trabalho, Educação e Cultura e Violência, além do título inicial: Princípios Gerais, sobre o princípio da igualdade”. Não se trata de analisar as propostas desta Carta em comparação às que estão no Projeto de Constituinte apresentado pelo PT, mas afirmar que não havia contradições entre ambos os documentos, pois refletiam os debates que ocorriam no movimento feminista⁵⁴ e nos movimentos sociais. O preâmbulo da Carta inscreve o conteúdo das propostas, reafirmando o princípio da igualdade entre mulheres e homens:

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa sim o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade

⁵¹ Carta das Mulheres para os Constituintes – Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso: 12 ago. 2024.

⁵² J. Pitanguy, “Celebrando os 30 anos da carta das mulheres brasileiras aos constituintes”, em A. Ramos Melo (org.), *Série Anais de Seminário: 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes*, vol. 1/2018, p. 47 e 48. Disponível em: https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/versaodigital/2/index.html#zoom=z. Acesso: 26 set. 2024.

⁵³ Para referências sobre esse processo, ver os textos de J. Pitanguy, H. Pereira Melo, S. Shumacher, em *Anais de Seminário: 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes*, vol. 1/2018.

⁵⁴ Brasil, Câmara dos Deputados. Entrega da carta em sessão de 26 de março de 1987. Câmara dos Deputados - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Escrevendo a História – Mulher Constituinte - Entrega da Carta das Mulheres na sessão de 26 de março de 1987, publicada nos Diários da Assembleia Nacional Constituinte (DANC) de 27 de março de 1987, 972 p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituente>. Acesso: 26 set. 2024.

na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar; o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas.

O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes de que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres, quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios e palácios⁵⁵.

A Carta foi entregue aos constituintes em março de 1987 e, na oportunidade, a deputada Cristina Tavares saudou as mulheres que compareceram ao Congresso e disse: “A Mesa aqui representada significa não apenas as 26 mulheres constituintes, mas os nossos companheiros da Assembleia Nacional Constituinte, que também defenderão bravamente as teses das mulheres constituintes”.⁵⁶

Para retomar a discussão sobre o direito ao aborto, agora no processo de escrita da Constituição, e apontar que, durante a primeira fase deste processo, quando os trabalhos se deram em Comissões, registram-se dois grandes embates travados em Comissões Temáticas da Câmara no que diz respeito à autonomia das mulheres: um referente ao direito ao aborto e outro que era garantir explicitamente no texto a proibição da descriminalização em razão da orientação sexual. Essa demanda foi pautada pelos movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) e apoiada pelos movimentos de mulheres, também não incorporada por pressão dos parlamentares conservadores. Setores da Igreja Católica fizeram um abaixo-assinado para incorporar no texto da Constituição a defesa da vida desde a concepção. Os movimentos feministas fizeram abaixo-assinado em defesa do direito ao aborto⁵⁷. Diante da polêmica

⁵⁵ Trecho do texto de apresentação da “Carta das Mulheres aos constituintes”. Aos Constituintes de 1987. Assembleia Nacional Constituinte. Congresso Nacional. Brasília – DF. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, p. 1.

⁵⁶ Brasil, Câmara dos Deputados - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Escrevendo a História – Mulher Constituinte - Entrega da Carta das Mulheres na sessão de 26 de março de 1987, publicada no DANC de 27 de março de 1987, 972 p., p. 2.

⁵⁷ Um exemplo dessa mobilização é uma correspondência enviada pelo PT-RS – Cuidado Perigo – menciona que as mulheres do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul estão em campanha para conseguir 30 mil assinaturas para uma emenda popular que “defenda o

instalada no Congresso e na sociedade, a bancada feminina e os movimentos feministas avaliaram que era minoritário o grupo de parlamentares que defendiam a descriminalização do aborto, não havendo consenso nem mesmo na bancada das mulheres. Considerando o contexto desfavorável e as ameaças de retrocessos, os movimentos de mulheres, feministas, parlamentares e o CNDM consideraram mais prudente deixar esse assunto para o Código Penal.

A bancada feminina na Assembleia Constituinte

Na Constituinte eram 559 parlamentares, entre esses, 26 deputadas eleitas. Só para lembrar que, das Constituições anteriores do nosso país, somente a de 1934 teve uma mulher deputada eleita – Carlota Pereira de Queiroz⁵⁸, representante do estado de São Paulo, a única mulher entre os 214 deputados eleitos para elaborar o primeiro texto constitucional da Era Vargas.

A própria designação “bancada feminina” jamais deve ser confundida com “bancada feminista”. A pesquisadora Fanny Tabak⁵⁹ aponta para o fato de que poucas das 26 deputadas constituintes aceitariam a condição de feministas. A maioria das deputadas ocupava o mesmo espectro ideológico dos demais

direito à vida da mulher, à assistência integral à saúde a mulher, a legalização ou descriminalização do aborto e à proteção da maternidade pelo estado como direito e opção da mulher”. Enfatiza que em 1987 estavam lutando pelo direito à vida e “pela maternidade como direito e opção”. Ao final pede para as pessoas procurarem informações na sede do partido para saber do abaixo assinado. Acervo CSBH-FPA.

⁵⁸ Primeira deputada federal da história do Brasil, Carlota Pereira de Queiroz pautou seu mandato na defesa dos direitos da mulher e da criança. Sua presença na Constituinte de 1934, a despeito da gritante desproporção entre homens e mulheres no Congresso Nacional de então, foi um marco na representação política da mulher brasileira. A eleição de Carlota Pereira de Queiroz, em 3 de maio de 1933, ocorreu pouco mais de um ano depois que o presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, que determinava, em seu art. 2º, que era eleitor todo cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. Essa conquista das mulheres foi consolidada na Constituição de 1934, com a alteração da idade eleitoral mínima para 18 anos e a ressalva de que o voto só era obrigatório para as mulheres que exercessem função pública remunerada, sendo facultativo para as demais. As constituições posteriores à de 1934 e anteriores à de 1988 não contaram com a participação feminina em sua elaboração – nem mesmo a de 1946, que marcava a redemocratização do país, após os oito anos do Estado Novo.

⁵⁹ F. Tabak, “A mulher brasileira no Congresso Nacional”, em Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, p. 125.

constituíntes, independentemente do sexo: uma postura moderada, levemente progressista, no que se referia aos direitos das mulheres. A maior bancada entre as mulheres pertencia ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com nove representantes (36% da bancada feminina). Em seguida, aparecia o grupo do Partido da Frente Liberal (PFL), com sete deputadas. O Partido Democrático Social (PDS) e o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contavam, cada um, com duas constituíntes. Elegeram apenas uma representante o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e o Partido Social Cristão (PSC). A base do governo, formada pelos partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL), correspondia, portanto, a 64% da bancada feminina⁶⁰.

As deputadas eleitas de diferentes partidos⁶¹ e ideologias tiveram que se unir e enfrentar um ambiente masculino e machista. A atuação unificada daquelas mulheres, muito fortemente influenciadas pela presença e pressão dos movimentos feministas superaram o estigma sobre a possível atuação delas, intenção inicial de deixá-las para aquilo que se considerava tema de mulher: família, crianças, planejamento familiar, queriam tratá-las como musas! A despeito da heterogeneidade de suas origens geográficas, de suas ideologias político-partidárias, de suas formações profissionais e de suas motivações, as deputadas que compunham a bancada feminina se uniram em torno de

⁶⁰ Deputadas Constituintes: Abigail Feitosa (PMDB-BA); Anna Maria Rattes (PSDB-RJ); Benedita da Silva (PT-RJ); Beth Azize (PSB-AM); Cristina Tavares (PMDB-PE); Dirce Tutu Quadros (PTB-SP); Eunice Michilles (PFL-AM); Irma Passoni (PT-SP); Lídice da Mata (PCdoB-BA); Lúcia Braga (PFL-PB); Lúcia Vânia (PMDB-GO); Márcia Kubitschek (PMDB-DF); Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF); Maria Lúcia (PMDB-AC); Marluce Pinto (PTB-RR); Moema São Thiago (PTB-CE); Myrian Portella (PDS-PI); Raquel Cândido (PFL-RO); Raquel Capiberibe (PMDB-AP); Rita Camata (PMDB-ES); Rita Furtado (PFL-RO); Rose de Freitas (PMDB-ES); Sadie Hauache (PFL-AM); Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); Wilma Maia (PDS-RN). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituin-te>. Acesso: 26 set. 2024.

⁶¹ No site da Câmara, entre deputadas constituíntes aparece a Moema São Thiago como (PTB-CE). Na verdade, ela foi eleita pelo PDT. Posteriormente foi para o PSDB. Na lista geral dos constituíntes ela aparece como PDT. Anna Maria Rattes foi eleita pelo PMDB e não pelo PSDB. Na lista geral dos constituíntes, ela aparece como PMDB. Bete Mendes, eleita pelo PMDB, licenciou-se do mandato de deputada federal constituinte (em 1987) para exercer o cargo de secretária da cultura do estado de São Paulo [N.E.].

um esforço naquele momento específico: a luta contra a discriminação e o reconhecimento dos direitos sociais das mulheres brasileiras, especialmente o direito à igualdade.

O que se seguiu ao longo de todo o processo constituinte foi ação unitária das parlamentares dos diferentes partidos em torno das propostas das mulheres, e que se aglutinou em torno do CNDM, na defesa dessas propostas. Em entrevista realizada pelas autoras deste texto, no dia 29 de abril de 2024, a deputada Benedita da Silva, reafirma a importância da unidade no que ficou conhecido como *lobby* do batom.

[...] E ali, criando o *lobby* do batom, nós sustentamos porque chegamos lá e disseram: – ah, essas daí são o *lobby* do batom! Nós pegamos aquilo que era negativo quando chegou a mulherada lá e pegamos pra nós como positivo, e nos unimos. Então nós éramos o *lobby* do batom e ali fizemos discussões de tudo quanto foi tema, para nós dentro da nossa proposta, da proposta do PT [...] E da mulherada toda, nós, ali, com o *lobby* do batom, nós não conseguíamos, a questão do aborto, mas teve outras conquistas. Por exemplo, a mulher teria a sua titularidade de terra, porque era só o homem que tinha. A trabalhadora rural passou a ter direitos, a trabalhadora doméstica passou a ter direito e a juventude também... Quer dizer, nós fizemos um trabalho que atingiu um número muito grande de mulheres. Talvez não tenha uma Constituição que abraçasse todas as nossas causas, mas que mudou um pouco com relação à vida de outras mulheres, isso mudou⁶².

Nessa mesma entrevista, Benedita menciona a importância que teve o Partido dos Trabalhadores (PT) como uma referência política no processo constituinte; e é preciso lembrar do papel relevante da deputada Benedita para introduzir quesitos para o combate ao racismo em nosso país⁶³.

E nós então entendemos que era o momento do PT e o PT foi muito bem. O movimento social chegava no Congresso, procurava pelo PT, era o indígena, era mulher,

⁶² B. da Silva, entrevista por E. Menicucci, F. Estima, M. L. da Costa e V. Soares, em 29 de abril de 2024.

⁶³ N. Nêris, “A Participação de Negros e Negras na Assembleia Nacional Constituinte”, em J. C. Cardoso Jr. (org.), *A Constituição Golpeada: 1988-2018*.

era negro. Eles procuravam pelo PT porque sabiam que nós estávamos ali fazendo o grande embate, com respeito aos demais partidos, mas procuravam o PT⁶⁴.

Conquistas das mulheres na Constituição

A Constituição de 1988 contém avanços importantes no campo dos direitos, das liberdades e da participação da cidadania. Mantém intocados – no essencial e no global – injustiças, privilégios e omissões, que podemos dizer incompatíveis com uma sociedade democrática, ainda que nos limites do capitalismo⁶⁵. Houve uma limitação importante na Constituição – que foi a existência de 154 dispositivos a serem regulamentados por leis complementares e ordinárias, criando um processo que não acaba. São leis necessárias para regulamentar os direitos garantidos na Constituição, algumas foram regulamentadas, outras ainda não. E particularmente nos últimos oito anos, a Constituição de 1988 tem sofrido inúmeras tentativas de modificações que buscam alterar o que tem de valores e princípios democráticos. É possível interpretá-la como um documento que, apesar de seus problemas, abriu possibilidades concretas para a efetivação de um conjunto de direitos à cidadania, em um contexto interno de transição pelo alto e, ainda, em diferentes partes do mundo, uma ampliação da influência direta do pensamento e das políticas neoliberais⁶⁶. Mas é preciso acentuar que apesar de uma maioria conservadora ter aprovado um texto progressista, no sentido que alargou os limites da transição negociada, isso só foi possível graças às lutas travadas pelos movimentos populares e democráticos no momento constituinte. Os direitos sociais, tais como educação, saúde, alimentação,

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ O PT assinou a Constituição, mas votou contra em função de não haver avanços em cinco pontos centrais. São eles: 1. O direito à propriedade (reforma agrária e reforma urbana); 2. Sistema de justiça (mecanismos de democratização); 3. Monopólio das Comunicações; 4. Papel das forças armadas; e 5. Tortura como crime imprescritível. Tem um outro tema que é relevante da conjuntura e até os dias de hoje causa muita discussão: a questão do aborto. Obviamente isso não estava no horizonte do partido entre os temas que o impediu de votar.

⁶⁶ “O PT e a constituinte, 1985-1988”, em *Perseu: história, memória e política*. Centro Sérgio Buarque de Holanda, n. 6, 2011, p.99-100. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/207/166>. Acesso: 26 set. 2024.

segurança, previdência e assistência social foram considerados como “direito de todos e dever do Estado”.

A Constituição de 1988 garante muitas dimensões para o exercício da igualdade das mulheres. Destacamos:

- Estabelece a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, e a igualdade perante a lei para todos, sem distinção de qualquer natureza. E dentro dos Princípios, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- A prática do racismo passou a ser constituída como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- No âmbito familiar, elimina a figura do homem como chefe da família; prevê a igualdade de direitos de filhos fora da relação conjugal; estabelece como dever do Estado reprimir a violência contra a mulher na esfera de suas relações familiares; propõe creches e pré-escolas e título de uso da terra para ambos os sexos.
- Garantia de direitos do trabalho: licença maternidade de 120 dias sem prejuízo do salário, função ou do emprego, proíbe discriminação no mercado de trabalho por sexo ou estado civil, proibição da diferença salarial na mesma função, da discriminação nos critérios de admissão; ampliou direitos trabalhistas e previdenciários para trabalhadoras domésticas, reconhecimento da profissão da trabalhadora rural.
- Nos direitos reprodutivos, reconhece o direito de a mulher decidir sem coerção sobre o número de filhos que deseja ter e que é dever do Estado fornecer meios e informações para tal decisão.
- A licença paternidade ficou restrita a cinco dias, mas introduziu, juntamente com o reforço da luta por creches, o debate sobre o papel social da maternidade, e as responsabilidades sobre a reprodução que somente nestes tempos está sendo discutida na Política Nacional de Cuidados⁶⁷.

⁶⁷ Após um ano e meio de trabalho coordenado pelo GTI Cuidados – Grupo de Trabalho composto por 20 ministérios – em diálogo com diversos setores da sociedade, o Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Cuidados foi enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional no dia 03 de julho de 2024. “Política Nacional de Cuidados é enviada

- Reconhecimento da responsabilidade do Estado no enfrentamento à violência doméstica, e com isso deixando de ser um assunto somente das famílias;
- Estabeleceu um conjunto de direitos às trabalhadoras urbanas e rurais, especialmente a igualdade no âmbito do trabalho, sendo que somente posteriormente se tornou lei.⁶⁸
- Introduziu o conceito de “direito à saúde”, assegurando-a como um “dever do Estado” e garantido por um sistema de abrangência universal, com todo o atendimento gratuito e acesso amplo, e fortemente influenciado pelo movimento feminista.
- É importante destacar a ausência do direito ao aborto, mas vale ressaltar que houve muito debate e muita negociação para impedir que constasse na Constituição o direito à vida desde a concepção, o que foi uma conquista, mas a tentativa de alterar esse artigo ainda está presente no atual Congresso Nacional, com inúmeros projetos.⁶⁹

ao Congresso nesta quarta-feira (03.07)”. Disponível em: [⁶⁸ Por iniciativa do governo federal, em 2023 o Brasil passou a ter uma lei que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres. A Lei 14.611 foi publicada em 4 de julho e visa diminuir as desigualdades existentes nas remunerações entre trabalhadores e trabalhadoras. “Após muitas discussões, em 23 de novembro de 2023, foi publicado o Decreto 11.795 para regulamentar a referida lei, bem como foi publicada em 27 de novembro de 2023 a Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.714 para regulamentar o decreto. G. Tawada, “Lei da Igualdade salarial entre homens e mulheres”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-25/lei-da-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/>. Acesso: 20 set. 2024.](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/politica-nacional-de-cuidados-e-enviada-ao-congresso-nesta-quarta-feira#:~:text=A%20Pol%C3%AAdtica%20Nacional%20de%20Cuidados%20tem%20como%20objetivo%20garantir%20o,que%20s%C3%A3o%20fundamentalmente%20as%20mulheres. Acesso: 20 set. 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

⁶⁹ Em junho de 2024, milhares de mulheres saíram às ruas em diversas partes do país para pedir o arquivamento do Projeto de Lei 1904/24, que equipara o aborto acima de 22 semanas de gestação ao homicídio e propõe o aumento de dez para 20 anos para quem abortar. A proposta é de autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante, do Partido Liberal (PL-RJ). “Enquanto a forte repercussão contrária ao ‘PL do Estupro’, com protestos em várias capitais do Brasil, fez os parlamentares recuarem, outras ameaças ao aborto legal seguem avançando no Congresso Nacional. Um monitoramento do Cfemea, ao qual a Agência Pública teve acesso com exclusividade, mostra que há 98 propostas legislativas que querem dificultar ou proibir o direito no Brasil. Destas, ao menos oito estão “prontos para a pauta”, ou seja, podem ir a plenário a qualquer momento”. M. Correia, “As dezenas de projetos contra o aborto no Congresso Nacional”. Disponível em: <https://>

- Embora ampliando direitos, não houve o pleno reconhecimento das trabalhadoras domésticas como trabalhadoras, o que só veio acontecer com a PEC das Trabalhadoras Domésticas, que deu origem à Emenda Constitucional (LC 150/2015), mas teve início ampla discussão sobre tema⁷⁰.

A caminhada foi longa. Foram dias de intensos debates e discussões nos quais os diferentes atores e atrizes, mesmo com as condições adversas e os entulhos autoritários herdados, vislumbravam a possibilidade de escrever na história, a partir do ordenamento jurídico maior do país, a Constituição, as condições para viver num país livre e democrático com a garantia dos direitos sociais, políticos e econômicos de seus cidadãos e cidadãs. As mulheres petistas atuando junto ao movimento de mulheres e ao movimento feminista e se organizando internamente no partido, com suas propostas, contribuíram para que o PT, em seu projeto de Constituição, incorporasse propostas para romper com as discriminações e avançasse nas discussões referentes às mulheres⁷¹. Nesse sentido, concordamos com a deputada Benedita da Silva:⁷² “Primeiro eu penso que valeu a pena. Nós passamos por muitos momentos difíceis, mas

www.nexojornal.com.br/externo/2024/07/02/as-dezenas-de-projetos-contr-o-aborto-no-congresso-nacional; e A. C. Campos e D. Mello, “Manifestantes protestam contra PL do aborto no Rio e em São Paulo”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-06/manifestantes-protestam-contr-a-pl-do-aborto-no-rio-e-em-sao-paulo>. Acesso: 20 set. 2024.

⁷⁰ Em 02 de abril de 2013 foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72, que em sua origem era a PEC 66/12, que alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Em junho de 2015, a PEC foi regulamentada com a aprovação da Lei Complementar 150, que ampliou as garantias previstas para a categoria, como obrigatoriedade de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acesso ao seguro-desemprego, salário-família, adicional noturno e receber horas extras. Presidência da República. Casa Civil Subchefia de Assuntos Jurídicos. “Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72; e A. Verdélio, “PEC das domésticas: informalidade e precariedade persistem no país”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/pec-das-domesticas-informalidade-e-precariedade-persistem-no-pais>. Acesso: 20 set. 2024.

⁷¹ Mulheres-PT, “Contribuição da ‘Comissão de Mulheres do PT’ ao debate sobre a Constituinte”. cit. 1. Acervo CSBH-FPA.

⁷² B. da Silva, entrevista por E. Menicucci, F. Estima, M. L. da Costa e V. Soares, em 29 de abril de 2024.

valeu a pena. Sempre vale a pena. A gente não pode desistir nem dos nossos sonhos, nem de sonhos que construímos juntos.”⁷³

Referências

- ABREU, Maria Aparecida (org.). *Redistribuição, reconhecimento e representação*: diálogos sobre a igualdade de gênero. Brasília: Ipea, 2011.
- ALVAREZ, Sonia. “Disciplinamento ou radicalização dos feminismos no século XXI: Experiências Latino-americanas”. Lisboa - Conferência de Abertura - *Congresso Feminista, 2008*. Funchal: Euthália Editora, 2010, p. 29-36.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. “Carta das Mulheres para os Constituintes”. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidadada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso: 26 set. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Discurso do Lula proferido na sessão de 22 de setembro de 1988, publicado no Diários da Assembleia Nacional Constituinte (DANC) de 23 de setembro de 1988, p. 14313-14314, Câmara dos Deputados.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Documento com pronunciamento de parlamentares na entrega da carta das mulheres aos constituintes. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Escrevendo a História – Mulher Constituinte - Entrega da Carta das Mulheres na sessão de 26 de março de 1987, publicada no DANC de 27 de março de 1987, 972 p. PDF.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. “Política Nacional de Cuidados é enviada ao Congresso nesta quarta-feira (03.07)”. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/politica-nacional-de-cuidados-e-enviada-ao-congresso-nesta-quarta-feira#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Cuidados%20tem%20como%20objetivo%20garantir%20o,que%20s%C3%A3o%20fundamentalmente%20as%20mulheres>. Acesso: 26 set. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Registro das Sessões. Mulheres constituintes. Discursos destacados das Sras. Deputadas na Constituinte de 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituente>. Acesso: 26 set. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia de Assuntos Jurídicos. “Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72. Acesso: 26 set. 2024.
- BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume I. Dezembro/2014. 976 páginas. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso: 26 set. 2024.

⁷³ Agradecimento à Suely Oliveira, Conceição Nascimento, Laisy Moriére pela leitura, observações e sugestões e das contribuições ao longo da preparação deste texto.

- BRASIL MULHER, ano 2, nº 11, abril de 1978. Matéria especial sobre o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/peri-dicos-4>. Acesso: 26 set. 2024.
- BRASIL MULHER, ano 4, nº 15, abril de 1979. “Encarte Especial das Resoluções do 1º Congresso da Mulher Paulista”. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/peri-dicos-4>. Acesso: 26 set. 2024.
- CAMPOS, Ana Cristina e MELO, Daniel. “Manifestantes protestam contra PL do aborto no Rio e em São Paulo”. Agência Brasil, EBC. 23/06/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-06/manifestantes-protestam-contra-pl-do-aborto-no-rio-e-em-sao-paulo>. Acesso: 26 set. 2024.
- CORREIA, Mariama. “As dezenas de projetos contra o aborto no Congresso Nacional”. Nexo Jornal. 02/07/2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/07/02/as-dezenas-de-projetos-contra-o-aborto-no-congresso-nacional>. Acesso: 26 set. 2024.
- CUT. “A Constituição e os direitos da mulher”. Comissão Nacional da Questão da Mulher. Central Única dos Trabalhadores (CUT). (mimeo). Acervo CSBH-FPA.
- FERNANDES, Florestan. “O significado histórico da constituinte”. Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para reforma política. *Cadernos Perseu – História & Memória*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/04/cadernosperseu_florestanfernandes-constituente_completo_0.pdf. Acesso: 26 set. 2024.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, pesquisa de opinião pública realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/a-mulher-brasileira-nos-espacos-publico-e-privado/>. Acesso: 26 set. 2024.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Dossiê de Documentos. PT e a Constituinte. “O PT e a constituinte, 1985-1988”. *Perseu: história, memória e política*. Centro Sérgio Buarque de Holanda, nº 6, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/207/166>. Acesso: 26 set. 2024.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Dossiê Mulheres: esquerdas, política e trabalho. “O Debate do Aborto: o partido aprova a garantia constitucional do direito à prática do aborto em caráter indicativo”. *Boletim Nacional*, nº 27, maio de 1987. Revista *Perseu: história, memória e política*, nº 7, Ano 5, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/5>. Acesso: 26 set. 2024.
- GENOINO, José e CALDAS, Andrea. *Constituinte: avanços, herança e crises institucionais*. Curitiba: Editora Kotter, 2024.
- GODINHO, Tatau. “O PT e o feminismo”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/mulher-e-politica-genero-e-feminismo-no-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso: 26 set. 2024.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Prefácio”. Genoino, José e Caldas Andrea. *Constituinte: avanços, herança e crises institucionais*. Curitiba: Editora Kotter, 2024.

- MULHERIO. Fundação Carlos Chagas. Repositório FCC. Ano III, n.13. 1983; Ano III, n.14, 1983; Ano VI, N. 26, 1986. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/>. Acesso: 26 set. 2024.
- NÉRIS, Natalia. “A participação de negros e negras na Assembleia Nacional Constituinte”. *A Constituição Golpeada: 1988- 2018*. CARDOSO JR., José Celso (org.). São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2018.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Boletim Nacional*. Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, nº 09, março de 1985, São Paulo/SP. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/696>. Acesso: 26 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em 06 de maio de 1987”. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Declaração Política do Partido dos Trabalhadores”. São Bernardo do Campo, 13 de outubro de 1979. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-declaracaopolitica_0.pdf. Acesso: 26 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “Cuidado Perigo”. Boletim do PT do RS. 1987. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “Contribuição da “Comissão de Mulheres do PT” ao debate sobre a Constituinte. Comissão de Mulheres do Partido dos Trabalhadores. s/d. Acervo CSBH-FPA. Fundo: PT/DN/SNM – Caixa 01
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. “Subsídios para discussão sobre a questão do Aborto”. *A Comissão de Mulheres do PT*, junho de 1987 Acervo CSBH-FPA, Fundo PT/DN- SNM Caixa 09.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. Acervo sobre Encontros Nacionais de Mulheres do PT do Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo: PTDN- SNM- Caixa 01 – 1º Encontro Nacional do PT Sobre Movimento de Mulheres, 1982; 2º Encontro Nacional Militantes Petista Movimento de Mulheres, 1988; 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT, 1991; 4º Encontro Nacional Mulheres do PT, 1993. Disponível em: siac.fpabramo.org.br.
- PTANGUY, Jacqueline. “Celebrando os 30 anos da carta das mulheres brasileiras aos constituintes”. *Série Anais de Seminários 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes*. MELO, Adriana Ramos (org.) Rio de Janeiro. Emerj. 2018. Disponível em: https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/versaodigital/2/index.html#zoom=z. Acesso: 26 set. 2024.
- POLATO, Thaís. “Lembrar é resistir: 40 anos da invasão da PUC-SP”. *J.PUC-SP* Jornal da PUC-SP. Disponível em: <https://j.pucsp.br/noticia/lembrar-e-resistir-40-anos-da-invasao-da-puc-sp>. Acesso: 20 set. 2024.
- RAGO, Margareth. “Ser mulher no século XXI ou carta de alforria”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMANN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 31-43.
- RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”, *Labrys*, Estudos feministas, n. 3, janeiro/julho, 2003. Disponível em: <https://medium.com/revistalabrys/os->

- feminismos-no-brasil-dos-anos-de-chumbo-%C3%A0-era-global-dc6269366a61. Acesso: 26 set. 2024.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Benedita da. Entrevista por E. Menicucci, F. Estima, M. L. da Costa e V. Soares, 29 de abril de 2024. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2024.
- SILVA, Daniel Neves. “Constituição de 1988”. Brasil Escola, UOL. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-1988.htm>. Acesso: 26 set. 2024.
- SOARES, Vera. “Movimento feminista – Paradigmas e desafios”. Revista *Estudos Feministas*, nº 11, ano 2, volume especial, 1994.
- TABAK, Fanny. “A mulher brasileira no Congresso Nacional”. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1989.
- TAWADA, Giovanna. “Lei da Igualdade salarial entre homens e mulheres”. Consultor Jurídico. 25/12/2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-25/lei-da-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/>. Acesso: 26 set. 2024.
- VERDÉLIO, Andréia. “PEC das domésticas: informalidade e precariedade persistem no país”. Agência Brasil, EBC. 02/04/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/pec-das-domesticas-informalidade-e-precariedade-persistem-no-pais>. Acesso: 26 set. 2024.

Foto: Rosa Gaudiano



As mulheres do PT realizaram seu encontro nacional, durante dois dias.

Mulheres do PT definem a posição diante das lutas

1º Encontro Nacional de Mulheres do PT sobre o movimento de mulheres realizado nos dias 19 e 20 de junho de 1982. Foto autoria desconhecida. Publicada no *Jornal dos Trabalhadores*, ano I, n. 7.



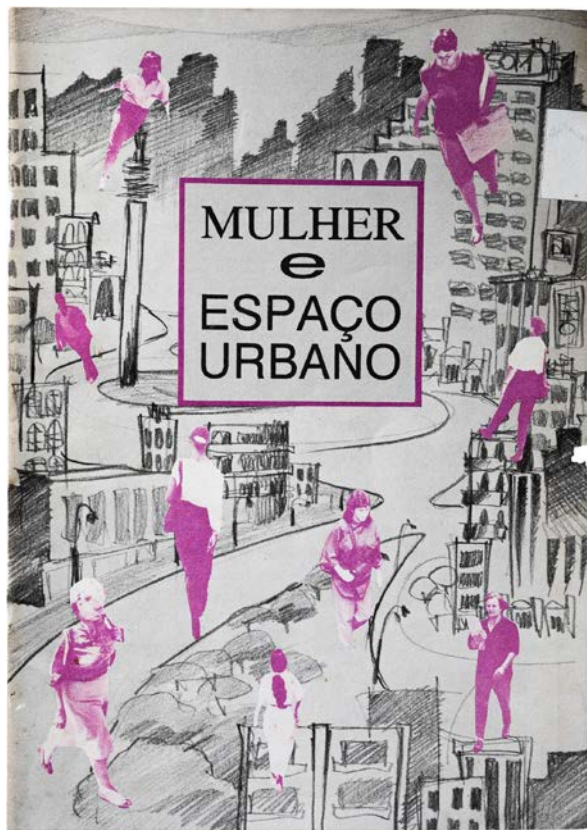
Campanha PT não há socialismo sem feminismo. PT-RS, 1986. Anúncio publicado no *Mulherio*. Ano VI, n. 25; março/agosto de 1986.



Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) no plenário da constituinte.
Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 26 de março de 1987.



Manifestação das trabalhadoras rurais no Congresso durante a Constituinte.
Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 22 de julho de 1988.



Cartilha Mulher e espaço urbano.
 Publicação da Assessoria dos Direitos
 da Mulher da Prefeitura Municipal de
 Santo André (SP). 1987.
 Acervo Maria Luiza da Costa,
 cedido ao CSBH-FPA.



Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na constituinte (1988).
 Foto Paula Simas. Acervo CSBH-FPA.



A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) assina a Constituição Federal de 1988. Agência Senado.



Emendas populares mobilizaram milhares de pessoas e movimentos. 1988.
Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados.

CONTRIBUIÇÃO DA "COMISSÃO DE MULHERES DO PT" AO DEBATE SOBRE A CONS
TITUINTE

1- Introdução

A Comissão de Mulheres do PT analisando o projeto do professor Fa-
bio Comparato que servirá de base para as proposições dos petistas,
na Constituinte, considera que este projeto com relação à questão
da mulher, não aborda de maneira explícita questões fundamentais re-
ferentes, tanto a garantia da não discriminação quanto aos nossos di-
reitos.

Consideramos que, sobre alguns pontos, como os que arrolamos á se-
guir, é fundamental detalha-los na Nova Constituição para que as le-
is complementares não continuem tendo caráter discriminatório.

Nosso objetivo neste documento é o de concentrarmos no avanço da
discussão na questão referente à mulher.

Não colocamos nosso posicionamento mais amplo em relação ao proje-
to como um todo, que apresenta ao nosso ver, outros pontos polêmicos.

LUGAR DE DONA DE CASA É NA FRENTE BRASIL POPULAR!



Para muita gente, trabalhadora é só a mulher que trabalha fora de casa. Muitos acham que a dona de casa não trabalha, ela apenas faz sua "obrigação". Mas para a FRENTE BRASIL POPULAR dona de casa também é trabalhadora...

... ela não pára de trabalhar o dia inteiro: cozinha, lava e passa as roupas, vai à feira e ao mercado, limpa a casa, cuida das crianças, dos velhos e dos doentes.

... o trabalho que ela faz no dia-a-dia representa uma grande economia para os patrões e o governo.

... é a dona de casa que tem que tentar o impossível de administrar a casa com o salário archoado da família e a inflação absurda que toma conta do País.

Até agora, a vida da dona de casa foi sempre igual: o mesmo corre-corre, as mesmas coisas para fazer, todos os dias do ano, um ano depois do outro.

Folheto da campanha Lula Presidente 1989. Comitê de Mulheres da Frente Brasil Popular.

FESTA DAS BRUXAS

SOLTE A BRUXA QUE
EXISTE EM VOCÊ

SEXTA-FEIRA
13
OUTUBRO



**Frente
Brasil
POPULAR**

LOCAL:

AV. DA FÉLIX
TERCEIRA
AV. RIO BRANCO, 311
LETO DA LUVA
20:00

COMITÊ DE MULHERES
PRÓ-LULA

Comitê de Mulheres Lula Presidente.
Vitória-ES, 13 de outubro de 1989.



**É PRECISO TER FORÇA
É PRECISO TER GARRA
É PRECISO TER SONHO
SEMPRE.**



ENCONTRO COM AS MULHERES

**AUDITÓRIO ELIS REGINA • DIA 6 DE AGOSTO • 14 HS.
PARQUE ANHEMBI**

COMISSÃO DE MULHERES
FRENTE BRASIL POPULAR

CONTATO: 011 308 8502 (Taubaté/SP)

Mas o Brasil começou a mudar de cara! E A MUDANÇA ESTÁ CHEGANDO TAMBÉM PARA AS DONAS DE CASA. Elas também querem mudanças em suas vidas: diminuir o volume do trabalho doméstico; dividir a responsabilidade da educação dos filhos; poder estudar; ter lazer; procurar uma profissão no mercado, como é a vontade de muitas; ter o direito e o tempo disponível para participar da vida política, dos movimentos, das lutas.

Para essas milhões de mulheres, que estão ajudando a mudar o Brasil, o programa de governo da FRENTE BRASIL POPULAR propõe:

- 1- Programas de criação de creches e escolas para todas as crianças.
- 2- Programas de incentivo para que todos os locais de trabalho e estudo ofereçam refeições.
- 3- Programas para a instalação de lavanderias públicas nos bairros e nos locais de trabalho.
- 4- Programas de ensino profissionalizante para as donas de casa e promoção de políticas que garantam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.
- 5- Incentivo a programas de governos e prefeituras que ofereçam oportunidades de esporte e cultura para o lazer das donas de casa e da família.

É por causa de propostas como estas que os patrões tentam colocar na cabeça das mulheres que a vitória do LULA vai piorar a nossa vida.

Mas é exatamente o contrário: só a vitória do candidato LULA vai trazer mudanças reais e para melhor no dia-a-dia das donas de casa e de todas as mulheres trabalhadoras! VAMOS ELEGER LULA E MUDAR A CARA DO BRASIL!



Comitê de Mulheres da
Frente Brasil
Popular



Mulheres na Campanha
Lula presidente, de 1989.
Acervo CSBH-FPA.

MULHER E PT



UMA PROPOSTA DE DISCUSSÃO E TRABALHO

Mulher e PT. Uma proposta
de discussão e trabalho -
Comissão de Mulheres - PT.
Junho de 1981.
Acervo Tatau Godinho,
cedido ao CSBH-FPA.

Grande passeata de mulheres pró-Lula

Dia **11** de dezembro

Concentração na Casa da Cultura, às 17 horas

Ato na Praça Oito, às 18 horas

Saída às 17 h 30

MULHER CAPIXABA, VENHA PRA LUTA!

Não há socialismo sem feminismo.



Venha preferencialmente de vermelho ou branco.

Movimento de Mulheres Capixabas pró-Lula

Panfleto de campanha. Passeata de
mulheres pró-Lula. Espírito Santo.
Acervo Tatau Godinho, cedido
ao CSBH-FPA.

O CONGRESSO DO PT E AS MULHERES

SUB-SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT
PROPOSTA PARA O REGIMENTO INTERNO

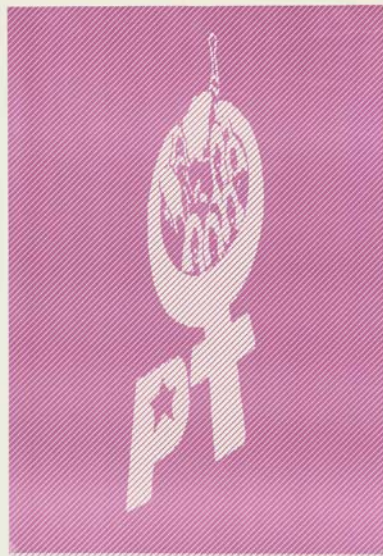
"Agora, eu sou uma estrela..."



Mulheres do PT

Folheto elaborado para divulgar e trabalhar as propostas das mulheres para o 1º Congresso no tema referente a construção partidária. Agosto de 1991.

III ENCONTRO NACIONAL DE MILITANTES
PETISTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES



Belo Horizonte,
16, 17 e 18 de agosto

Cartaz do 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. 16, 17 e 18 de agosto de 1991.

Informações: Secretaria Nacional de Movimentos Populares /
Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT - Fone: (011) 225-7890

Propostas de emendas das MULHERES para o Primeiro Congresso do PT

São propostas que as mulheres acreditam que possam diminuir sua exclusão na vida partidária.

São artificiais, afirm de romper com uma situação não natural a que as mulheres estão submetidas na sociedade e no partido.



No Brasil, em 1970, as mulheres eram 18% da população economicamente ativa. Nos vinte anos seguintes houve uma estranha máxica de mulheres no mercado de trabalho. As projeções para 1990 apontam que as mulheres já ocupam 41% deste mercado.

As mulheres assumiram grande espaço e responsabilidade na produção, mas tiveram que acumular o trabalho fora de casa com o trabalho doméstico e estão longe da cidadania plena, estão longe de ter seus direitos assegurados.

Além disso, a conjuntura do país, é preciso sempre considerar que nela homens e mulheres vivem situações diferentes e têm oportunidades e direitos que não são iguais.

Os diagnósticos estão aí para mostrar as desigualdades. A concentração das mulheres nas faixas de renda mais baixas, a sua desqualificação profissional, as altas taxas de mortalidade materna e infantil, a precariedade do atendimento de saúde, o desrespeito à legislação trabalhista. As formas diretas da discriminação são complementadas por formas indiretas - discriminação embutida nas funções menos qualificadas exercidas pelas trabalhadoras, as restrições ao emprego das mulheres casadas

e com filhos, as vantagens oferecidas para não assinar carteira de trabalho.

A persistência de formas de discriminação pode ser combatida com estratégias igualitárias desenvolvidas em outros países com o objetivo de enfrentar os desafios da construção de sociedades democráticas baseadas na igualdade, na cidadania plena, nos direitos individuais e na liberdade.

Formular políticas que incidam diretamente sobre os mecanismos das discriminações e desigualdades e que permitam às mulheres o pleno acesso à cidadania se faz necessário, nos momentos de enfrentamento com os poderes conservadores, na elaboração e concretização de programas de governo, e na construção partidária.

E mais

Creches nos Encontros

Acesso à formação política

Comunicação sem preconceitos

Comissão Estadual Mulheres do PT/SP - (011) 223-7999 - Novembro 1991

Boletim com as diversas propostas de emendas das mulheres para o 1º Congresso do PT. Novembro de 1991.

Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

Companheiras e companheiros

Aqui vocês vão encontrar as mais diversas opiniões sobre a proposta de cota mínima de 30% de mulheres na direção do partido. Nosso objetivo é o de contribuir para o esclarecimento dos delegados e delegadas no debate e na votação desta resolução. Estão também à disposição dos participantes do Congresso o abaixo assinado de adesões à proposta e o boletim da Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP com as resoluções do Encontro Nacional e outras informações úteis para esta polémica que empolga o partido.

A proposta de uma cota mínima de 30% de mulheres nas direções do partido, na forma como foi discutida no Terceiro Encontro Nacional de Militantes Petista do Movimento de Mulheres, foi aprovada nos encontros estaduais preparatórios ao 1º Congresso, do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, bem como no Encontro Nacional de Juventude do PT. No Encontro Estadual de São Paulo, a proposta obteve 43% de votos favoráveis (em urna). Em alguns Estados, mobilizou e dividiu a plenária dos Encontros, em outros foi bastante discutida e bem recebida nos grupos, embora não tenha chegado a ser submetido à plenária.

A decisão agora está em suas mãos.
PT Saudações!

As mulheres, como os homens, têm papel importante na construção. Nem todos percebemos, porque ao longo da história sempre nos reservaram papéis bem secundários. A sociedade tem uma visão de mulher. É preciso estimular a mulher a participar. Algumas já abandonam seus papéis e não que cumprir um papel facilitador em relação à sua vida. É bom para as mulheres, bem para os homens e para a construção da sociedade, que haja a ação conjunta e permanente de homens e mulheres.

É uma experiência, nossa tarefa já é fazer. Nada temos a perder. Essa abertura é um movimento de luta da sociedade feminina.

TELMA DE SOUZA
Professora Municipal de Santos

Eu comparei a lei da 30% no Encontro Estadual. Não dá mais para abrir mão dessa discussão. Eu acho que nós temos que garantir a participação das mulheres na política e não só no discurso.

Tem que haver garantia de um mínimo para que de fato as mulheres estejam no papel de partido.

LENORE BRIZOLARA SILVA ALEXANDRE (NASCIA)
Diretora do Sindicato das Metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Osasco

Sua consciência à introdução de uma lei de 30% para mulheres nas direções partidárias. A luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, por exemplo no mercado de trabalho, não passa por medidas administrativas desse tipo.

Modificar que, por outro lado, devemos o que deve primar em um partido como o nosso, que é a das propostas políticas de cada um, independentemente de sexo, raça ou concepção filosófica. Não sentido a adoção da cota de 30% concentra para diluir o livre embate de várias propostas, a representação proporcional de mulheres e candidatas partidárias, e não seria positivo para a construção do PT.

MARIA LAURA
Deputada Federal - PT/DF



Sol Secretária Nacional
de Mulheres do PT
Secretaria Nacional de Mulheres do PT

O PT precisa passar de discurso à prática concreta de representação das mulheres. Para isso é fundamental ampliar a presença das mulheres nas direções partidárias. Não sentido, as 30% são importantes.

JAIR ANTONIO MENEZES
Presidente do CPT

Boletim com depoimentos de mulheres e homens, do PT e de outras organizações, que apoiaram as cotas. Novembro /dezembro de 1991.

FEMINISMO E PARTIDO



Cotas de mulheres nas direções partidárias. As experiências internacionais. Alemanha Itália Dinamarca

•
•
•

e Brasil

Abril-Maio 1992

México Venezuela Uruguai Paraguai Alemanha
Itália Peru Suécia Europa Nicarágua França
Itália Chile Brasil Espanha Noruega Holanda
Cuba Bolívia Dinamarca México Venezuela Uruguai

Adesivo de divulgação do seminário sobre cotas com participação internacional. Abril/maio de 1992.

PT *informa*

Sub-Secretaria Nacional de Mulheres do PT

Mulheres 8 DE MARÇO

Para uma participação equitativa de mulheres nos cargos de decisão e representação

Aprovamos cota

A cota mínima de participação:

- reconhece que há discriminação das mulheres
- garante a inserção das mulheres nos espaços de poder
- é artificial mas necessária para romper a exclusão das mulheres
- é uma ação positiva contra a discriminação
- é um piso mínimo, não um teto
- foi aprovada no 1º Congresso do PT

Sua aplicação deve:

- ser incluída nos estatutos partidários
- seguir os mecanismos claramente estabelecidos
- ser avaliada periodicamente para saber se o PT cumpre as resoluções, constrói a igualdade de gênero e dá condições para as mulheres serem lideranças.

A cota sózinha não basta

O 1º Congresso aprovou também:

- creche em todos os encontros e convenções do PT
- formação de lideranças mulheres
- garantia de acesso das mulheres em todas as atividades de formação
- a luta das mulheres será parte dos programas de formação geral do partido
- a comunicação partidária não deve reproduzir e reforçar os estereótipos e linguagens discriminatórias.

PT Informa Mulheres para explicar como deve ser sua aplicação e a necessidade de ter outras ações afirmativas. Março de 1993.

Seminário Nacional
de Ação Afirmativa e
Programa de
Governo



26, 27 e 28 de novembro de 93
Rio de Janeiro
Colégio Assunção - R. Almirante
Alexandrino, 2.023 - Sta. Teresa

Caminhada do Lilás
com açúcar com afeto

LULA PRESIDENTE
VICE: BRIZOLA

Nós, mulheres da Frente Brasília Popular, contamos
com você para participar da Caminhada do Lilás em
apoio à candidatura **Lula - Presidente.**

Dia: 18/09/98 Local: Comitê de Mobilização
Galeria Nova Ouvidor
Setor Comercial Sul

Hora: 16:00

CRISTOVAM13
GOVERNADOR

FRENTE BRASÍLIA POPULAR
PT - PPS - PSL - PL - PM - PP - PR - PSB - PSD - PSF

Para a Senadora do Brasil
Arlete
SENADORA

Seminário Nacional de Ação Afirmativa e Programa
de Governo. 26, 27 e 28 de novembro de 1993.



Mulheres durante a Caminhada das Flores em apoio à candidatura de
Benedita da Silva à Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.



Encontro de Mulheres na Campanha Lula Presidente, 1994. Foto: Marta Baião. Acervo CIM - Centro Informação Mulher.

Seja você também uma estrela

CAMPAÑA DE FILIAÇÃO EREFFILIAÇÃO

PROCURE O
DIRETÓRIO
DO PT
DE SUA
CIDADE

Secretaria
Nacional
de Mulheres
do PT

Filie-se ao Partido dos Trabalhadores

Cartaz de campanha de filiação de mulheres no PT, "Seja você também uma estrela!". Brasil, 1995. Acervo CSBH-FPA..



**A NOSSA LUTA
É PARA QUE
ESTES SÍMBOLOS**



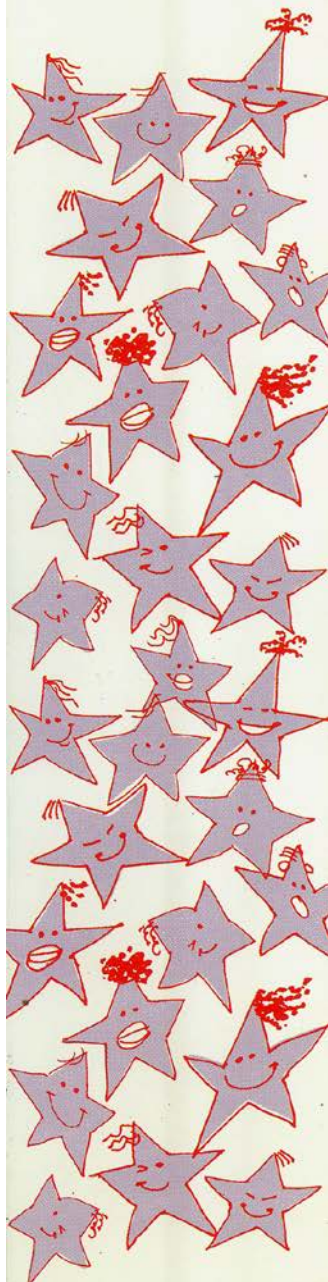
**SE TRANSFORMEM
NESTE:**



**Encontro Setorial
de Mulheres do PT
de Mato Grosso do Sul**

Setembro/99

8 de março,
dia internacional
das estrelas.

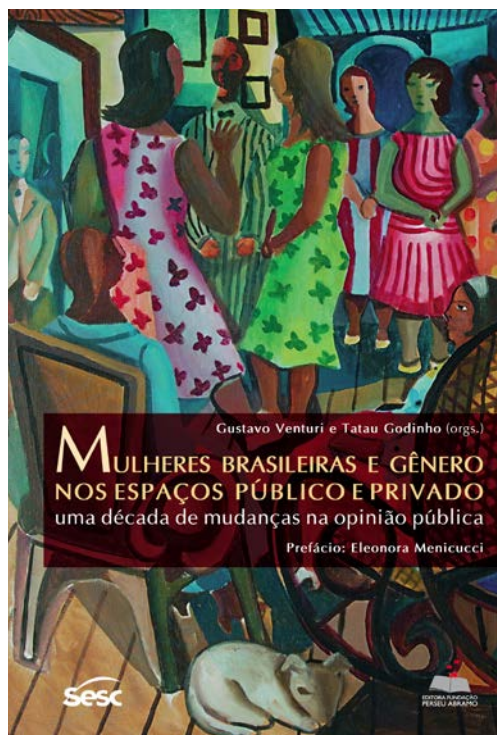


VEREADOR
Alex do PT

Panfletos do PT defendem a participação das mulheres na política. Acervo CSBH-FPA.



Três capas dos livros publicados pela FPA: Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores (1998); e os livros baseados nas pesquisas nacionais: A mulher brasileira nos espaços público e privado (2004); Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços público e privado (2023).





Bandeira das mulheres do PT sobre a mesa diretora do 1º Congresso do partido, em 1991, quando foi aprovada a resolução que previa as cotas de 30% para as mulheres em cargos de direção. Foto: Fernanda Estima/Acervo CSBH-FPA.

Ações afirmativas e a participação das mulheres no PT

Maria Luiza da Costa

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o primeiro partido político no Brasil a ter política de cotas para ampliar a participação das mulheres nas direções, como parte de um conjunto de ações afirmativas que, entre outras coisas, propunha que nos eventos e reuniões houvesse disponibilidade de creche para acolher as crianças presentes; que os temas do feminismo fizessem parte dos cursos de formação; que essa pauta fosse incluída nos veículos de comunicação do PT.

O caminho foi longo, precedido de intensos debates e inúmeras iniciativas que envolveram o conjunto da militância partidária. Houve um intenso processo de organização das mulheres e estratégias foram estabelecidas para chegar a essa conquista. Após a aprovação, vieram os embates para sua implementação.

Neste texto, buscou-se descrever como foi o processo de aprovação da política de cotas, os primeiros desafios enfrentados e as iniciativas para sua aplicação e consolidação. Outros temas que ampliaram e fortaleceram a participação das mulheres nas instâncias de direção, em especial a paridade, serão mencionados, mas não aprofundados.

Um momento importante na história das mulheres no PT

De 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo (SP), o Partido dos Trabalhadores (PT) realizou o seu I Congresso Nacional. Um evento político relevante para debater os rumos do país e um projeto alternativo para o Brasil, mas, além disso, esse Congresso também foi um momento marcante na vida interna do partido ao aprovar uma resolução sobre a participação das mulheres nas instâncias de direção, que incluía um conjunto de ações afirmativas, entre elas, a política de cotas. Uma conquista precedida de muitas discussões, debates, seminários, materiais de divulgação e propaganda (folhetos, adesivos e broches) e, sobretudo, por uma forte participação e organização interna das mulheres no partido.

Quando o Congresso teve início, ainda havia um bom número de pessoas contra, mas, ao final do processo, a proposta foi vitoriosa por ampla maioria, porque teve uma atuação organizada das mulheres que conseguiram estabelecer uma unidade entre a maioria das militantes das diferentes correntes. Nesse momento, as divergências internas existentes deram lugar a um propósito comum. Apesar da alegria e da comemoração pela vitória, permaneceram dúvidas e questionamentos, observa Tatau Godinho, em “Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores”.

O reflexo mais marcante do debate e implementação de uma política de cotas foi a reação da grande maioria das ativistas partidárias diante da vitória. Embora permanecessem e ainda permaneçam dúvidas e questionamentos quanto à proposta, sua aprovação foi identificada como uma conquista coletiva das mulheres. Isso ampliou a identidade das militantes com a plataforma defendida pelas mulheres organizadas no partido, sua identificação enquanto mulheres (lutas e reivindicações de gênero) mesmo que com caráter contraditório. Não significou, necessariamente, uma identidade de todas como feministas¹.

Havia militantes e dirigentes que continuaram se posicionando contra a proposta. Outras, com o passar do tempo, mudaram de opinião. Trechos de artigo publicado no Boletim Nacional do PT, em 1993, ilustram essas situações.

¹ T. Godinho, “Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores”, em Revista *Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1/96, p. 153.

O depoimento da então deputada distrital Lúcia Carvalho (DF) registra um certo incômodo com a proposta: “Tudo que conquistei até hoje foi por competência, quero registrar meu protesto por ser obrigada a ir para a CEN em função da cota”. E acrescenta que “Devem ser escolhidos os que têm maior disponibilidade para o trabalho de encaminhar as decisões políticas das instâncias”. Na época, Lúcia contou que seria feito um rodízio na Comissão Executiva Nacional (CEN) entre ela, Marina Silva (AC) e Lygia Pupatto (PR): “Somos todas três muito solicitadas em nossas áreas de atuação e não teremos condições de acompanhar todo o mandato da Executiva”.

O Boletim apresenta também um registro das deputadas Serys Slhessarenko (estadual-MT) e Luci Choinacki (federal-SC), que votaram contra a política de cotas no I Congresso e mudaram de posição. Segundo Luci, o machismo dos petistas ficou ainda mais evidente durante a discussão da aplicação da cota. Para Serys, “a discriminação é uma realidade, mesmo dentro do nosso partido, e todos os mecanismos que a gente puder usar contra ela devem ser explorados”².

O cotidiano nas direções partidárias e inspiração de experiências internacionais

A proposta de ter uma política de cotas foi motivada a partir da realidade vivida pelas mulheres que, embora fossem maioria nos movimentos populares, tivessem uma expressiva presença na militância dos diretórios e núcleos no seu cotidiano, enfrentavam diversas barreiras à participação nas instâncias de direção do partido. Também foram fonte de motivação as experiências de outros países que, com suas iniciativas para ampliar e fortalecer a participação política das mulheres, nos mostraram possíveis caminhos para chegar a essa conquista. O debate não era comum no Brasil nesse período, mas havia diversas experiências internacionais no âmbito dos partidos.

As inspirações europeias vieram, em especial, da França e da Alemanha. Na França, o Partido Socialista Francês (PSF) desde 1973 aplicava uma política

² “A polêmica dos 30%’. Dossiê Mulheres: Esquerdas, política e trabalho”. *Perseu: história, memória e política*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, n. 7, ano 5, 2011, p. 158.

de cotas nas listas eleitorais e nas instâncias dirigentes do partido, estabelecendo uma porcentagem mínima de mulheres. Em 1982, um deputado do PS apresentou uma emenda para as eleições que estabelecia que “as listas de candidatos apresentados pelos partidos não pudessem contar com mais de 75% de pessoas de um mesmo sexo, o que na prática significava a obrigatoriedade dos partidos apresentarem pelo menos 25% de candidatas mulheres”. Na Alemanha, em 1988, o Partido Social Democrata (PSD) aprovou o que denominaram de uma política gradativa que tinha como meta atingir uma “cota mínima de participação de 40% para homens ou mulheres nas listas para as eleições parlamentares, para os cargos de direção e eleição de delegados”. Na América Latina, naquele momento, havia a experiência do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) no México, que estabelecia uma cota mínima para participação das mulheres em suas direções³. Até então, a Argentina ainda não aprovava políticas de ação afirmativa⁴. Desde o início, no processo de discussão e legalização do PT, as mulheres estavam presentes construindo núcleos de base, filiando, enfim, tornando o que era uma possibilidade, em realidade. Mas essa presença cotidiana das mulheres na construção do partido não se traduzia em sua participação proporcional quando se tratava das instâncias de direção em seus diferentes níveis (zonais, municipais, estaduais e nacional), onde observava-se a pouca presença de mulheres na composição das direções partidárias.

Nas primeiras direções do Partido dos Trabalhadores (PT), de 1981 a 1990, a presença das mulheres não chegava a 10%, conforme mostra quadro abaixo extraído de boletim elaborado pela Subsecretaria Nacional de Mulher do PT⁵.

³ Ver informações em T. Godinho, “Mulher na direção”, em Revista *Teoria e debate*, n. 14, abr./maio/jun., 1991, p. 37.

⁴ Em 2014, o México, durante uma reforma eleitoral, promulgou a lei de paridade de gênero que entrou em vigor em 2018. Em 2019, uma reforma constitucional estabeleceu que isso deve ocorrer “nos três poderes, nos três níveis do Executivo e nos organismos públicos autônomos”. P. Rocio, “Lei de paridade de gênero mexicana é exemplo para o Brasil, diz especialista”. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/lei-de-paridade-de-genero-mexicana-e-exemplo-para-o-brasil-diz-especialista/>. Acesso: 10 set. 2024.

⁵ PT-Mulheres, Boletim *Partido dos trabalhadores e das trabalhadoras*, nov./dez. 1991, p. 2.

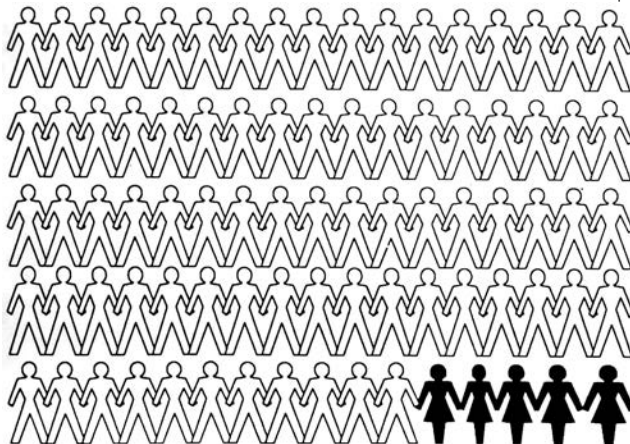
Diretório Nacional do PT

Ano de eleição	Total de membros*	Homens - número - %	Mulheres - número - %
1º DN - 1981	92	84 - 91,3%	8 - 8,7%
2º DN - 1984	66	62 - 93,9%	4 - 6,1%
3º DN - 1986	81	76 - 93,8%	5 - 6,2%
4º DN - 1987	81	77 - 95,1%	4 - 4,9%
5º DN - 1990	82	77 - 93,9%	5 - 6,1%

* Números totais de membros dos Diretórios Nacionais, excluindo os líderes da bancada.

E os números são ainda mais reduzidos quando se trata da composição da Direção Executiva Nacional. Na primeira, assim como na quinta Direção Executiva Nacional, responsável pela realização do I Congresso do PT, havia apenas uma mulher, o que só confirma a pouca participação das mulheres nas direções partidárias.⁶

A ilustração, extraída do Boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, possibilita



visualizar a ínfima presença das mulheres na Direção Nacional do PT, eleita em 1990.

Essa situação, tão bem demonstrada nos quadros acima, contribuiu para impulsionar e mobilizar as mulheres do partido a lutarem por um conjunto de ações afirmativas, entre elas, a aplicação das cotas de 30% de mulheres nas direções. Foi uma decisão política e, embora a porcentagem estabelecida

⁶ Idem, ibidem, p. 4.

fosse arbitrária, buscou-se como parâmetro as iniciativas de outros países na representação partidária, a participação das mulheres nas bases partidárias e, também, por considerar ser este um número minimamente capaz de alterar a correlação de forças internas, garantindo uma maior presença política das mulheres nas discussões e debates, alterando dessa forma a dinâmica patriarcal que o partido expressava na composição de suas direções partidárias. O uso de políticas afirmativas, como a de cotas, é hoje bem mais reconhecido como um instrumento legítimo para promover uma mudança. Mas a definição de como fazê-lo é sempre uma avaliação política⁷.

Esse debate já vinha de algum tempo e não era uma unanimidade nem mesmo entre as mulheres, tanto é que no 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado em Vitória (ES), em 1988, a proposta foi rejeitada. Os argumentos contrários às ações afirmativas, e em especial à política de cotas, foram os mais variados. Um deles é que as mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT) estavam copiando iniciativas dos Estados Unidos e da Europa e que esse tipo de medida não resolvia as desigualdades, outro é que se tratava de uma proposta paternalista e/ou administrativa. Também havia quem argumentasse que essa era uma medida artificial. Como se natural fosse ter mais de 90% de homens na direção! Esse argumento desconsiderava que se tratava de uma disputa política, portanto, de uma medida consciente que objetivava mudar uma dinâmica de exclusão das mulheres das direções partidárias.

Mas, sem dúvida, o argumento mais utilizado, principalmente pelos homens, contra a política de cotas era de que as mulheres deveriam ter mais formação e que, ao invés de ter cotas, o partido deveria oferecer formação para que elas se preparassem para ocupar os espaços de poder. Esse argumento trazia em seu bojo o questionamento da capacidade política das mulheres para integrarem as direções partidárias e a dificuldade de “encontrar” mulheres com aptidão e disponibilidade para assumirem cargos de direção do partido.

Essas ponderações eram intoleráveis, pois, de diferentes formas, mostravam como as relações patriarcais, de fato, estavam presentes no dia a dia da militância partidária e combater essa situação e fortalecer a participação das mulheres nas direções era um compromisso.

⁷ T. Godinho, “Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores”, p. 153.

Além das situações trazidas pela disputa política pelas cotas, as mulheres enfrentam no seu cotidiano uma série situações reais e concretas que implicam barreiras à sua participação social e política⁸, como destaca Tatau Godinho, no artigo “Mulher na direção”.

A esquerda questionou muito pouco, ou nada, a divisão sexual do trabalho, a estrutura familiar tradicional ou a subordinação pessoal das mulheres. Na verdade, os partidos, e os militantes em geral, reproduzem esta divisão. Assim, as mulheres entram na militância política marcada pela estruturação dos papéis na família e sua projeção na sociedade. E, em consequência de uma educação para a submissão, mantêm a carga de responsabilidade pelo trabalho doméstico, que não é coletivizado em termos sociais – através de creches e outros equipamentos – e, em geral, menos ainda no cotidiano da vida familiar. Mas, além dessas dificuldades, a estruturação mesmo da vida partidária, com a reprodução acrítica da ideologia patriarcal, apresenta obstáculos à participação política plena das mulheres. Em particular, em relação às instâncias de direção e poder. A dinâmica é a de exclusão⁹.

O debate prosseguiu e no 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado de 16 a 18 de agosto de 1991, em Ibirité (MG), foram aprovadas propostas sobre a construção partidária para o I Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), entre elas a cota mínima de 30% de mulheres nas direções. O encontro conclama toda militância a apoiar a proposta e a contribuir na consolidação do partido e ampliar a democracia interna e de gênero¹⁰.

⁸ Em matéria publicada no site agência gov da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a secretária do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) declarou que 30% das mulheres não procuram emprego devido à responsabilidade que elas têm pelo trabalho doméstico e de cuidados. T. Araújo, “Governo prepara proposta para valorizar trabalho de cuidadores”, em Agência gov. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/governo-prepara-proposta-para-valorizar-trabalho-de-cuidadores>. Acesso: 19 ago. 2024.

⁹ T. Godinho, “Mulher na direção”, em Revista *Teoria e Debate*, p. 37-8.

¹⁰ A proposta foi divulgada por meio de boletim preparado pela Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT. PT-Mulheres. *O Congresso do PT e as Mulheres*. “Propostas das Mulheres para o 1º Congresso: Construção Partidária”, p. 2. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/6152>. Acesso em: 25 set. 2024.

Para além das cotas, as ações afirmativas

No I Congresso Nacional do PT foram apresentadas, pela Subsecretaria Nacional de Mulheres, as decisões sobre ações afirmativas aprovadas no 3º Encontro Nacional de Mulheres. Após intensos debates e negociações, as propostas foram aprovadas. Nas resoluções do I Congresso, no tema referente ao partido, no título “A participação das mulheres nas instâncias de direção”, o item 63 estabelece a política de cotas.

A construção plena da participação política das mulheres é um processo que não se restringe à sua participação equitativa na direção. Vincula-se a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação, o que implica o estabelecimento de propostas de ação afirmativa, isto é, propostas que se contraponham à dinâmica de exclusão das mulheres dos espaços de participação política e decisão. Isso requer investimento na formação política das militantes mulheres, incentivo à auto-organização das mulheres, criar condições para a participação das mulheres etc. Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é condição essencial para que o Partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da atuação política e da vida pública. Neste sentido, na composição dos Conselhos Deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do Partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT¹¹.

Além disso, foram aprovadas as seguintes recomendações: a medida será aplicada por duas gestões e posteriormente avaliada; a indicação de 30% de mulheres para os cargos de direção não é o limite, mas sim o mínimo, e quando houver quebra, isto é, não for um número inteiro, o arredondamento é para cima; a proposta de cotas de 30% não é apenas para a direção nacional, se aplica a todas as instâncias de direção do PT, em qualquer nível, e também para o registro das chapas estabelece que é necessário respeitar o mínimo de 30% e que se a porcentagem não for cumprida, a chapa não será registrada.

Um aspecto interessante a ser ressaltado é o fato de a resolução sugerir um conjunto de medidas que vão além das ações do cotidiano partidário, se

¹¹ PT, *Resoluções do 1º Congresso*, p. 73.

estendendo para outras esferas de atuação do partido. Os itens 63 a 65 recomendam iniciativas a serem levadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo durante os dois mandatos em que estiver em vigor a política de cotas. O partido, indica a resolução, deverá incentivar, entre outras medidas, que todas as prefeituras do PT adotem políticas públicas de combate à discriminação, em caráter prioritário, promovendo uma ampla discussão com a sociedade e que, em todos os níveis (municipal, estadual e federal), os parlamentares petistas proponham projetos de lei para combater a discriminação e promovam a ampla discussão dessa questão com a sociedade brasileira. Também propõe a formação política por meio de reuniões, seminários e debates sobre a questão da discriminação das mulheres, como importantes instrumentos de construção das condições de igualdade.

Nessa conjuntura de debate e discussão de uma proposta que altera a dinâmica partidária é fundamental ressaltar o trabalho e o empenho das secretarias e das comissões estaduais de mulheres que, com sua aguerrida militância, foram a campo para garantir a divulgação da política de cotas e sua aplicação.

Essa não foi, e não é, uma luta fácil, assinala Teresa Cristina Sousa:

O PT é um partido construído por homens e mulheres, mas não está imune às influências discriminatórias da sociedade patriarcal em que vivemos. Entretanto, exatamente por ser um partido de vanguarda que luta por mudanças, é sensível às reivindicações dos movimentos organizados da sociedade que atuam em seu interior, neste caso o movimento de mulheres que o integra e constrói. Não é prêmio de consolação a nós, mulheres petistas, a cota de **no mínimo 30% nos cargos de direção partidária** e, sim, conquista e reconhecimento da importância de nossa luta específica na construção do Partido do Trabalhadores¹².

Os desafios para a aplicação das ações afirmativas

¹² PT-Mulheres. T. C. Sousa, *Mulheres na direção: vitória do PT*. (destaque no original). Texto xerocado. Sem data. 1 p. Acervo CSBH-FPA.

O *PT Informa Mulheres* – boletim nacional das mulheres do PT na época –, em março de 1993, em suas chamadas de capa, dá uma dimensão da grandiosidade das conquistas, mas aponta os inúmeros desafios para colocá-las em prática. Assinala que a cota mínima de participação de mulheres foi aprovada, e que essa ação política teve como significado o reconhecimento da discriminação das mulheres. Sem fugir ao debate ainda bastante forte no partido, menciona a política de cotas como um mecanismo artificial, no sentido que é um instrumento de vontade política para alterar a dinâmica de construção do partido, portanto necessário para romper a exclusão das mulheres e garantir sua inserção nos espaços de poder.

Outro aspecto mencionado em relação a essa política, e que merece destaque, é que foi uma ação positiva contra a discriminação, mas é um piso, não um teto, e assinala que, para garantir que ela seja efetivamente aplicada, deve ser incluída nos estatutos partidários e avaliada periodicamente para saber se o PT está cumprindo as resoluções e seguindo os mecanismos estabelecidos.

Por fim, assinala que a cota sozinha não basta. Aponta para a necessidade de ter creche em todos os encontros e convenções do PT, para a formação de lideranças mulheres e a garantia de seu acesso aos cursos de formação, e que as lutas das mulheres façam parte da formação geral do partido. Também assinala como um desafio que a comunicação partidária não reproduza e reforce os estereótipos e a linguagem discriminatória¹³.

Esses desafios, e o enfrentamento dos argumentos contrários a uma política de ação afirmativa, em particular às cotas de participação nas direções, estão presentes em encontros, debates, reuniões e documentos produzidos pela Subsecretaria Nacional de Mulheres e as Secretarias Estaduais, antes de sua aprovação e depois, no processo de implantação nas direções partidárias.

Entre as inúmeras atividades que aconteceram, destacamos o “Seminário sobre cotas com participação internacional” promovido pela Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, entre 27 de abril e 16 de maio de 1992. Optamos por esse evento em função de seu caráter nacional, da amplitude política

¹³ PT-Mulheres, “Para uma participação equitativa de mulheres nos cargos de direção”, em *PT Informa Mulheres*, p. 1. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/5955>. Acesso: 25 set. 2024.

levando em consideração o número de estados participantes e do painel de desafios a serem enfrentados que o relatório¹⁴ do evento apresenta.

O seminário foi realizado em cinco capitais do país, sendo dois deles com caráter nacional, e três como debates abertos ao público para além da militância do PT. As atividades reuniram dirigentes nacionais e estaduais do trabalho de mulheres no partido e contaram, também, com a presença de convidadas da Alemanha, Itália, Dinamarca e Brasil para debater a experiência da implementação de cotas de mulheres nas direções partidárias e compartilhar argumentos e desafios a serem enfrentados¹⁵. Essa iniciativa gerou um rico relato que foi encaminhado às secretarias estaduais de mulheres, secretarias estaduais de movimentos populares e militantes petistas do movimento de mulheres, como subsídio e orientação para a discussão de aplicação das cotas e a solicitação de que o documento fosse divulgado o máximo possível¹⁶.

Embora situações destacadas durante o seminário sejam recorrentes em boletins, folhetos e outros documentos produzidos pelas Secretarias e Comissões Estaduais e a Secretaria Nacional de Mulheres do PT, seu registro é fruto de uma importante sistematização de momentos de debates e discussões que reuniram as dirigentes de todas as regiões, e praticamente de todos os estados, em que as mulheres do partido estavam organizadas e, dessa forma, apresenta um excelente painel das discussões e situações vivenciadas pelas dirigentes à

¹⁴ PT-Mulheres, “Seminário sobre cotas participação internacional”, em *Relatório semifinial dos grupos de discussão*.

¹⁵ O seminário foi realizado em cinco capitais. Sendo um seminário nacional em Pernambuco (dirigentes e militantes dos 9 estados do Nordeste) e outro no Rio de Janeiro (dirigentes e militantes do Centro Sul – DF, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, RS, SC, SP e TO). E três debates abertos ao público (São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre). Dos trabalhos dos grupos, realizados nos seminários nacionais do Rio de Janeiro e de Pernambuco, resultou o Relatório semifinial dos grupos de discussão. O seminário contou com apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES), à época conhecida como Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico Social (IlDES).

¹⁶ O relatório é referido como semifinial, e registra os grupos de discussão realizados nos Seminários Nacionais. Em pesquisas realizadas no CSBH, até a data da redação do presente texto, não foi localizado o relatório final do evento. Indício de que um outro relatório não foi elaborado é o fato de que este foi encaminhado às secretarias estaduais de mulheres, secretarias estaduais de movimentos populares e militantes petistas do movimento de mulheres por meio da circular 027/SNMP/92, de 26 de maio de 1992, assinada por Benedita da Silva, Secretaria Nacional de Movimentos Populares, e Tatau Godinho, pela Coordenação da Subsecretaria Nacional de Mulheres. Acervo CSBH-FPA.

época. Assim, vamos nos apoiar nele para retomar os argumentos do debate sobre a aprovação e a aplicação das ações afirmativa no PT. Não se trata, portanto, de uma discussão específica do relatório, mas de se valer dele considerando que aponta uma série de questões que foram, e ainda são, enfrentadas para a efetiva implementação das cotas – e hoje da paridade –, fornecendo um parâmetro para identificar os desafios vivenciados naquele período e os que permanecem até os dias atuais.

Para algumas situações mencionadas no documento, foram apresentadas propostas gerais com detalhamento de um conjunto de ações (pressão, denúncia, mobilização, organização, formação); para outras, apenas foram identificados os desafios. Destacamos do documento elementos que possibilitem um painel das situações assinaladas e as estratégias apresentadas. A revisitação de cada tema nos possibilita uma avaliação do dia a dia das mulheres no cotidiano partidário, se organizando e lutando para inserir sua presença física e política por meio da implementação das cotas.

O primeiro tema abordado aponta as *debilidades gerais do PT* que dificultaram a implementação das cotas. Desse item, destacamos quatro pontos: falta de formação política; falta de formação política para as mulheres petistas; dificuldade de organização das mulheres no PT; e fragilidades dos mecanismos de comunicação. Para superar essas situações, foram sugeridas: a realização de formação política feminista (da direção à base); a formação política geral para as mulheres; intensificação da organização das mulheres em todos os níveis do PT; a ocupação de espaços em todos os meios de comunicação do partido e ainda a indicação de que a direção partidária utilizasse os meios de comunicação como meios para divulgar as questões das mulheres.

No tema *mecanismos e resistências das mulheres* frente à política de cotas, são mencionadas as seguintes situações: assumir a direção partidária aumenta a sobrecarga das mulheres; disputas entre militantes de diferentes posições políticas; argumentações machistas contra as cotas; as relações de poder nos organismos de direção dificultam a participação das mulheres; quando as mulheres enfrentam uma situação em que o olhar tradicional considera que os homens são mais capazes e importantes, a tendência é abrir mão de estar na direção partidária para que eles ocupem esse espaço; a insegurança das mulheres em assumir o papel de direção partidária e as responsabilidades do poder; também

apareceu nas discussões o que foi chamado de ‘timidez construída’ e, por último, um sentimento muito presente era de as mulheres pensarem que somente iriam ocupar lugar nas direções pela cota, não pela competência política. Entre as proposições assinaladas para superar essas situações, destacamos: priorizar suas frentes de atuação no PT e estimular a participação de mais mulheres para possibilitar uma melhor divisão de tarefas no trabalho de organização; consolidar e fortalecer a organização das mulheres no PT, cuidando para não deixar que as posições políticas gerais fossem empecilho ao desenvolvimento do trabalho político, e estabelecer uma unidade de gênero que unificasse as mulheres de diversas tendências; desenvolver a formação política feminista para o conjunto das mulheres; resgatar a concepção de direção coletiva; não abrir mão de estar na direção; ter um movimento de não supervalorizar os homens e valorizar as características e comportamentos femininos, e aprender a dizer não; propor ações afirmativas coletivas e consigo mesmas; construir uma maior solidariedade entre as mulheres e desenvolver mecanismos de socialização de todas as discussões.

Se, por um lado, era importante conhecer as dificuldades e as resistências entre as mulheres em relação à política de cotas, por outro, era central desvendar e se contrapor à *resistência dos homens à aplicação das cotas*.

O primeiro aspecto apontado em relação à resistência dos homens é o de terem medo de dividir ou perder o poder. Essa situação trouxe à tona a necessidade de fomentar uma discussão permanente no interior do PT sobre a importância estratégica da luta pela libertação das mulheres, e a importância de criar condições para que as relações entre mulheres e homens no PT e nos movimentos fossem fraternas, visando à construção de uma nova sociedade.

Outra situação enfrentada à época foi a de os dirigentes não quererem abrir mão de seus privilégios e subestimarem o papel das mulheres na elaboração e direção política do PT, ao mesmo tempo em que superestimavam uma capacidade genérica que homens tinham para a militância. Nesse sentido, não era incomum ouvir o argumento de que as mulheres tinham falta de formação política, ou que eram desqualificadas politicamente e que, portanto, não tinham capacidade política para estar nas direções. Não bastassem esses comentários preconceituosos e machistas, enfrentavam ações que visavam criar impasses ou constrangimentos para a aplicação das cotas. Desde, por exemplo,

contrapor a cota à proporcionalidade ou insistir que a medida as desqualificava, colocando-as em listas à parte, como se fossem seres sem posição política.

Além disso, aparecia com frequência a responsabilização das mulheres pelo cumprimento das cotas, com o argumento de que o espaço político deve ser conquistado e não dado, e que esta é uma medida artificial que não impulsiona a organização das mulheres, sem levar em conta que se trata de uma disputa política visando a ampliação da participação política das mulheres.

Diante de tantas barreiras a serem superadas, as militantes insistiam que uma ação importante para alterar essa situação era que os homens e mulheres assumissem o compromisso de lutar pela divisão do trabalho doméstico. Apontavam também que era necessário debater a centralidade das cotas para a democracia de gênero no partido, respeitando suas diferentes formas de fazer política, e enfatizando a importância de as mulheres estarem permanentemente preparadas para defendê-la. Um argumento fundamental a ser considerado é que a política de cotas é uma resolução partidária, cabendo a todos a sua implementação. Outra situação muito presente era a tentativa de ridicularizar a proposta por meio de piadas, o que foi enfrentado com a recomendação de ter uma postura firme e reafirmar que a participação efetiva das mulheres fortalece o PT.

O ineditismo e o pioneirismo da proposta implicaram algumas situações que o partido, mas em especial as mulheres, enfrentaram quando tiveram *experiências práticas de montagem das cotas*. Nunca é demais lembrar que as questões práticas não estão dissociadas das questões políticas e que as mulheres, até a aprovação da política de cotas, tinham presença numérica ínfima nos cargos de direção e poder e, portanto, pouca familiaridade com as dinâmicas que envolviam montagem e negociação de chapas para as direções partidárias. Ao enfrentarem essas situações, se defrontaram com inúmeros desafios, entre eles: algumas militantes, por entenderem a importância das cotas, eram compelidas a irem para a direção, mesmo quando não podiam ou não queriam; outras temiam entrar na defensiva, diante da ausência de poder no discurso e no convencimento, e há aquelas que enfrentaram dificuldades de unir as mulheres das diversas tendências numa proposta comum: a questão feminista.

A pouca familiaridade com regras, regimentos partidários e a articulação política entre as diferentes correntes e, claro, a originalidade da proposta causaram várias dificuldades, entre elas: a falta de informação da militância sobre

os regulamentos dos encontros e das cotas; dificuldades de entender números, regras e contas, ou seja, a complexidade numérica na composição das direções do PT. E um argumento muito comum era dizer que o número de mulheres “disponíveis” era inferior a 30%. Também era recorrente a menção de situações em que a regra na inscrição de chapas nem sempre estava sendo cumprida. Isto é, à aceitação de inscrições de chapas sem os 30%.

A aplicação prática de uma política de cotas se via diante de uma série de situações específicas que podiam ser mais ou menos problemáticas a depender dos processos de construção do partido em cada município ou estado. Nem sempre havia grupos de mulheres ou secretaria organizadas para respaldar a aplicação das políticas em cada local.

A aplicação efetiva das cotas trouxe uma alteração muito grande na composição das direções. Assim, principalmente no primeiro momento, podia gerar constrangimento quando um dirigente homem reconhecido acabava ficando fora na composição geral.

O mecanismo de aplicação das cotas tinha que se combinar com os critérios gerais das direções no PT: eleições por meio de chapas, proporcionalidade das chapas na composição final, adequar as percentagens de cada chapa à exigência de 30% de mulheres. Em vários casos, pela proporção dos votos obtida, a indicação poderia ser de apenas uma pessoa. Essa situação poderia resultar em ter que ser, obrigatoriamente, uma mulher, o que em inúmeras situações era encarado como uma “penalidade” para a chapa.

Havia um conjunto de circunstâncias que se manifestavam como numéricas, mas que na prática eram políticas, como a redução a “questões legais” quando a porcentagem chegava a décimos e a tendência era considerar uma aproximação para baixo, impossibilitando chegar aos 30% na composição final da direção. Uma maneira apontada para superar essa e outras situações era de o partido fazer uma ampla divulgação da política de cotas, mostrando, de maneira didática e menos numérica, as regras para a aplicação das cotas¹⁷.

¹⁷ Essa demanda apareceu no seminário nacional, mas iniciativas nesse sentido já vinham ocorrendo, como demonstra o documento PT-Mulheres, *O Congresso do PT e as mulheres*, “Confira aqui as resoluções do I Congresso e os mecanismos para sua aplicação”. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/6155>. Acesso: 25 set. 2024.

Em meio a esse conjunto de desafios a serem enfrentados, ao ter que lidar com uma realidade nova, com várias peculiaridades, ficava evidente a necessidade de as mulheres estabelecerem estratégias diante de cada situação. Não se tratava apenas de um mecanismo de eleição das direções. Era necessário propor e cultivar novos padrões e valores nos critérios políticos, demonstrar que uma maior participação das mulheres nas direções era um valor e não apenas uma regra, promover campanhas para ampliar a participação das mulheres no partido em todos os espaços, não somente nas direções, e inserir os debates sobre as desigualdades entre mulheres e homens nas atividades de formação do partido.

Por isso, as discussões não miravam apenas a aplicação das cotas. Também apontavam a necessidade de dar prosseguimento à luta pelas *políticas de ação afirmativa complementares à política de cotas*, reafirmando a importância de propostas como a disponibilidade de creche nos eventos, o investimento na formação política, na divulgação e informação sobre as mulheres em geral. E as militantes olhavam mais além, apontando a importância de discutir o tema das ações afirmativas com o movimento de mulheres e com as mulheres de outros partidos.

Estava no horizonte a discussão sobre a elaboração de um código de ética do partido. Assim, também se discutiu a necessidade de definir mecanismos para o enfrentamento às discriminações e, inclusive, para casos de violência contra as mulheres. E, já naquele momento, se apontava que, quando fosse essa a questão, a comissão encarregada deveria ser, no mínimo, paritária do ponto de vista de gênero.

Para garantir uma política global de ação afirmativa e fortalecer a organização das mulheres e sua integração na vida partidária, o debate das militantes em todo esse processo aponta a importância de se garantir *mecanismos e formas de organização das mulheres*: manter e criar comissões e secretarias de mulheres em todos os níveis e cobrar do partido a garantia de estrutura para o trabalho feminista.

Ao avaliar os *principais impactos políticos e organizativos sobre o partido* decorrentes da política de cotas, ainda antes de sua aplicação na Direção Nacional, era possível vislumbrar mudanças na dinâmica do partido¹⁸. O primeiro deles, sem dúvida, é o acesso às direções partidárias, ou seja, uma maior participação

¹⁸ O 6º Diretório Nacional (DN), eleito no 8º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Brasília (DF), entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, foi o primeiro composto com a cota de 30%. As direções estaduais e municipais foram eleitas anteriormente.

das mulheres no conjunto do partido. Também houve mais incentivo para as mulheres se organizarem coletivamente e a uma ação conjunta das militantes das diversas tendências. À medida que o partido discutia mais o tema do feminismo, havia a expectativa de um maior investimento das direções nesse trabalho. Quando observamos esses impactos, podemos dizer que houve ampliação da democracia de gênero, mas essa situação não descarta o aprofundamento da tensão nas discussões que, afinal, envolvem disputa de poder.

As secretarias estaduais foram fundamentais para garantir a implementação das cotas

Quando foi realizado o I Congresso Nacional do PT, no final de 1991, as mulheres se organizavam nacionalmente por meio da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, formada por um coletivo integrado por representantes de vários estados. Essa organização nacional tinha capilaridade na maioria dos estados, que atuavam por meio de coletivos, comissões, núcleos ou secretarias.

Na campanha pela aprovação das cotas, e na luta pela sua implementação, as mulheres que atuavam organizadamente nos estados, com sua cotidiana militância e permanente reflexão sobre os desafios a serem enfrentados, foram fundamentais para a consolidação dessa conquista.

Textos escritos por representantes/integrantes de organizações estaduais de mulheres do PT mostram como, de diferentes maneiras, o debate sobre a política de cotas estava presente no dia a dia da construção partidária. A seguir, algumas citações de textos apresentam um quadro de como essas situações se apresentam em nível nacional e local, na maioria delas abordando balanço numérico, mas não se restringindo a eles.

Sara Eduarda de Castro, da Subsecretaria Nacional de Mulheres (PR), inicia seu texto “30% de mulheres: um balanço necessário” dizendo que após um ano de sua aprovação, a política de cotas merece uma avaliação.

Saber de sua aplicação, resultados e consequências não se restringe a um caráter numérico meramente. Diz respeito à nossa ação política, às deliberações partidárias de “fato” e, principalmente, à capacidade de nossas direções assimilarem a luta pelo fim da opressão das mulheres de forma mais incisiva.

Sara chama a atenção sobre o desafio de acompanhar a aplicação das cotas em um país de dimensões continentais e com inúmeras diferenças regionais como o Brasil, mas essa, segundo ela, talvez não seja a maior dificuldade. Um grande problema a ser enfrentado, é não haver um real comprometimento das direções:

As próprias direções ficam alheias à implementação das cotas, à fiscalização de inscrição das chapas por ocasião dos Encontros e para ajudar mais ainda, isentam-se de informar à nossa base militante os mecanismos e cálculos necessários para a aplicação das cotas. Observamos que as mulheres tornaram-se porta-vozes dessa tarefa. É certo que empunhar essa bandeira nos demonstra que a sensibilização de várias companheiras sobre a opressão de gênero cresceu, isto se demonstra na postura política dessas ousadas militantes que têm procurado estar presente na vida partidária e atentas às questões específicas das mulheres¹⁹.

Ainda nessa linha de avaliação, o documento que tem como título “Balanço da implementação da política de cotas no Estado do Rio de Janeiro”, de fevereiro de 1993, assinala:

Existem 80 municípios no Rio de Janeiro. O PT está organizado em 47 municípios. Conseguimos dados referentes a todas as Comissões Dirigentes e dados referentes a apenas 18 Conselhos Deliberativos Municipais.

Setenta e cinco por cento (75%) dos municípios cumpriu a cota nas comissões dirigentes. Dos que não cumpriram, um não colocou nenhuma mulher. Os outros colocaram cerca de 20%.

Dos 18 municípios que conseguimos apurar, apenas três não cumpriram a política de cotas. Os que não cumpriram chegaram a colocar em média 28% de mulheres.²⁰

Também do Rio de Janeiro, há um texto que aponta a influência das cotas no processo eleitoral.

¹⁹ S. E. de Castro, “30% de mulheres: um balanço necessário”. PT-Mulheres. Texto xerocado s/d. Acervo CSBH-FPA.

²⁰ PT-Mulheres, “Balanço da implementação da política de cotas no Estado do Rio de Janeiro”, p. 1. Conselhos Deliberativos Municipais correspondem ao que são hoje os Diretórios Municipais e as Comissões Dirigentes Municipais são as Executivas. Acervo CSBH-FPA.

Consideramos que não há como negar que este avanço é decorrência da política aprovada no I Congresso (de cota mínima de participação), o que é uma vitória, mas percebemos também que foi mais fácil atingir o índice de 30% nas instâncias de capitais do que nas estaduais, onde a disputa pelo poder é mais presente.

A construção plena da participação política das mulheres é um processo que não se restringe a sua participação equitativa na direção. Sendo assim ressaltamos positivamente a presença de mulheres no quadro eleitoral de 1992: houve um maior número de candidatas e um maior número de eleitas.

Neste ano, o PT tomou consciência de que é uma realidade composta de homens e mulheres, estando mais visível a opressão existente em relação às mulheres, tanto na sociedade quanto no interior do próprio partido²¹.

Abordando a aplicação das cotas, Marisol Recaman, então membro da Comissão Dirigente Municipal (CDM)/Executiva e da Comissão de Mulheres da cidade de São Paulo, faz um comentário que apresenta outra situação enfrentada na hora de compor as direções eleitas, os cargos ocupados pelas mulheres.

Obviamente, os problemas não estão resolvidos, muito pelo contrário. As atitudes machistas, discriminatórias fazem parte do cotidiano do PT. Ainda não é comum a eleição de mulheres para cargos nas executivas que tradicionalmente indicam mais acúmulo de poder, como é o caso da presidência e das secretarias gerais. Os casos em que mulheres assumem estes cargos ainda podem ser analisados enquanto exceções. E isso vale também para a profissionalização dos membros de direção.

Também precisamos ressaltar que o não cumprimento pelo partido das demais medidas de ações afirmativas dificultam um processo mais global de ataques aos mecanismos de exclusão das mulheres. É o caso da garantia de processos formativos que integrem as mulheres e ao mesmo tempo integre as lutas das mulheres como pauta de todas as atividades de formação; das iniciativas em relação à alteração da dinâmica da vida partidária que dificulta a participação, principalmente de quem cumpre tripla jornada; da ausência de creches nas atividades

²¹ PT-Mulheres, “Política de cotas: Um ano de estrutura”. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/6024>. Acesso: 25 set. 2024.

partidárias. Estas são ações importantes para o ingresso e permanência das mulheres na vida partidária²².

Além dos enfrentamentos e desafios internos para implementar ações afirmativas, a proposta sofreu tratamento pouco sério, também, de veículos de comunicação. *A Folha de S. Paulo*, por exemplo, desqualificou o debate ao publicar uma matéria, assinada pelo jornalista Carlos Eduardo Alves, que tinha o seguinte título: “PT procura mulheres para cargos de direção”. Abaixo dessa frase vinha o seguinte olho: “*Decreto*” *obriga 30% de participação feminina na cúpula*²³.

Como se vê, os desafios em relação ao cumprimento das cotas e a implementação das ações afirmativas foram inúmeros. Para um partido como o PT, que se colocava como um partido inovador e comprometido com as lutas populares e democráticas, a política de cotas visava proporcionar uma maior democratização interna, rompendo com a visão patriarcal e machista que se manifestava na desigualdade existente entre a presença de mulheres e homens nas direções partidárias. O processo foi longo e implicou muitas lutas e aprendizados que contribuíram para o fortalecimento da auto-organização das mulheres e possibilitou a ampliação da presença das mulheres nas direções partidárias, contribuindo para que se tornassem mais democrática do ponto de vista de gênero.

Quando levantou a bandeira da igualdade e da liberdade, para depois se mostrar incapaz de efetivá-la, o liberalismo tornou-se vulnerável à crítica de novos movimentos políticos – democratas radicais, socialistas, feministas. É sob esta mesma bandeira que se abrigam os projetos de ação afirmativa, violando os dogmas liberais com a esperança de, enfim, alcançar uma sociedade livre e igualitária²⁴.

²² M. Recaman, “Um ano de cotas”. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN_APS_SNM_0212_NT.pdf. Acesso: 25 set. 2024.

²³ C. E. Alves, “PT procura mulheres para cargos de direção”, em *Folha de S. Paulo*, Caderno 1.

²⁴ Luis Felipe Miguel. “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000. p. 100.

A conquista das cotas no PT animou e deu força à luta das mulheres na CUT

Um aspecto importante a ser ressaltado é que a aprovação da política de cotas no PT teve reflexos sobre a luta e a organização das mulheres nos movimentos sociais. Um exemplo dessa situação: as mulheres da CUT que fizeram intensa mobilização e sensibilização de dirigentes sobre a necessidade de ampliar a presença feminina na direção da Central. Como resultado dessa mobilização, em 1993, a CUT aprovou um percentual de cota mínima de 30% e máximo de 70% de participação para ambos os sexos nas instâncias da Central²⁵.

Também no parlamento essa iniciativa repercutiu

Outra medida importante visando ampliar e fortalecer a participação política das mulheres foi o Projeto de Lei 783/95, de autoria da deputada federal Marta Suplicy e assinado pelas demais integrantes da bancada feminina da Câmara Federal, que dispõe sobre o percentual mínimo de 30% de mulheres candidatas aos cargos eletivos. Após os debates e negociações, a proposta resultou na inclusão da cota mínima de 20% de mulheres candidatas nas eleições municipais de 1996:

Os resultados dessa medida não podem ser avaliados apenas pelo seu impacto quantitativo. Mas é muito significativo o fato de termos saltado, no Brasil, de 3,5% de vereadoras em 1988 para 11,3% em 1997 (resultados preliminares).²⁶

Ao longo dos anos essa proposta sofreu alterações,²⁷ havendo, inclusive, previsão de verba para as candidaturas femininas. Essas medidas são positivas, mas não garantem o real compromisso com o fortalecimento e a participação

²⁵ M. B. G. Delgado, “Mais mulheres na direção da CUT” em Revista *Estudos Feministas*, p. 138-47.

²⁶ “Sistema de Cotas”, *Subsídios para debates. Gabinete da Deputada Marta Suplicy-PT*, p. 2.

²⁷ “Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020”. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso: 19 set. 2024.

política das mulheres, como ficou demonstrado com a aprovação, no dia 22 de agosto de 2024, da Emenda Constitucional 133²⁸, que anistia os partidos políticos que não cumpriram as cotas mínimas e não repassaram os recursos às candidaturas de mulheres e negros/as.

Paridade: uma conquista para ampliar o poder e a participação das mulheres

A organização e a luta para ampliar os espaços de poder e decisão das mulheres no partido prosseguiram, e no IV Congresso Nacional Extraordinário do Partido do Trabalhadores (PT), etapa reforma estatutária, realizado em setembro de 2011, foi aprovada a resolução de paridade para os cargos de direção do partido, em todas as instâncias. Com essa iniciativa, o PT entra para a história como o primeiro partido político no Brasil a implementar a paridade entre mulheres e homens nos cargos de direção. Mas, assim como aconteceu em relação às cotas, muitos desafios serão enfrentados, assinala Laisy Moriére:

Depois de vinte anos de cota, aprovamos a paridade. Uma grande discussão se instalou a partir do argumento de que não tínhamos mulheres suficientes para cumprir a nova regra. Na verdade, o machismo e infelizmente o preconceito eram (e ainda resistem) o motor do discurso, inclusive por parte de algumas mulheres dirigentes.

Para Laisy não se trata apenas de uma questão numérica. Altera-se a correlação entre mulheres e homens nas direções, o que, argumenta ela:

Consequentemente requer um esforço, muitas vezes sobre-humano, de desprendimento, de desapego e sobretudo de reconhecimento prático de que o sexo masculino não traz consigo a exclusividade da competência para qualquer

²⁸ A Emenda Constitucional 133 tem origem na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/23. “Altera a Emenda Constitucional 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais”. “PEC 9/23 – Proposta de Emenda à Constituição”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2352476>. Acesso: 24 ago. 2024.

atividade, especialmente o exercício da política. A paridade requer a divisão com as mulheres de um espaço até então ocupado por homens. E as mulheres necessitam ocupá-lo para se apropriar do exercício do poder. O distanciamento entre a grandeza dessa decisão política registrada em papel e a tortuosa necessidade de implementá-la não é nada insignificante. Os desafios são muitos. Os enfrentamentos, quase cotidianos²⁹.

Assim como aconteceu com as cotas, a paridade traz em seu bojo um conjunto de propostas para garantir a participação das mulheres, tais como: formação feminista como parte de todos os momentos do partido; realização de campanha interna pelo fim do machismo, da misoginia; instituição da obrigatoriedade de creche para as mulheres dirigentes com filhos pequenos, nas atividades partidárias; utilização da linguagem de gênero nos textos; promoção de seminários, colóquios e fóruns para aprofundar a discussão dos temas da pauta das mulheres e de formação política específica para as mulheres; discussão sobre a cultura partidária e fortalecer o acesso das mulheres às instâncias de decisão.

A paridade foi uma importante vitória da organização das mulheres, mas também o reconhecimento do trabalho das mulheres na construção do partido e na luta pela democracia, conforme assinala Iriny Lopes, no artigo “A paridade não é uma vitória isolada”, publicado na revista *Teoria e Debate*.

Se o debate que envolveu a paridade neste congresso é mérito do conjunto das mulheres do PT e de seu histórico de mobilização no partido, vale a pena evidenciar que o enfoque da paridade insiste em um sentido mais do que quantitativo, em números absolutos, mas, sobretudo, em seu conteúdo qualitativo. Se os 30% nos anos 1990 simbolizaram essa luta e abriram caminho para o questionamento da efetiva exclusão política, a paridade em 2011 é o resultado desse processo, de duas décadas, desencadeado pelas militantes petistas de que a meta é a construção de uma igualdade em todos os âmbitos³⁰.

²⁹ L. Moriére, “A construção da paridade e seus desafios”, em Revista *Teoria e Debate*, ed. 136, maio 2015. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/debate/o-pt-precisa-mudar-em-que-e-por-que-6/>. Acesso: 25 set. 2024.

³⁰ I. Lopes, “A paridade não é uma vitória isolada”, em Revista *Teoria e Debate*, ed. 93, out. 2011. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2011/10/05/a-paridade-nao-e-uma-vitoria-isolada/>. Acesso: 25 set. 2024.

O Congresso do PT aprovou ainda a aplicação de no mínimo 5% dos recursos do partido para as mulheres, para fortalecer sua organização fora dos períodos eleitorais. Também foram aprovadas ações afirmativas para a juventude e negros e negras. Para a composição das instâncias de direção, foi aprovado uma cota de 20% para jovens e uma cota étnico-racial de no mínimo 20%, considerando o critério populacional e de filiados.

Essas duas grandes conquistas extrapolam a política interna do Partido e repercutem em outros espaços que se desejam democráticos. E, mais cedo ou mais tarde, há de influenciar a política partidária nacional. Foi assim que aconteceu com a cota de 30% de mulheres, instituída primeiramente pelo PT e que hoje é regra imposta a todos os partidos pela legislação eleitoral, para registro de candidaturas³¹.

As mulheres da CUT também conquistam a paridade

Assim como ocorreu em relação à política de cotas, a aprovação da paridade no PT contribuiu para fortalecer a luta das mulheres na CUT para que houvesse uma maior democratização dos espaços de representação da central, com a garantia de participação de mais mulheres nos espaços de poder e decisão, e que sexo não fosse considerado um critério para discriminar as militantes sindicais no acesso ao poder político. Para as sindicalistas, a paridade não representava apenas um número, mas implicava a implementação de uma política. A paridade de gênero na direção da central, foi aprovada no 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), em 2012. A implementação ocorreu 12º CONCUT, em 2015.

Uma realidade a ser superada

Apesar de o Partido dos Trabalhadores (PT) ter conseguido implantar a política de cotas (1991) e posteriormente a de paridade (2011), a julgar pelos dados publicados no artigo “Teto de vidro da participação das mulheres na política tem início dentro partidos”, essa não é uma medida adotada pela maioria

³¹ PT-Mulheres, *Boletim III Conferência Nacional de Mulheres: vitória das mulheres, orgulho das petistas*. “Paridade – Uma conquista petista, um desafio nacional”, p. 3.

dos partidos. Tendo como base dados levantados por todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados, em todos os estados e no Distrito Federal, considerando a data de 1º de julho de 2022, o texto aponta que a presença feminina é desproporcional não apenas entre as eleitas, mas também nos cargos de direção dos partidos em nível estadual e nacional:

Apesar de serem maioria no eleitorado (53%, contra 47% de homens), as mulheres estão em minoria entre filiados a partidos políticos (46%) e nos cargos de direção em nível estadual (33%) e nacional (16%) das legendas³².

Um olhar para o passado mirando o futuro

Passadas mais de três décadas desde que o I Congresso do PT aprovou as políticas de ações afirmativas, entre elas a cota de 30%, é inegável reconhecer que essa conquista foi fundamental para o avanço da participação política das mulheres em nosso país e em especial no Partido dos Trabalhadores (PT).

A política de cotas objetivava romper com as desigualdades e ampliar a participação política das mulheres e, dessa forma, fortalecer a democracia interna do partido. Foi um acerto e uma conquista histórica levantar a necessidade e a importância das ações afirmativas para enfrentar as enormes desigualdades que cercam as mulheres em todas as frentes: no trabalho, na política, no fazer cotidiano. Essa iniciativa teve o mérito de reverberar e visibilizar as desigualdades e, na medida em que foram implementadas, demonstrar que as mulheres podem e querem fazer parte da política partidária.

Hoje, numa mirada histórica, é possível ressaltar importantes conquistas ao longo desse período de organização das mulheres no interior do partido, mas é importante lembrar que as lutas e os desafios não foram e não são fáceis. O patriarcado, o machismo, o racismo, a lesbofobia e a misoginia permanecem. As bases sob as quais funcionam a sociedade não se alteraram substancialmente quando o assunto é divisão sexual do trabalho, preconceito e discriminação, e o partido, sendo parte da sociedade, reflete esses comportamentos. Por isso,

³² D. Vital, “Teto de vidro da participação das mulheres na política tem início dentro dos partidos”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-27/teto-de-vidro-da-participacao-das-mulheres-na-politica-comeca-dentro-dos-partidos/>. Acesso: 23 jul. 2024.

em muitas situações continuam os conflitos, as tensões e as dificuldades. E, nos dias atuais, as situações a serem enfrentadas são ainda mais delicadas, à medida que nos deparamos com o fortalecimento do que tem sido denominado ultradireita em nível local e mundial. Esse setor, além das tradicionais pautas conservadoras – combate ao comunismo, privatização, concentração de renda, enfraquecimento do Estado –, tem como uma de suas áreas centrais de atuação o ataque às conquistas sociais e políticas, e para isso atacam ferozmente os direitos das mulheres, negros/negras, povos originários e população LGBTQIA+. Em reunião realizada no dia 29 de abril de 2024, a deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, expressou sua perplexidade diante do que tem sido o empenho de setores da direita do Congresso Nacional em obstruir qualquer iniciativa que tenha a ver com política de gênero. Segundo Benedita, eles são de uma intransigência tal que vetam qualquer projeto que trate do tema³³.

As ações afirmativas foram um importante passo para ampliar e fortalecer a participação política das mulheres no PT. Foi uma iniciativa pioneira. Por isso, apresentar as lutas, as conquistas e desafios enfrentados pelas militantes partidárias é uma maneira de reconhecer sua relevância histórica e demonstrar que esse foi um caminho fundamental para a construção da igualdade de gênero no interior do partido e o enfrentamento à dinâmica de relações patriarcais. Foi uma decisão que teve incidência interna e externa, como demonstra a experiência das mulheres da CUT.

A aprovação da política de cotas possibilitou a participação de um maior número de mulheres, que, com força e garra, seguiram avançando e conquistaram a aprovação da participação igualitária das mulheres na direção partidária (incluindo a direção executiva). Outras iniciativas, como a destinação de 5% dos recursos do partido para formação das mulheres, também foram muito importantes para o fortalecimento da participação política das mulheres, mas ainda há muito que conquistar. As demais políticas de ação afirmativa precisam ser constantemente cobradas, em especial a existência de um espaço para as crianças pequenas em encontros e reuniões partidárias.

³³ Entrevista realizada com Benedita da Silva pela plataforma Zoom, no dia 29 de abril de 2024.

Por fim, é importante assinalar que um grande desafio que se apresenta é a necessidade de uma ampla e democrática reforma política, que altere a situação de desigualdade que o atual sistema político perpetua, para que, dessa forma, possam ser construídas as condições para o real exercício da democracia e da igualdade para as mulheres e as pessoas negras.³⁴

Referências

- ALVES, Carlos Eduardo. “PT procura mulheres para cargos de direção”. *Folha de S.Paulo*. 09 de junho de 1993.
- ARAÚJO, Thays. “Governo prepara proposta para valorizar trabalho de cuidadores”. *Agência gov*. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/governo-prepara-proposta-para-valorizar-trabalho-de-cuidadores>. Acesso: 19 ago. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. “PEC 9/23 – Proposta de Emenda à Constituição”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2352476>. Acesso: 24 ago. 2024.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. “Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020”. 2019. Atualizado em 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso: 25 set. 2024.
- CASTRO, Sara Eduarda de. “30% de mulheres: um balanço necessário”. PT-Mulheres. Texto xerocado s/d. Acervo CSBH-FPA.
- DELGADO, Maria Berenice G. “Mais mulheres na direção da CUT”. *Revista Estudos Feministas*, ano 4, 1/1996.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Dossiê Mulheres: Esquerdas, política e trabalho. “A polêmica dos 30%”. *Perseu História, memória e política*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, n. 7, ano 5, 2011.
- GODINHO, Tatau. “Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores”. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 1/96. Publicação semestral Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS/Uerj.
- GODINHO, Tatau. “Mulher na direção”. *Teoria e Debate*, n. 14, abr./maio/jun. de 1991.
- LOPES, Iriny. “A paridade não é uma vitória isolada”. *Revista Teoria e Debate*. Edição 93 – 05/10/2011. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2011/10/05/a-paridade-nao-e-uma-vitoria-isolada/>. Acesso: 25 set. 2024.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. /2000.

³⁴ Agradeço a Conceição Nascimento, Laisy Moriére, Ludmilla Lima Barreto e às integrantes da equipe de redação do livro pela leitura atenta do texto, a indicação de referências bibliográficas e as diferentes colaborações ao longo da elaboração do presente texto.

- MORIÉRE, Laisy. “A construção da paridade e seus desafios”. Revista *Teoria e Debate*. Edição 136, maio/2015. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/debate/o-pt-precisa-mudar-em-que-e-por-que-6/>. Acesso: 25 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 1º Congresso*. Publicação do Partido dos Trabalhadores – Publicação do Diretório Nacional do PT. 1992. 88 p. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Mulheres do PT. *Balanço da implementação da política de cotas no Estado do Rio de Janeiro*. FAX de 26 de fevereiro de 1993. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. *Boletim III Conferência Nacional de Mulheres: vitória das mulheres, orgulho das petistas*. “Paridade – Uma conquista petista, um desafio nacional”, 4 p. 2011. p. 3.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Circular 027/SNMP/92, de 26 de maio de 1992, assinada por Benedita da Silva, Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Tatau Godinho, pela Coordenação da Subsecretaria Nacional de Mulheres. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. Diretório Estadual do PT-SP. Comissão de Mulheres do PT de São Paulo. Secretaria do Interior. *O Congresso do PT e as mulheres*. “Confira aqui as resoluções do I Congresso e os mecanismos para sua aplicação”. 4 p. 25 de março de 1992. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/6155>. Acesso: 25 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT. *O Congresso do PT e as Mulheres*. Propostas das Mulheres para o 1º Congresso: Construção Partidária. Folheto A4 dobrado. 1991. 4 p. CSBH-FPA. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/6152>. Acesso: 25 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT. *Partido dos trabalhadores e das trabalhadoras*. Folheto A4 de 4 p. Nov./dez. de 1991. Acervo CSBH-FPA.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria de Mulheres do PT (RJ). *Política de cotas: um ano de estrutura*. Documento, 2 p. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/6024>. Acesso: 25 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT (SNMP) e Comissão Estadual do PT São Paulo. *PT Informa Mulheres*. Publicação de março de 1993. 4 páginas. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/5955>. Acesso: 25 set. 2024.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. *Relatório semifinal dos grupos de discussão*. Seminário sobre cotas com participação internacional. 6 páginas. 05 de maio de 1992. Acervo CSBH-FPA.
- RECAMAN, Marisol. “Um ano de cotas”. PT-Mulheres. 2 p., s/d. Acervo CSBH-FPA. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN_APS_SNM_0212_NT.pdf. Acesso: 25 set. 2024.
- ROCIO, Paik. “Lei de paridade de gênero mexicana é exemplo para o Brasil, diz especialista”. Opera Mundi, Portal UOL. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/lei-de-paridade-de-genero-mexicana-e-exemplo-para-o-brasil-diz-especialista/>. Acesso: 14 set. 2024.
- SILVA, Benedita da. Entrevista por E. Menicucci, F. Estima, M. L. da Costa e V. Soares, 29 de abril de 2024. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2024.

SISTEMA DE COTAS. Subsídios para debates. Gabinete da Deputada Marta Suplicy (PT). Fevereiro de 1997. 12 p., incluindo capa.

SOUSA, Teresa Cristina. “Mulheres na direção: vitória do PT”. PT-Mulheres. Texto xerocado. Sem data. 1 página. Acervo CSBH-FPA.

VITAL, Danilo. “Teto de vidro da participação das mulheres política tem início dentro dos partidos”. Site Consultor Jurídico. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-27/teto-de-vidro-da-participacao-das-mulheres-na-politica-comeca-dentro-dos-partidos/>. Acesso: 23 jul. 2024.



O impacto do feminismo na formulação das políticas públicas no PT

Eleonora Menicucci

Silmara Conchão

Apresentação

Este capítulo sobre “políticas públicas” da Coleção Nalu Faria aborda um importante período histórico que se estende do final dos anos 1980 até os dias atuais. Surgiu da necessidade de responder ao desafio de como foram formuladas essas políticas para as mulheres numa perspectiva feminista no Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras¹ (PT) e como, dentro do partido, nós mulheres feministas petistas as construímos a partir da concepção do feminismo. Concepção esta que é a busca da responsabilização do poder Executivo em articular, com os outros poderes e os movimentos sociais, mudanças estruturantes na sociedade. Garantir o direito à igualdade, à dignidade e à autonomia econômica para que todas sejam livres e possam fazer escolhas sobre suas vidas sem medo, riscos ou constrangimentos.

“O Partido dos Trabalhadores (PT), que emergiu da confluência de vários movimentos sociais, entre eles o feminismo, ainda no período das lutas pela democratização do país, não se restringiu a carregar uma pálida marca de sua

¹ Expressão utilizada por feministas petistas.

origem, mas soube, sobretudo, dar continuidade às principais reivindicações das mulheres e do feminismo no país”². Assim, continua Bila Sorj:

Qualquer história do movimento de mulheres no Brasil terá necessariamente que consagrar um capítulo especial à atuação do Partido dos Trabalhadores nas últimas décadas. O papel que este partido vem desempenhando com a inovação de suas práticas de ampliação do espaço de participação das mulheres transcende em muito seu âmbito específico para alcançar a sociedade brasileira em seu conjunto³.

Discutiremos a atuação feminista nas gestões do PT baseadas, sobretudo, na participação das mulheres no Estado como mais um instrumento de disputa para a mudança social das relações de gênero, racial e de classe e para o enfrentamento da violência contra as mulheres. As informações registradas aqui poderão ser úteis tanto para os movimentos de mulheres e organizações feministas, quanto para gestoras(es) públicas(os), no sentido de motivar as ações ou avaliar iniciativas no âmbito do Executivo. Procuramos abordar não apenas as políticas públicas em si, mas também os princípios e lutas feministas subjacentes que moldaram essas ações, destacando a importância da participação das mulheres organizadas na promoção da igualdade de direitos e na mudança estrutural da sociedade.

Buscamos apresentar algumas iniciativas e conquistas significativas do movimento de mulheres e feministas petistas, a criação de organismos de governo como as coordenadorias e secretarias, dedicadas à afirmação dos direitos das mulheres em administrações municipais do PT desde o final dos anos 1980. Em 2003, no primeiro governo do presidente Lula (PT), cria-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), junto à Presidência da República com *status* de ministério. Três importantes leis na garantia dos direitos das mulheres foram sancionadas: uma no governo do presidente Lula, que é a Lei Maria da Penha, e as outras, a Lei do Feminicídio e a PEC das Trabalhadoras Domésticas, na gestão da presidenta Dilma Rousseff (PT).

² B. Sorj, “Prefácio”, em Â. Borba, N. Faria e T. Godinho (orgs.), *Mulher e Política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*, p. 9.

³ Idem, *ibidem*.

Na construção do partido, ao longo de toda a história do PT, certamente tivemos tensões nessas formulações e não foram experiências tranquilas e nem fáceis, mas os resultados foram impactantes para a cidadania feminina e, por tudo isto, compartilharemos esta experiência que marcou a história de luta das mulheres em nosso país. A descrição destas políticas específicas, leis e iniciativas governamentais oferece *insights* valiosos sobre as estratégias concretas adotadas para promover os direitos das mulheres e combater a violência de gênero.

E foi com muita dedicação e organização que as políticas para as mulheres no Brasil têm se desenvolvido significativamente ao longo das últimas décadas. Mesmo com as rupturas e os retrocessos, é perceptível uma crescente conscientização na sociedade sobre as questões de gênero, racial e de classe por meio das ações governamentais. Desse processo histórico, desde a sua concepção, destacaremos alguns momentos-chave que marcaram o avanço das políticas para as mulheres em território brasileiro.

Concepção – O modo petista e feminista de governar

A proposta de criação de organismos no nível do poder Executivo, como as coordenadorias e as assessorias, voltados às políticas para as mulheres, surgiu no Brasil nos anos 1980. No bojo de um processo de organização e mobilização dos movimentos sociais, que marcou o final do período da ditadura militar, o movimento de mulheres, que se desenvolveu no país neste contexto, estabeleceu importantes e conflituosas relações com os partidos políticos. Ao mesmo tempo, as marcantes alterações da situação das mulheres na sociedade brasileira pressionaram os partidos políticos a ampliarem seu foco de visão, dirigindo-se também a elas, senão incorporando-as em suas dinâmicas e projetos, ao menos como público eleitoral⁴.

A criação destes organismos, no formato de coordenadorias e/ou assessorias dos direitos da mulher, seria uma forma de assumir um pacto com as propostas e reivindicações das mulheres, significando um compromisso real de sua implementação e não apenas o discurso eleitoral uma vez que as mulheres

⁴ M. C. Godinho Delgado, *Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*, p. 72

são a maioria do eleitorado. Afinal, o direito do voto continua tão caro às mulheres quanto no início do século passado, mas não há de valer muito se não vier acompanhado das suas reivindicações⁵.

Essa forma de governar e de pensar o papel do Estado nasce da perspectiva das mulheres feministas petistas que sempre defenderam, nas reuniões do partido e nas discussões dos planos de governo, a criação dos que vieram a ser chamados ‘Organismo de Políticas para as Mulheres’⁶ (OPMs) no âmbito do poder Executivo. De acordo com as nossas experiências, podemos afirmar que este lugar no organograma do Executivo, seja ele no nível nacional, estadual ou municipal, amplia a capacidade administrativa para implantar políticas públicas eficientes no combate às desigualdades de gênero, raça e classe, potencializando as possibilidades de mudanças sociais estruturantes ao atender de fato a cidadania da população feminina.

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) reconhece que existe cultural e estruturalmente a discriminação das mulheres e que esta não pode ser resolvida apenas no combate ideológico. Considera as desigualdades entre homens e mulheres uma construção social e histórica, por isso, deve ser objeto de ação governamental, dado o importante papel do Estado no combate às injustiças sociais. Essa concepção subsidia a formulação de políticas públicas para o enfrentamento e o combate às hierarquias de gênero diretamente. Com esta compreensão os governos do PT têm atuado na sua forma de governar, garantindo um organismo no Executivo com o objetivo de fomentar, de forma intersetorial, as políticas públicas para as mulheres.

Os Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), em âmbito municipal, estadual ou federal, têm o objetivo de propor, coordenar e executar políticas públicas para e com a participação das mulheres. A experiência nos faz afirmar que este “OPM”, seja ele constituído como secretaria, assessoria,

⁵ PT-Mulheres. *PT Informa Mulheres*. Jornal da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT (SNMP) e da Comissão Estadual do PT de São Paulo. Equipe de Redação: Maria Otília Bocchini, Maria Luíza Costa, Míriam Nobre, Maria Angélica Fernandes, Tatau Godinho. SP. 1992. Acervo CSBH-FPA.

⁶ A expressão “Organismo de Políticas para as Mulheres (OPMs)” começou a ser utilizada entre 2004 e 2011, na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal (SPM), sob a coordenação da ministra Nilceia Freire.

coordenadoria ou ministério, deve ter autonomia política, administrativa e financeira para articular-se com as demais áreas. Ter poder para interferir nas políticas gerais da cidade, do estado e do país e manter canais de relação com os movimentos sociais.

A organização feminista para a criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres com *status* de Ministério em 2003 fortaleceu a ideia que os OPMs fossem alocados em lugares estratégicos de poder no organograma das administrações com autonomia de gestão e orçamentária, dado seu papel imprescindível para a justa mudança que tanto nos dedicamos e necessitamos. A nossa proposta nunca foi a de criar organismos “pendurados”, ou melhor, vinculados a uma outra instância de poder, como em muitos municípios ou estados, acabou acontecendo. Essa concepção mostra que as mulheres são vistas como sujeitos de segunda categoria, naturalizando as desigualdades de gênero.

Consideramos como dinâmica de atuação uma abordagem e prática intersetorial entre diversas áreas do executivo para enfrentar as desigualdades de gênero, racial e de classe. Políticas públicas intersetoriais agregam setores diversos e várias áreas, permitindo melhor utilização de conhecimentos e experiências acumuladas, colaborando para o alcance de metas comuns, sob uma coordenação que abarca todas as contribuições⁷.

Ao trabalhar com a perspectiva interseccional na construção de ações planejadas a partir dos indicadores sociais e econômicos, torna-se possível garantir que os direitos e as oportunidades atinjam todas as mulheres na sua diversidade e em todos os aspectos da sociedade. Esse pensar e fazer a política considera as múltiplas formas de discriminação que as mulheres enfrentam, como as questões relacionadas a raça, classe, sexualidade e outras identidades e experiências.

Considerando ações que incluem essas dimensões apresentadas, as políticas públicas para as mulheres contribuem para a redução das disparidades sociais, reconhecendo as desigualdades entre mulheres e homens enquanto construção social, política e histórica. A existência de um OPM em uma administração significa uma maior chance de articulação entre os órgãos que atendem as mulheres nas suas múltiplas necessidades e, uma vez que, mais de 50% da

⁷ Brasil, SPM, *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*, em M. L. Heilborn, L. Araújo, A. Barreto (orgs.).

população é composta por elas, tende a melhorar os indicadores relativos ao desenvolvimento humano do município, do estado e do país.

A característica principal de um organismo específico de políticas para as mulheres é ser uma instância governamental do Executivo e não de representação da sociedade civil dentro do Estado, marca do modelo híbrido dos conselhos da condição feminina ou dos direitos da mulher, como pensados nas décadas de 1980-90. A proposição desses organismos governamentais não substituiu a existência paralela dos conselhos da mulher, sendo compostos por representantes da sociedade civil e do movimento social e também do governo, com atribuição de propor e monitorar as políticas públicas para as mulheres em diálogo com as representantes governamentais⁸.

Há o desafio para que essas políticas superem os limites dos programas e projetos nos aspectos que reforçam os papéis tradicionais das mulheres e que não contribuem para sua autonomia e empoderamento; e, junto com este desafio, está também o de levar em consideração a diversidade das mulheres. Em que pesem as críticas e a ainda frágil representação institucional da maior parte destes organismos, mesmo assim, é uma pressão a favor da modernização e da democratização do Estado e da instauração de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. São passos importantes para transformar o Estado de modo que seja o fiador de uma nova divisão sexual não discriminatória, não reprodutor de estereótipos e que contribuem para a expansão da cidadania das mulheres⁹.

Entendemos que os OPMs, de modo geral, deverão ter as seguintes competências:

- a) Formular diretrizes, elaborar, fiscalizar, executar ou coordenar políticas no âmbito da administração pública direta ou indireta, que atendam às necessidades das mulheres e enfrentem as diferentes formas de sua discriminação.
- b) As áreas prioritárias para investimento das políticas públicas de combate à discriminação são: a implementação de equipamentos sociais relacionados ao

⁸ V. Soares, “Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – avanços e desafios”. Este texto é baseado em textos e análises realizadas pela equipe responsável pelo acompanhamento e execução das ações de fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres.

⁹ Idem.

trabalho doméstico e creches, saúde, combate à violência, educação e planejamento urbano.

c) Implantar e ampliar os equipamentos públicos que facilitem a gestão cotidiana da vida das mulheres no município.

d) Garantir que os Serviços de Saúde, em todas as esferas da Federação, desenvolvam uma política de atendimento integral à saúde de todas as mulheres.

e) Elaborar material e promover campanhas de ação educativa para os funcionários do Estado, servidores públicos, e para a população, para esclarecer sobre os direitos da mulher, denunciar as discriminações, propor ações, bem como estimular, apoiar e desenvolver estudo e diagnóstico da situação das mulheres no município.

f) Fiscalizar e exigir o cumprimento de legislação, assim como elaborar e encaminhar ao legislativo propostas de projetos de lei que visem combater a discriminação das mulheres na cidade, no estado e no país.

g) Garantir a participação popular, respeitando a autonomia dos movimentos sociais organizados.

h) Considerar que mulheres e homens vivem diferentemente os problemas da vida urbana. Para tanto, o organismo responsável pela implementação de políticas voltadas para as mulheres deverá assegurar essa dimensão junto ao planejamento da cidade e à prática geral das políticas públicas.

i) Atuar de forma intersetorial envolvendo as diversas áreas do governo para o planejamento de ações que contribuam com a formulação de políticas públicas para as mulheres com perspectiva de gênero.

j) Considerar políticas públicas com a perspectiva da interseccionalidade, baseadas em uma compreensão mais completa das necessidades e desafios enfrentados por diferentes grupos dentro do universo feminino.

As experiências municipais e estaduais - avanços históricos

Aqui destacaremos o papel ativo das mulheres de todo o Brasil na política, em movimentos sociais e no partido, como um elemento fundamental na promoção de mudanças significativas e sustentáveis para alcançar uma sociedade verdadeiramente igualitária do ponto de vista de gênero, racial e de classe. Sob o impacto da luta dos movimentos feministas e de mulheres, desde os anos

1980, tem ocorrido no Brasil um processo de incorporação da perspectiva das relações sociais de gênero e raciais nas agendas governamentais.

Nos anos 1980, as mulheres organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Pastoral da Criança, movimentos sociais, partidos, movimentos sindicais, Clube de Mães, trabalhadoras de várias categorias, juntamente com outros grupos de mulheres, promoveram lutas por direitos trabalhistas, direito à creche, à saúde, à moradia, sacolões comunitários, combate à desnutrição infantil. E por reivindicação desse movimento de mulheres e feministas petistas, foram dados os primeiros passos nas políticas públicas para as mulheres no âmbito do executivo municipal em nosso país¹⁰.

Desde a sua formação, o PT aglutinou militantes feministas que buscaram construir um engajamento do partido com a transformação das relações sociais de gênero. Foi em 1988 que o partido passou a dirigir municípios alcançando algumas cidades importantes do país, quando começou a ser implantada uma proposta de organismo de políticas para as mulheres. Até então, feministas petistas apresentavam sua crítica à proposta hegemônica de Conselhos da Mulher, desenvolvida no país nos anos anteriores, mas ainda não haviam detalhado sua proposta para atuação governamental. Essa proposta foi construída por feministas do PT que insistiam ser indispensável esse organismo no governo¹¹.

É preciso registrar que, no estado de Goiás, uma Secretaria de Estado da Condição Feminina foi criada em 1987 pelo governador Henrique Santillo (PMDB)¹². A Secretaria, um órgão de primeiro escalão de governo, atuou entre 1987-1991, enfrentando as dificuldades de se colocar como um órgão com a autonomia relativa, própria de uma Secretaria, e a necessária interdependência na implementação das políticas dirigidas às mulheres.

Na esfera municipal, em 1988, o PT dá uma grande virada em relação a 1982. Conquista 36 prefeituras e integra como vice em mais três coligações,

¹⁰ S. Conchão, M. C. P. Pechtoll, “Políticas para as mulheres na gestão local – experiência do município de Santo André”, em A. Gostinski; A. Bispo; F. Martins, *Estudos feministas por um direito menos machista*, cap. 13.

¹¹ M. C. Godinho Delgado, *Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*, p.138

¹² Idem, ibidem, p.84; e C. Brito de Freitas e M. A. da Silva, “Memória da Secretaria de Estado da Condição Feminina: Uma efêmera história de mulheres goianas no poder (1987-1991)”.

distribuídas por 12 estados. As conquistas incluem três capitais – Porto Alegre, Vitória e São Paulo – e importantes polos regionais – como Campinas, Santos, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Santos e Ipatinga (MG). O PT também participa de coligações com outros partidos de esquerda em dez capitais, além de receber apoios partidários em São Paulo e Campinas e eleger 900 vereadores e vereadoras, quase oito vezes mais do que o número de 1982. A partir da eleição de 1988, o PT amplia sua presença no território brasileiro¹³.

Com essa vitória eleitoral de administrações petistas no país, foram criadas as primeiras Assessorias dos Direitos da Mulher e/ou Coordenadorias da Mulher. Em geral, Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), vinculados diretamente ao gabinete dos prefeitos (1989 a 1992), que tinham como função a coordenação, com as demais áreas, o esforço de influenciar, incluir e considerar na elaboração das políticas, as demandas, as necessidades e incentivar a participação das mulheres na vida social. Estas iniciativas, inovadoras na época, serviram como grandes referências de implantação de políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Sabemos que algumas delas foram criadas com maior peso na estrutura administrativa e política. Outras, no interior da área da assistência/promoção social/inclusão social/cidadania ou direitos humanos. Secretarias específicas foram criadas em Maringá (PR), Parauapebas (PA), Lauro de Freitas (BA) e Camaçari (BA). Em Londrina a gestão foi criada na administração do PDT e mantida nos governos petistas posteriores. Governos estaduais dirigidos pelo partido, em diferentes momentos, criaram coordenadorias/assessorias/subsecretarias de políticas para as mulheres com maior ou menor capacidade de influência: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Bahia, Sergipe, Piauí, Pará, Minas Gerais. No Acre, na gestão de 2003 a 2006, foi criada criada uma Secretaria Extraordinária da Mulher e, posteriormente, Secretarias também em outros estados (Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí). Existem hoje centenas de OPMs no Brasil e grande parte criada pelas gestões petistas. Outros partidos também criaram OPMs.

¹³ Fundação Perseu Abramo. “A grande virada: vitória nas eleições de 1988”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/primeiras-eleicoes-municipais-1988/>. Acesso: 30 jun. 2024.

Aprendemos que o compromisso com a política não é linear e para garantir que não haja retrocessos, como verificados em diversos períodos da história, é indispensável a organização de militantes com força, feministas dentro e fora do partido¹⁴.

Vale lembrar algumas cidades do Sudeste que, no período inicial da implementação das políticas públicas para as mulheres no Brasil, como a Prefeitura de Diadema e a de São Paulo, criaram as suas Coordenadorias de Políticas para as Mulheres também vinculadas ao gabinete do prefeito e da prefeita, no caso de São Paulo, comandada por Luiza Erundina.

No final da década de 1980, foram criados também os primeiros Centros de Apoio à Mulher em situação de violência do Brasil, a Casa Beth Lobo, em Diadema, e a Casa Eliane de Grammont, em São Paulo. Com forte participação das mulheres, a Lei Orgânica desses municípios cria estes Centros de Apoio, que se tornaram marca de governo enquanto núcleo de organização das políticas que integram as ações governamentais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, fortalecendo a atuação em rede.

Em 1988, conquistamos também o comando da prefeitura de Santos (SP). Telma de Souza, prefeita petista eleita na época, afirma ter aproveitado seu capital político para ampliar o número de mulheres em seu governo. “Quando virei prefeita, criei políticas voltadas para as mulheres, o que fez diferença e também trouxe para o meu lado cerca de sete mulheres, que depois seguiram a carreira e foram deputadas. Tudo isso incentiva a pensar: ‘se elas podem, por que eu não posso?’”¹⁵.

Posteriormente, de 2001 a 2004, na capital de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT), é reativada a Coordenadoria da Mulher. A proposta de um organismo de políticas para as mulheres já aparecia no plano de governo da sua campanha: “Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, responsável pela articulação, planejamento e implementação, em conjunto com outros órgãos da administração, das políticas municipais dirigidas às mulheres e de combate à discriminação”¹⁶.

¹⁴ M. C. Godinho Delgado, op. cit., p. 139.

¹⁵ H. Mendonça, “Em Santos, a cidade com mais mulheres no Brasil, só duas vereadoras e nenhuma candidata a prefeita”, *El País*.

¹⁶ M. C. Godinho Delgado, op. cit., p. 124.

A Prefeitura de Santo André (SP), em 1989, cria a Assessoria dos Direitos da Mulher (ADM), vinculada ao gabinete do prefeito, e o grupo intersecretarial “Elo Mulher”. Composto por gestoras representantes das diversas Secretarias do governo, atuava com o objetivo de planejar e executar as políticas para as mulheres transversalizando o tema nas diversas áreas e ações governamentais. Também foi inovador no período, a organização da participação ativa das mulheres na discussão do Plano Diretor: “O olhar feminino sobre a cidade”.

A região do Grande ABC foi pioneira na implantação de novos processos de articulação intermunicipal: poderes públicos com os agentes sociais e econômicos locais, com a criação, na década de 1990, do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Além da atuação na esfera regional, o fortalecimento institucional da Assessoria dos Direitos da Mulher nesse período resultou no respeito, reconhecimento e apoio técnico e financeiro de diversos países, instituições nacionais, internacionais e de pesquisas e universidades para os projetos desenvolvidos, como exemplo, a parceria com a Universidade British Columbia de Vancouver – Canadá, na implementação da perspectiva de gênero no trabalho de Gerenciamento Participativo para as Áreas de Mananciais (Projeto GEPAM) e também a Pesquisa/Intervenção – Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça com apoio da FAPESP e OIT. Várias outras ações criadas nessa época merecem destaque, dentre elas o *Vem Maria*, que é o centro de apoio às mulheres em situação de violência. O *Vem Maria* é lei municipal que foi regulamentada em 2004¹⁷.

Já no ano de 2002, o Programa “Gênero e Cidadania no Santo André Mais Igual”, recebeu o prêmio Dubai (ONU Habitat) de boas práticas em gestão pública, por considerar a desigualdade de gênero, a participação das mulheres, o combate à violência doméstica e a integração das políticas urbanas, econômicas e sociais em projetos de habitação popular. Este programa conquistou o título entre as dez melhores práticas do mundo e concorreu com 554 projetos de diversos países.

¹⁷ S. Conchão, M. C. Pechtoll, “Políticas para as mulheres na gestão local – experiência do município de Santo André”, em A. Gostinski; A. Bispo; F. Martins, *Estudos feministas por um direito menos machista*, cap. 13.

Em 2003, é oficializada a Casa Abrigo Regionalizada no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Primeiro equipamento regional de política pública no Brasil, onde diversos municípios participam de sua gestão e manutenção através de um Conselho Gestor criado com esta finalidade, composto por gestoras representantes dos sete municípios do Grande ABC. Este projeto, por sua especificidade administrativa regional, já recebeu diversos prêmios de boas práticas de políticas públicas¹⁸.

Em Belo Horizonte (MG), além da criação da Coordenadoria da Mulher, o destaque foi para a participação organizada das mulheres no Orçamento Participativo nas gestões municipais petistas, onde se garantiu orçamento para as necessidades específicas do público feminino no planejamento das políticas públicas para a cidade.

No Nordeste, antes das Secretarias, criaram-se as Coordenadorias. A primeira Coordenadoria foi criada em Camaragibe (PE), em 1998. Depois foi criada a Coordenadoria da Mulher em Recife (PE), em 2001. Camaragibe, na gestão do primeiro prefeito petista da Região Metropolitana do Recife, no ano de 1998, criou a Coordenadoria da Mulher. Importante dizer que essa foi a primeira coordenadoria da mulher do estado de Pernambuco. Na época, foi criado o Programa de Atendimento à Mulher, com o objetivo de enfrentar desigualdades de gênero e discriminações contra mulheres por meio da instituição de uma política pública municipal para a população feminina.

Ao criar uma política para as mulheres, a prefeitura de Camaragibe contribuiu para diminuir a desigualdade e a violência no relacionamento entre os sexos. O Programa está na publicação *Histórias de um Brasil que Funciona*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2000), como uma das experiências exitosas no enfrentamento às desigualdades de gênero e discriminações contra as mulheres. Além de criar a coordenadoria, foram realizadas as primeiras conferências de políticas para as mulheres em Camaragibe e do estado.

Como vimos, em Recife foi criada a Coordenadoria da Mulher, em março de 2001, após uma mudança na estrutura administrativa para que o organismo fizesse parte do gabinete do prefeito. Isto foi resultado de uma grande luta e mobilização dos movimentos de mulheres e feministas do estado

¹⁸ Idem, *ibidem*, loc. cit.

para efetivar a transversalização da política em todas as secretarias. Na época, foi criado um fórum intergovernamental de gênero. Também em 2001 foi fundado o bloco carnavalesco “Nem com uma flor”, que tem uma longa trajetória de conscientização popular através de ação preventiva na semana que antecede o carnaval. Em 2002, foi criado o Centro de Referência Clarice Lispector. E lembrando que a organização das mulheres na participação de todo o processo do Orçamento Participativo também é referência que marcou a história.

Gestoras e gestores governamentais petistas estavam anunciando publicamente para todo o Brasil que as desigualdades entre mulheres e homens não era algo natural e, sim, construção histórica. Sendo assim, o executivo deveria atuar na direção do fortalecimento da dignidade e na qualidade de vida das mulheres considerando a dimensão racial e de classe. Assim, ao assumirmos os governos municipais, estaduais e especialmente o federal em 2003, a nossa reivindicação sempre foi a criação de organismos de políticas para as mulheres com *status* de primeiro escalão.

Em 2004, eram 13 OPMs contra os 745 que já existentes em 2016. Distribuídos pelas 27 unidades da Federação, sendo 27 estaduais e os restantes em nível municipal. Todas as capitais, com exceção de Cuiabá e Boa Vista, também tiveram seus organismos. O crescimento destes organismos de gestão para a implementação de políticas para as mulheres mostrou o potencial e a importância da pauta das mulheres nas políticas públicas. A criação de OPM nas estruturas de gestão dos governos estaduais e municipais configurou-se como uma ferramenta de formulação e implementação das políticas públicas para as mulheres, pois esses Organismos potencializam as ações do poder público para reverter o quadro de desigualdades, persistente na estrutura da sociedade brasileira. O fortalecimento do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, que reunia organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, foi outro importante instrumento de articulação coordenado pela SPM¹⁹.

Prova disto, no período de 2013 a 2016, tivemos exemplos locais destas áreas no primeiro escalão do governo, como as Secretarias de Políticas para

¹⁹ Brasil, *Relatório de Gestão 2016*.

as Mulheres (SPM) em prefeituras comandadas por feministas nas gestões do PT, como na cidade de São Paulo do prefeito Haddad e de Santo André (SP), do prefeito Carlos Grana. Com verba própria, com recursos humanos e com o apoio do governo federal (SPM) foram implementadas estas secretarias, fomentada e fortalecida a criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher e foi dado suporte técnico e político para administrar as SPMs nas cidades. Nota-se que muitas foram extintas, como a de São Paulo e a de Santo André, por mudança de partidos no comando de governos marcados por retrocessos.

A experiência nacional

Quando o presidente Lula assume o governo federal (2003 a 2010), cria-se a primeira Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do país com *status* de Ministério. Mais uma grandiosa conquista da organização e da luta das mulheres feministas do PT. Um grande avanço, anunciando e elevando as políticas para as mulheres a uma prioridade nacional como nunca na história do Brasil. Com essa iniciativa, o governo Lula buscou fortalecer as políticas sociais, incluindo aquelas direcionadas especificamente para as mulheres.

Esse organismo de políticas para as mulheres do governo federal é responsável por articular interministerialmente todas as políticas voltadas para a melhoria de vida das mulheres, como o combate à fome, acesso à renda e moradia, à casa própria e de promoção da igualdade no mercado de trabalho. Ficando sob responsabilidade da SPM, formular e implementar as políticas de enfrentamento à violência às mulheres, autonomia econômica e articulação institucional e ações temáticas. Emília Fernandes, ex-senadora pelo Rio Grande do Sul, ocupou o cargo de secretária de Políticas para as Mulheres do governo Lula entre 2003 e 2004.

Logo no início do governo, em 2003, foram criadas várias ações voltadas para as mulheres rurais, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, visibilizando a situação de discriminação das mulheres como trabalhadoras rurais e promovendo medidas visando superá-las. Tais políticas possibilitaram a mudança da legislação, que passou a reconhecer o direito da

titularidade da terra em nome da mulher, além de fornecer crédito para mulheres agricultoras, com base na apresentação de projetos técnicos ou propostas mais simplificadas, além de fornecer documento de identidade para mais de mil mulheres trabalhadoras rurais, garantindo a sua cidadania.

Em 2004, o governo federal, sob a coordenação da SPM, anuncia e organiza a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), em Brasília, mobilizando e reunindo 120 mil mulheres de todos os cantos do país, contemplando toda a diversidade do universo feminino. Estimulando, assim, um grandioso processo histórico de participação delas para avaliar e reivindicar as políticas públicas, que resultou na elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Em 2005, é criado o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e em 2006, o presidente Lula sanciona a Lei Maria da Penha (Lei MP 11.340) oferecendo proteção legal no combate à violência contra todas as mulheres. A lei nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cuja luta por justiça após ser vítima de tentativas de homicídio por seu ex-marido chamou a atenção internacionalmente. A Lei Maria da Penha “mete a colher” na briga de marido e mulher e descortina a violência doméstica, até então silenciada no espaço privado. Houve um processo de forte articulação do movimento de mulheres para a necessidade de discutir e criar uma legislação específica contra a violência às mulheres. E por se tornar muito conhecida, convoca toda a sociedade a refletir sobre a importância do papel das mulheres como protagonistas de direitos.

Uma lei que desafia a cultura das desigualdades entre mulheres e homens, estabelecida como algo natural. É considerada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma das três legislações mais avançadas no mundo por sua especificidade no combate à violência de gênero, estabelecendo medidas protetivas e criando mecanismos para coibir e também prevenir os crimes e violações contra as mulheres.

Vale mencionar que todo o processo de elaboração, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha foi comandado pela ministra Nilceia Freire (*in memoriam*), que dialogou com um Consórcio suprapartidário de mulheres advogadas feministas para a formulação e controle da implementação da referida lei, interagindo e articulando com as propostas e demandas organizadas

pelo movimento de mulheres. Nilceia era formada em medicina, professora, pesquisadora e ex-reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Militante de esquerda e feminista, atuou como ministra de 2004 a 2011, sendo a gestora mais longeva neste cargo do governo federal junto ao presidente Lula. Nilceia permanecerá presente em nossa memória e seu legado será sempre parte da nossa história.

Já na Educação, segmento fundamental para a mudança da cultura discriminatória, machista e excludente, em 2006, a SPM idealizou o “Projeto Gênero e Diversidade na Escola”, realizado em parceria com o Ministério da Educação, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com o Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Destinado à formação dos/as profissionais de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais, orientação sexual e sexualidades. Foi o primeiro curso a trabalhar as temáticas relativas a gênero e raça de forma transversal em uma perspectiva nacional, utilizando a metodologia à distância. Este curso Gênero e Diversidade na Escola foi implementado por meio de parceria com as universidades públicas e contribuiu para a capacitação de mais de 40 mil profissionais da educação do Ensino Fundamental das escolas públicas.

A área estruturante da SPM é a aquela que desenvolve ações com vistas a coibir e combater todas as formas de violência contra a mulher. A SPM iniciou seu trabalho em 2003, contando com poucas delegacias de mulher e casas-abrigo no Brasil. Ao longo dos anos, com a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I e II, a SPM articulou diversas parcerias com o Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Poder Judiciário e Poder Legislativo. Paralelamente, estabeleceu parcerias com estados e municípios, resultando no repasse de recursos para criar e equipar várias Delegacias da Mulher, Casas-Abrigo e Centros de Referência. Também foi obtido apoio das Defensorias Públicas e do Ministério Público para a criação de Núcleos Especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência²⁰.

²⁰ SPM, *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*, em M. L. Heilborn, L. Araújo, A. Barreto (orgs.).

Com estas ações, a SPM implantou uma rede de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, elaborou Normas Técnicas e a Política de Abrigamento, criou a Central de Atendimento à Mulher através do Ligue 180. Elaborou e implementou políticas de enfrentamento ao tráfico de mulheres, criou o Pacto de Enfrentamento da Violência, além de ter desenvolvido ações para garantir os direitos das mulheres em situação de prisão, em parceria com o Departamento Penitenciário/Ministério da Justiça (MJ)²¹.

Em 2011, Dilma Rousseff (PT) torna-se a primeira mulher presidenta do país, exercendo o cargo até 2016. Dilma não apenas se destacou por seu gênero, em relação ao seu papel em um mundo capitalista e às disparidades de gênero, raça e classe, bem como por sua competência e ética. Reconhecendo que a democracia não pode ser plenamente realizada sem a participação efetiva das mulheres.

Como líder política, Dilma reiterou a importância de os governos se comprometerem com a promoção dos direitos das mulheres, dada sua relevância na sociedade e a opressão histórica que enfrentam em sua saúde e vida. Um exemplo disso é o fato de que, logo no início de seu mandato, Dilma ganhou destaque por ter nomeado o maior número de ministras mulheres na história do país, totalizando 18 em diferentes momentos durante seus cinco anos e meio no governo.

Iriny Lopes, de 2011 a 2012, foi a titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Brasil. Deputada federal, à época, durante seu período à frente da SPM, atuou para fortalecer as políticas de combate à violência de gênero e trabalhou na promoção da autonomia econômica das mulheres. Iriny Lopes também focou na saúde das mulheres, promovendo ações voltadas para o acesso a serviços de saúde, incluindo a área de saúde sexual e reprodutiva. A SPM, sob sua liderança, buscou aumentar a participação das mulheres na vida pública, promovendo iniciativas que incentivaram a formação de lideranças e a inclusão de mulheres em cargos de decisão para aumentar a representatividade delas na estrutura política do país.

Iriny Lopes manteve uma estreita relação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, buscando ouvir e atender às demandas das mulheres de diversas origens e realidades. Essas ações refletem o compromisso de

²¹ Idem, *ibidem*.

Iriny Lopes com a promoção da igualdade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres durante um período da história política do Brasil.

Logo após esse período, a ministra Eleonora Menicucci assume o comando da SPM. A força que tinha a SPM com *status* de Ministério, comandada então por Eleonora Menicucci (2012 a 2016), socióloga feminista e professora titular de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), somada à participação feminina em secretarias e em outros ministérios, foi essencial para garantir não só a representatividade como também para que as questões de gênero fossem colocadas em pauta de forma intersetorial. No Brasil do século XXI vemos muitas mulheres com capacidade para estar em qualquer um dos ministérios, até porque, somos 52% da população que culturalmente ali não está representada.

No governo Dilma houve também a maior presença das mulheres no mercado de trabalho formal. Programas potencializados como o Bolsa Família e as políticas públicas de acesso à educação, como o PRONATEC, permitiram que mais brasileiras tivessem registro em carteira. O programa do governo da Dilma, em termos de políticas públicas, teve um impacto significativo na vida das pessoas mais pobres, especialmente das mulheres negras. Outra medida favorável à emancipação feminina, foi a “PEC das Trabalhadoras Domésticas”, emenda constitucional sancionada nesse governo, que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas. O texto que regulamenta a lei foi publicado no Diário Oficial em junho de 2015 e garantiu novos direitos a essas profissionais, como auxílio-creche, seguro-desemprego e salário-família. A Lei Complementar (LC 150/2015) aprovada reconhece os direitos das trabalhadoras domésticas de maneira semelhante aos direitos de outros trabalhadores, promovendo a igualdade de direitos no mercado de trabalho.

Outro fato marcante em que nós, mulheres gestoras feministas do PT, mostramos para a sociedade que era possível atuar sem negociar as questões postas pelo feminismo, foi quando, em 2013, a presidenta Dilma sancionou a Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral às vítimas de violência sexual no país.

O que era um protocolo de referência do Ministério da Saúde (MS) virou uma lei federal. E garantiu, através do MS, o acesso das mulheres à

contracepção de emergência. Tudo isso, mesmo sob críticas de religiosos radicais ao mandato da presidenta Dilma e da ministra Eleonora e de Alexandre Padilha, então ministro da Saúde, caracterizando um corajoso, grandioso e histórico avanço no acesso à saúde integral e reprodutiva da mulher.

Em 2013, a Secretaria de Políticas para as Mulheres lança o edital público “Prêmio Mulheres Negras Contam sua História”, que deu origem ao livro que expressa nosso compromisso com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo. A iniciativa almejou contar as histórias das mulheres negras, para que elas pudessem resgatar a memória de suas antepassadas, descendentes e de suas próprias histórias de enfrentamento do racismo, da violência e a superação da discriminação. Esta publicação, ao trazer os textos premiados, publiciza o pensamento produzido por mulheres negras a partir de suas experiências individuais e coletivas, que expressam a vivência de desigualdades. E traz subsídios para a compreensão das desigualdades e para viabilizar a elaboração de políticas públicas específicas para o seu enfrentamento²². Também foi instituído, por meio da Lei 12.987 de 2 de junho de 2014, a data de 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Em 2015, o aumento dos assassinatos de mulheres por questões de gênero motivou a bancada feminina no Congresso Nacional a propor e aprovar uma lei específica, a Lei do Feminicídio. Atenta ao fato, a presidenta sanciona a Lei do Feminicídio (13.104/2015), tipificado como crime hediondo. Em mais um momento histórico, o governo joga luz na gravidade da violência contra as mulheres, assegurando punições mais severas para os agressores. O Brasil foi o 16º país a instituir a Lei do Feminicídio. Vale mencionar também a inauguração de grandes centros integrados de acolhimento de mulheres vítimas de violência, as ‘Casas da Mulher Brasileira’, incluídas nas medidas de enfrentamento à violência à mulher naquele período.

O governo Dilma não só atuou para a defesa dos direitos das mulheres, mas também tocou em questões culturais importantes, como a lei que permite as empresas ampliarem a licença-paternidade de 5 para 20 dias. Essa lei foi sancionada em 2016, durante o governo de Dilma Rousseff, e faz parte do Programa Empresa Cidadã, que incentiva as empresas a adotarem essa

²² Brasil, SPM, *Prêmio Mulheres Negras Contam sua História*.

extensão da licença para os pais que têm filhos(as). O objetivo é promover a paternidade responsável, permitindo que os pais tenham mais tempo para acompanhar o início da vida de seus filhos(as) e fortalecer os laços familiares. Essa mudança é um convite para que todos os homens reflitam sobre a importância de sua presença ativa e engajamento na criação e educação das crianças. Dilma Rousseff sancionou ainda o texto que cria a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, que também convoca os pais a se dedicarem mais e a dividirem com as mães igualmente o tempo do cuidado infantil.

Foi um período muito impactante que incluiu uma mudança de paradigma de que todas as gerações de mulheres deste período passaram a ver como uma possibilidade real, ocupar uma Presidência da República ou qualquer outro cargo de poder de decisão e/ou mesmo estar onde elas decidirem estar, considerando que ‘podem’. A mensagem forte deste momento na política nacional foi “elas podem” e isso ninguém vai tirar da história do Brasil, nem o golpe de 2016.

Desafios

Sim, a política é muito violenta com as mulheres. A presidenta Dilma Rousseff se despediu em caráter definitivo do Planalto após a aprovação do golpe no Senado Federal, em 2016. O Senado mandou o recado, não somente à presidenta Dilma, mas a todas nós, de que o nosso lugar não é na política. Sai uma mulher da Presidência, arrancada violentamente pelo fato de ser mulher e de ser honesta. Na manhã seguinte, na capa de uma revista famosa, vimos o retrocesso simbolizado em palavras: “Bela, recatada e do lar”, referendando e idealizando a nova primeira-dama, Marcela Temer. Enquanto isso, homens, brancos, ricos e corruptos assumiam o poder ao golpear a primeira representante feminina no posto mais importante do país.

O processo de impeachment/golpe de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Isso porque a presidenta não autorizou negociar na Comissão de Ética a não inclusão do deputado em processos dentro do Congresso. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em

31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma²³.

Em seu discurso final, após a votação no Senado, Dilma deixou uma mensagem inesquecível para as mulheres:

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar²⁴.

Segundo a ministra Eleonora Menicucci²⁵, o desafio da 4ª CNPM era debater amplamente “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, considerando o aprofundamento da democracia para assegurar a continuidade e a consolidação das políticas exitosas que colocaram o Brasil em um patamar superior de desenvolvimento econômico, político e humano: “Esta conferência é fruto da garra e da coragem das mulheres. Daqui tiraremos vários ensinamentos, com as demandas e prioridades para as mulheres brasileiras, e tenho certeza de que iremos lutar com valentia para implementá-las”²⁶.

Eleonora Menicucci ressaltou ainda a importância do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres ao longo dos 13 anos até ali, a fim de garantir os direitos das mulheres: “As ações da Secretaria são fundamentais para impulsionar, de forma definitiva, a construção de um Brasil mais justo, desenvolvido, participativo e de igualdade entre homens e mulheres”. Afirmou que “A história ainda vai dizer quanto de violência

²³ Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso: 3 jul. 2024.

²⁴ Agência Brasil. “Confira a íntegra do discurso de Dilma em julgamento do impeachment no Senado”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/confira-integra-do-discurso-de-dilma-em-julgamento-do-impeachment-no-senado>. Acesso: 20 set. 2024.

²⁵ Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, p. 3.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 10.

contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista”²⁷.

Com a responsabilidade de promover mudanças sociais de gênero em diversos campos, desenvolver a escuta, por meio da participação de diferentes mulheres que lutam pela democratização do Estado, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os movimentos feministas e de mulheres têm buscado reverter as desigualdades e transformar as demandas e necessidades em políticas públicas, visando a ampliação dos direitos das mulheres. Naquele contexto, um importante marco foi a “institucionalização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas em 2004, 2007 e 2011, com a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres delas resultantes”²⁸.

Em 2016, mais de 2.200 delegadas provenientes dos 26 estados e do Distrito Federal, representantes da sociedade civil, participaram da 4ª Conferência de Políticas para as Mulheres. A presidenta Dilma abriu a conferência, realizada entre os dias 10 e 13 de maio de 2016, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O hino nacional foi um lamento, porque sabíamos que era uma despedida, pois, ao fechar aquela Conferência, não teríamos mais uma mulher honrada e justa na Presidência do nosso país, que passaria a ser comandado por seu vice-presidente, o traidor Michel Temer (MDB).

A ministra Eleonora, já exonerada do seu cargo na SPM, encerrou o processo conferencial que ela e sua equipe conduziram desde o início de 2015 e reforçou a importância de as mulheres seguirem organizadas, reivindicando e defendendo todas as conquistas dos últimos anos: “A Conferência mostrou que temos uma capacidade de lutar e garantir políticas públicas de gênero. Agora sabemos que podemos eleger mulheres vereadoras, deputadas, governadoras e presidentas, porque nós somos guerreiras e podemos”²⁹. Assim,

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 3.

²⁹ Brasil-Ipea. “4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres é marcada pela exigência da manutenção das conquistas de gênero”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conferencias/1376-conferencia-nacional-genero-mulheres-mulher>. Acesso: 20 set. 2024.

Eleonora Menicucci finalizou aquele processo de grandiosa participação política, discussão, tristeza e indignação.

O golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) provocou um retrocesso gigantesco, lembrando que uma das propostas aprovadas na 4ª Conferência foi a criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, que previa recursos para essas políticas, transformando-as em política de Estado, com o objetivo de ampliar e fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas que garantam os direitos, enfrentem todos os tipos de violência e incluam as mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político, urbano e cultural do país. A proposta de um sistema nacional as contemplaria na sua diversidade étnica e com o olhar para as negras, afrodescendentes, indígenas, pobres, imigrantes, quilombolas, ciganas, do campo, das águas e das florestas, lésbicas, transexuais, travestis, com deficiências, egressas do sistema prisional etc. Fortaleceria e daria mais sustentabilidade a esta política no Brasil inteiro.

Vale mencionar que no contexto da abertura do impeachment/golpe (novembro de 2015 a agosto 2016), por pressão política do então Congresso, processou-se uma reforma ministerial no governo da presidenta Dilma. Nesta ocasião agregou-se três ministérios em um só e criou-se o Ministério das Mulheres, Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos.

Recentemente, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), com sede no Distrito Federal, inocentou Dilma Rousseff de ter cometido as chamadas “pedaladas fiscais”, motivo que levou ao seu afastamento da Presidência da República em 2016, quando sofreu o golpe. Atualmente, foi convidada pelo presidente Lula a presidir o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB na sigla em inglês), instituição conhecida como o Banco do Brics, bloco econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul³⁰.

³⁰ Brasil. Agência Brasil. “Dilma Rousseff é eleita presidente do banco do Brics”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/dilma-rousseff-e-eleita-presidente-do-banco-do-brics>. Acesso: 20 set. 2024.

Discussão

Aprendemos muito com as experiências que esses organismos específicos, diferentemente dos outros setores do poder Executivo, com áreas de responsabilidade, normas, rotinas e procedimentos bem definidos, ou seja, estes lugares que envolvem a gestão das políticas para as mulheres, de promoção da igualdade racial e de direitos humanos e sociais, têm de se articular com os outros setores e promover políticas efetivas.

Os estados e municípios, em geral, deveriam estruturar sua política por meio de “secretarias”. Como organismo executor das políticas para mulheres, uma secretaria tem legitimidade e respaldo político para elaborar, executar e acompanhar as políticas. Tem respaldo para promover a unidade, coerência e transversalidade às ações de governo e atuar em conjunto com outras instâncias na elaboração e acompanhamento de programas específicos para as mulheres nas diferentes áreas. Por possuir orçamento e estrutura própria, a secretaria dá visibilidade e potencialidade às ações de governo frente às questões de gênero. Ao mesmo tempo, como instância que centraliza as políticas locais para as mulheres, a secretaria também potencializa o diálogo e a articulação do governo com os movimentos sociais e orienta a atenção às demandas. É espaço estratégico para a construção de políticas que visem à autonomia econômica, social e política das mulheres. Um objetivo que deve ser assimilado pelo conjunto do governo³¹.

Esses OPMs precisam mostrar e divulgar suas ações, seus resultados e seu impacto sobre as desigualdades. Qualquer avaliação deve considerar as ações de outras secretarias ou ministérios, que podem favorecer ou dificultar a intersectorialidade destes temas e ações, e isso, principalmente, acontece se a área de políticas para as mulheres não tiver poder para promover a articulação necessária dentro e fora do poder Executivo³².

Investir em políticas afirmativas e transversais para as mulheres sob a perspectiva interseccional, ou seja, considerando os marcadores de gênero, racial

³¹ V. Soares, *Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – avanços e desafios*. Relatório baseado em textos e análises realizadas pela equipe responsável pelo acompanhamento e execução das ações de fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres.

³² S. Conchão, M. C. P. Pechtoll, “Políticas para as mulheres na gestão local – experiência do município de Santo André”, em A. Gostinski; A. Bispo; F. Martins, *Estudos feministas por um direito menos machista*, cap. 13.

e de classe, significa potencializar a inclusão, fomentar o desenvolvimento com sustentabilidade, efetivar os direitos de escolha e a autonomia econômica entendidas como ações afirmativas que reconhecem a diversidade dentro do universo feminino.

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, consequentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres³³.

Um exemplo prático de transversalidade de gênero foi a experiência das SPMs do governo federal no trato com os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Resultado das recomendações aprovadas nas três conferências nacionais de políticas para as mulheres realizadas (2004, 2007 e 2011), de responsabilidade de todo o governo. Sua existência foi essencial para que as políticas para as mulheres se expandissem de forma transversal, sendo assumida de forma mais orgânica por diferentes instâncias governamentais. O crescimento do número de mecanismos de políticas para as mulheres em diferentes ministérios e a ampliação de políticas que incorporam nas suas estratégias medidas que impactam positivamente na vida das mulheres são dois bons exemplos dessa estratégia. O tema da redação do Enem 2015, intitulado “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, é outro exemplo, resultado também da luta de anos que a Secretaria de Políticas para as Mulheres travou para incorporar a transversalidade das questões de gênero no governo federal. A escolha deste tema levou para dentro de quase 8 milhões de famílias brasileiras o debate sobre a violência contra as mulheres e esse debate é algo de fundamental importância³⁴.

³³ V. Soares, *Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – avanços e desafios*. Relatório baseado em textos e análises realizadas pela equipe responsável pelo acompanhamento e execução das ações de fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres.

³⁴ Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, *Relatório de Gestão, maio de 2016*.

O processo de gestão e monitoramento do Plano é realizado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, compostos por 30 órgãos governamentais e três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), como membros efetivos. Além disso, podem ser convidados a participar das reuniões especialistas e representantes de outros órgãos ou entidades públicas e privadas. O Comitê foi instituído pelo Decreto 5.390, de 8 de março de 2005; reformulado pelo Decreto 6.269, de 22 de novembro de 2007; e, mais tarde, pelo Decreto 7.959, de 13 de março de 2013³⁵.

É impossível falar de democracia sem levar em conta as desigualdades sociais, culturais, política e econômica persistentes entre mulheres e homens, brancos e negros, ricos e pobres. Essa lógica é estruturante na sociedade brasileira, colonialista e capitalista. A cidadania das mulheres negras e pobres se agrava pela sobreposição dos dispositivos de discriminação, não só de gênero pelo fato de ser mulher, mas racial por ser preta, e de classe por ser pobre. A mulher, preta e pobre ocupa um lugar de extrema vulnerabilidade na base da pirâmide econômica, social e política.

A violência de gênero impede as mulheres de fazerem escolhas sobre sua vida. Isso é o resultado da naturalização das desigualdades entre mulheres e homens. Ainda que não seja exercida igualmente sobre todas as mulheres, é introjetada como uma ameaça pertinente a todas. Este tipo de violência se

³⁵ Em 2013, integravam o Comitê representantes dos seguintes órgãos: (1) Casa Civil da Presidência da República; (2) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (3) Ministério da Cultura; (4) Ministério da Educação; (5) Ministério da Integração Nacional; (6) Ministério da Justiça; (7) Ministério do Trabalho e da Previdência Social; (8) Ministério da Saúde; (9) Ministério das Cidades; (10) Ministério das Comunicações; (11) Ministério das Relações Exteriores; (12) Ministério de Minas e Energia; (13) Ministério do Desenvolvimento Agrário; (14) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (15) Ministério do Esporte; (16) Ministério do Meio Ambiente; (17) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (18) Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; (19) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; (20) Ministério da Defesa; (21) Ministério do Turismo; (22) Secretaria Especial dos Direitos Humanos; (23) Secretaria Especial da Previdência Social; (24) Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura; (25) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; (26) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; (27) Banco do Brasil; (28) Caixa Econômica Federal; (29) Fundação Nacional do Índio; (30) Instituto de Pesquisas Aplicadas; (31) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ver: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Relatório de Gestão*, 2016.

diferencia quando analisamos o perfil do agressor que é um sujeito conhecido, geralmente do campo afetivo, o namorado, o marido, o ‘ex’, o pai, o irmão ou tio – na maioria das vezes, um familiar. Resultado das relações patriarcais que encontramos fortemente dentro do sistema de dominação capitalista. Sempre contando com vantagens, privilégios e o lucro masculino através da exploração do trabalho e do corpo feminino.

O direito de escolha no feminismo é o direito de tomar decisões sobre o nosso corpo, é o direito de viver uma vida sem violência, é o direito de escolher não naturalizar as ações do cuidado doméstico que as mulheres historicamente, dentro da cultura patriarcal, foram responsabilizadas a cumprir com seu papel invisibilizado, não remunerado, imposto secularmente como se fosse unicamente sua essa tarefa.

O conceito de gênero surge no tempo e no espaço para conceituar esse grave problema. Jogar luz nessa organização social desigual entre os sexos. E nos mostrar o que e como se dão as relações de poder naturalizadas e abusivas. Estamos falando de uma desigualdade que vai muito além das diferenças biológicas, de um sistema organizado de dominação que, sendo cultural e naturalizado, muita gente não percebe, não vê, não compreende.

Estamos falando de relações de poder que são responsáveis por todas as violações contra as mulheres e meninas: a violência doméstica, a sexual, a racial, os estupros, o feminicídio, a violência no trabalho, na política, nas redes sociais, nas ruas e na divisão injusta e desigual da distribuição do trabalho doméstico.

Contudo, aprendemos que, mesmo sabendo que a vida das mulheres acontece no município, a formulação e o fortalecimento delas é em âmbito nacional. E aí decorre a importância da criação do “Ministério da Mulher”. Pois estas questões têm que ser problematizadas nacionalmente para que possamos transformá-las em algo concreto que, de fato, melhore a vida das mulheres lá na ponta. Não temos dúvida que essas diretrizes, ao se transformarem em políticas públicas, garantem e protegem a vida das mulheres.

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reassume o governo federal e cria o Ministério das Mulheres depois de 30 anos das primeiras experiências no Brasil. Por demanda dos movimentos de mulheres e das mulheres feministas petistas, é localizado no primeiro escalão do governo.

Desta forma, depois do brutal retrocesso que tivemos, com o golpe de 2016, em 2023 é retomada a ênfase nas políticas para as mulheres, raciais e de direitos humanos. É retomada a necessidade do enfrentamento à violência de gênero em todas as suas dimensões e as leis, como a do feminicídio, a lei Maria da Penha, a Emenda Constitucional das trabalhadoras domésticas, o Bolsa Família etc. voltam a ganhar força. Sem o cumprimento dessas medidas, não há democracia; não há democracia na desigualdade.

Não são as dificuldades que encontramos nesse desafio de construir e executar as políticas para as mulheres, nem dentro do governo, nem na sociedade civil, nem no partido, que poderão nos paralisar. Pensar as políticas públicas na perspectiva feminista foi o caminho que o PT abriu e nós, mulheres feministas petistas, mostramos para toda a sociedade e aos outros partidos que é possível. Considerando que cada município, cada estado é diferente dada sua conjuntura, mas sem deixar de insistir, resistir e lutar por resultados melhores nestes lugares da política.

A política pública voltada para as mulheres muda realidades de injustiça e salva vidas. Ter um telefone “180” aberto 24 horas por dia, criado em 2005, no qual a mulher liga de graça e é atendida nas suas necessidades urgentes ou não, faz toda a diferença em qualquer lugar do Brasil. E depois de um retrocesso gigantesco nas políticas para as mulheres, ocorrido no governo patriarcal de Bolsonaro, atualmente inelegível por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, estamos novamente celebrando a volta do Ministério das Mulheres e, desta vez, comandado pela ministra Cida Gonçalves e sua equipe, que estão trabalhando muito para a retomada das conquistas que tivemos no passado, atendendo as novas e antigas demandas.

Podemos apresentar, dentre outras, três medidas recentes importantes: foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (março de 2023) para a implementação da Política Nacional dos Cuidados³⁶ composto por 20 ministérios, por meio de lei sancionada pelo presidente Lula. Sancionada também pelo

³⁶ Instituído em março de 2023 para a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados (GTI-Cuidados), coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres (SENAEC/MMulheres).

presidente Lula, a Lei 1.085 (julho de 2023) que prevê a igualdade salarial entre mulheres e homens no país, que considera que a luta das mulheres foi sempre por trabalho igual e salário igual, pois é impensável que elas trabalhem o mesmo que eles e ganhem 20% a menos desenvolvendo as mesmas funções. E o lançamento (agosto de 2023) do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com recurso de 2,5 bilhões de reais para prevenir feminicídios, pacto que compõe 73 ações e envolve 11 ministérios.

Embora a inclusão da perspectiva feminista na governança e no partido político tenha gerado tensões ao longo da trajetória do PT até os dias atuais, é importante ressaltar que essa abordagem também contribuiu para moldar a maneira petista de governar. Os exemplos são em distintas áreas de atuação, como no enfrentamento à violência, na saúde, acesso à renda, na educação, onde um marco importante foi o desenvolvimento de políticas incorporando as ações afirmativas, que colocam uma cunha nas desigualdades, destacando aqui o sistema de cotas nas universidades.

Essa perspectiva feminista desempenhou e desempenha um papel fundamental na consolidação do Partido dos Trabalhadores como pioneiro na adoção de uma abordagem antirracista, feminista e interseccional na política.

Considerações finais

Os desafios encontrados para implementar a proposta revelam as possíveis contradições e limitações inerentes à elaboração de uma estratégia com o objetivo de incorporar uma concepção feminista na atuação do Estado. A primeira geração de OPMs, estabelecidos nas prefeituras entre 1989 e 1992, procurou encontrar maneiras de enfrentar essas contradições e limitações, com a meta de desenvolver políticas que modificassem as condições de desigualdade entre mulheres e homens e influenciar a suposta neutralidade das políticas públicas. Isso requer transformações sociais profundas.

Do ponto de vista do feminismo, destacamos aqui a importância da inclusão de gênero nas políticas públicas e a necessidade de representatividade feminina nos espaços de poder. Essa inclusão não apenas reconhece as diferenças e necessidades específicas entre gêneros, mas também é essencial para promover a igualdade de gênero e combater as estruturas patriarcais existentes na sociedade.

Perspectiva esta que não só atenda as mulheres nas suas necessidades específicas, bem como contribua para amenizar as desigualdades sociais entre mulheres e homens, promovendo o empoderamento e a autonomia das mulheres.

A promulgação de leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio são exemplos de como a legislação pode ser utilizada como uma ferramenta para combater a violência de gênero e garantir os direitos das mulheres. Estas leis representam marcos importantes na luta contra a cultura da violência e na promoção de uma sociedade mais segura para as mulheres.

As políticas públicas direcionadas para as mulheres, especialmente aquelas que buscam promover a igualdade no mercado de trabalho e ampliar os direitos trabalhistas e sociais, são fundamentais para o empoderamento e a autonomia feminina. Programas como o Bolsa Família e o PRONATEC são exemplos de como o acesso à renda, à educação e ao emprego pode transformar a vida das mulheres, particularmente das mulheres negras e de baixa renda.

A participação ativa das mulheres na política e em todos os setores é fundamental para alcançar uma sociedade igualitária. As lideranças feministas e os movimentos de mulheres tiveram e têm um papel vital nesse processo, evidenciando a importância da representatividade feminina em prol dos direitos das mulheres. As lideranças feministas petistas e os movimentos de mulheres têm sido fundamentais nesse processo que não se esgota enquanto tivermos uma mulher vítima de feminicídio.

Ressaltamos aqui a importância das ações voltadas para as mulheres sob uma perspectiva feminista. Não basta ser mulher e reproduzir as tradicionais formas patriarcais e machistas de fazer política. E não temos dúvida da necessidade das abordagens interseccionais, da importância da representatividade e da participação feminina, e do papel central do combate à violência de gênero que, somados, são elementos chave para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Por fim, cada um desses acontecimentos marcou e continua marcando a história da evolução das políticas públicas para as mulheres no Brasil, refletindo uma luta contínua por igualdade de gênero e a garantia dos direitos das mulheres nestes espaços. É importante considerar que, apesar dos avanços significativos, muitos desafios ainda permanecem, especialmente no que diz respeito à implementação efetiva das leis e políticas existentes, a garantia dos

direitos sexuais e reprodutivos, a divisão desigual de gênero no trabalho e a desproporcional concentração de riqueza no país que prejudica o financiamento e o desenvolvimento não só destas iniciativas, mas também da garantia de direitos sociais básicos e do combate efetivo à persistente cultura da violência de gênero.

Esse é um registro importante deste legado, quase um clamor, para que prosperem as nossas experiências potencializadoras e para que as dificuldades que nos atormentam, do sistema ambicioso de dominação capitalista, machista, colonialista, racista e patriarcal não nos destrua. Não destrua o meio ambiente, nossos alimentos, nem as águas, os animais, as florestas e nem o nosso povo originário. Não destrua a nossa utopia da igualdade e a nossa determinação de sonhar, fazer e resistir.³⁷

Referências

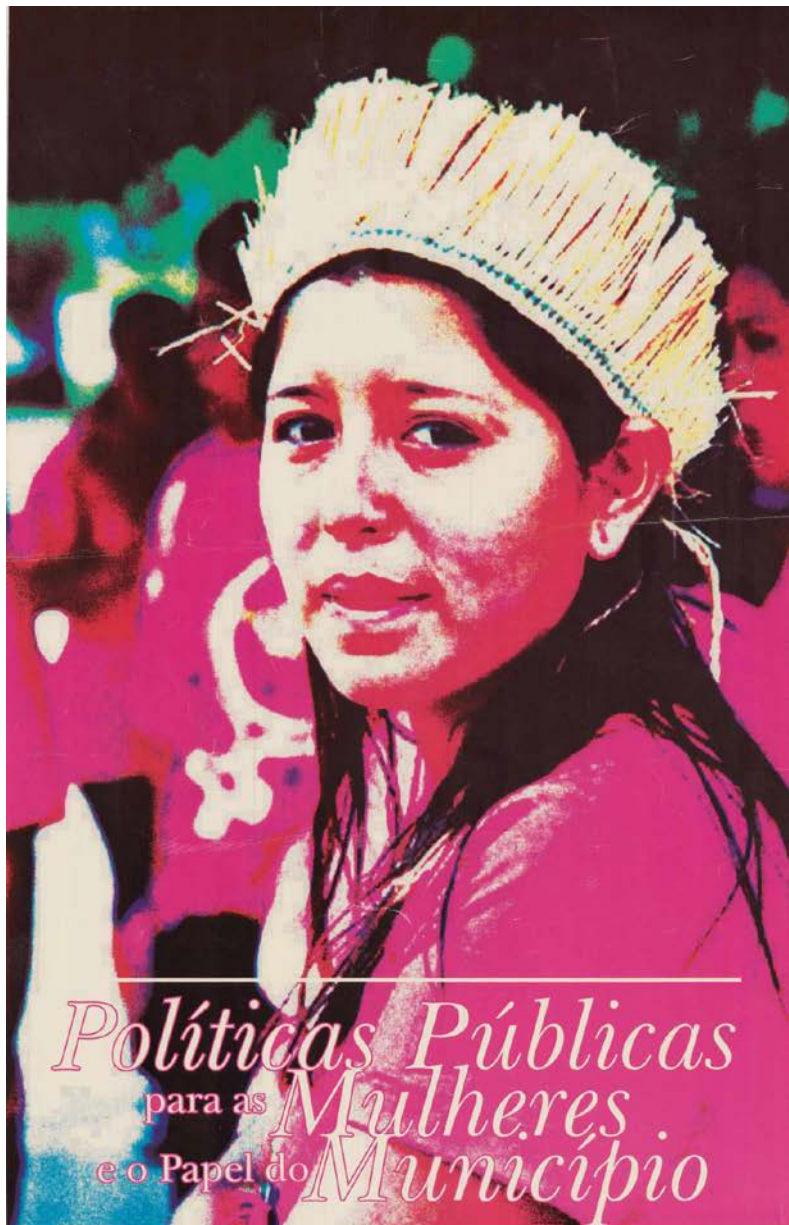
- BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BRASIL. Agência Brasil. “Dilma Rousseff é eleita presidente do banco do Brics”. 24 março 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/dilma-rousseff-e-eleita-presidente-do-banco-do-brics>. Acesso: 20 set. 2024.
- BRASIL. Agência Brasil. “Confira a íntegra do discurso de Dilma em julgamento do impeachment no Senado”. 29 agosto de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/confira-integra-do-discurso-de-dilma-em-julgamento-do-impeachment-no-senado>. Acesso: 20 set. 2024.
- BRASIL. IPEA. 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres é marcada pela exigência da manutenção das conquistas de gênero. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conferencias/1376-conferencia-nacional-genero-mulheres-mulher>. Acesso: 20 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. MEC. Brasília. DF. 22 de maio 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/6330-sp-227339367>. Acesso em: 20 set. 2024.
- BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. SPM. *Relatório de Gestão - maio de 2016*. Brasília. DF, 2016.

³⁷ Agradecimento às companheiras que contribuíram de alguma forma na composição do artigo: Analdeci Moreira, Suely de Oliveira, Vanessa Xavier Nadotti, Maria José Lopes Souza, Izalene Tiene, Luizianne Lins.

- BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. SPM. *Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. DF, 2016.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. SPM. *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça* | GPP – GeR: módulo I / Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. – Rio de Janeiro: CEPESC. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília. DF, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. SPM. *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça* | GPP – GeR: módulo IV/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. Rio de Janeiro: CEPESC. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília. DF, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. SPM. *Prêmio Mulheres Negras Contam sua História* – Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília. DF, 2013.
- CONCHÃO, Silmara; PECHTOLL, Maria Cristina P. “Políticas para as mulheres na gestão local – experiência do município de Santo André”. Cap. 13. In: GOSTINSKI, Aline; BISPO, Andrea, F.; MARTINS, Fernanda. *Estudos feministas por um direito menos machista*. Vol. III. São Paulo: Empório do Direito. Tirant lo blanch, 2018.
- DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo, 2007.
- FREITAS, Carmelita Brito de Freitas e SILVA, Marco Antônio da (orientadores). *Memória da Secretaria de Estado da Condição Feminina: Uma efêmera história de mulheres goianas no poder (1987-1991)*. Relatório final de pesquisa. Universidade Católica de Goiás. Vice-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa. Goiânia, julho de 1999. Arquivado na Pró-reitoria de pesquisa e pós graduação.
- FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT. *Gênero nas administrações: desafios para prefeituras e governos estaduais*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2000.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. “A grande virada: vitória nas eleições de 1988”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/primeiras-eleicoes-municipais-1988/>. Acesso: 30 jun. 2024.
- GUZMÁN, Virgínia. “A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas”. In: FARIA, Nalu et al. (orgs.). *Gênero nas Políticas Públicas*. São Paulo: SOF, 2000. p. 63-86.
- MENDONÇA, Heloísa. “Em Santos, a cidade com mais mulheres no Brasil, só duas vereadoras e nenhuma candidata a prefeita”. *El País*, 14 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-14/em-santos-a-cidade-com-mais-mulheres-no-brasil-so-duas-vereadoras-e-nenhuma-candidata-a-prefeita.html>. Acesso: 30 jul. 2024.
- PAPA, Fernanda C. *Transversalidade e políticas públicas para as mulheres no Brasil – percursos de uma pré-política*. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT-Mulheres. *PT Informa Mulheres*. Jornal da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT (SNMP) e da Comissão Estadual do PT de São Paulo. Equipe de Redação: Maria Otília Bocchini, Maria Luíza Costa, Mírian Nobre, Maria Angélica Fernandes, Tatau Godinho. São Paulo, 1992. Acervo CSBH-FPA.
- SCOTT, Joan. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Porto Alegre: Revista *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

- SENADO FEDERAL. Agência Senado. “Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil”. 28/12/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso: 3 jul. 2024.
- SILVEIRA, Maria Lúcia da. “Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo”. Revista *Presença de Mulher*, ano XVI, n. 45, outubro/2003.
- SOARES, Vera. “A longa caminhada: a construção de políticas públicas para a igualdade entre homens e mulheres”. In: *Governos Estaduais: desafios e avanços*. BITTAR, Jorge (org.). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- SOARES, Vera. “Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – avanços e desafios”. Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Relatório baseado em textos e análises realizadas pela equipe responsável pelo acompanhamento e execução das ações de fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres. DF, 2014.
- SOF. Sempre Viva Organização Feminista. Coleção Cadernos Sempreviva. *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia da; NOBRE, Míriam (orgs.). São Paulo: SOF, 2000.
- SORJ, Bila. “Prefácio”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.





Políticas Públicas para as Mulheres e o Papel do Município

Este é o jeito petista de governar

Pioneiros na implantação de políticas públicas para as mulheres, os Governos do PT têm garantido dia-a-dia melhorias na vida das brasileiras, bem como o cumprimento de seus direitos. Sendo assim, @s governantes locais petistas têm a obrigação de se preparar para colocar em prática estas políticas, levando em conta a qualidade de vida que as cidadãs e cidadãos irão conquistar.

Este seminário pretende ser o caminho condutor ao primeiro passo para a adoção de políticas públicas para as mulheres nos municípios administrados pelo PT, mostrando porque, como e onde começar. O evento faz parte das comemorações de 25 anos do PT e tem como objetivo principal fortalecer as ações do Partido e fazer com que tod@s @s eleit@s pelo PT implantem o modo petista de governar em seus municípios. Participe.

Realização:



Partido dos Trabalhadores
Unidade Supremacia



Secretaria Estadual de
Mulheres do PT-MG



Deputado Estadual PT/MG
Pedro Renato
Pedro Renato
Sérgio Faria

Seminário "Políticas
públicas para as
mulheres e o papel do
município". Secretaria
Estadual de Mulheres
do PT do Mato Grosso
do Sul, 2005.

EDUCAR PARA A IGUALDADE

Gênero e Educação Escolar



Prefeitura do Município de São Paulo
Coordenadoria Especial da Mulher

Livro Educar para a Igualdade – gênero e educação escolar. Publicado pela Coordenadoria Especial da Mulher do município de São Paulo (SP), 2004.

Jornal Interligado
Edição Especial de SP a 14 de março de 2004

156
Informações

SPTrans Cultura Transportes Interligado São Paulo 1.9.9.9.9.9.9.9

da Consolação
2096 a 2450 CEP: 05020-000

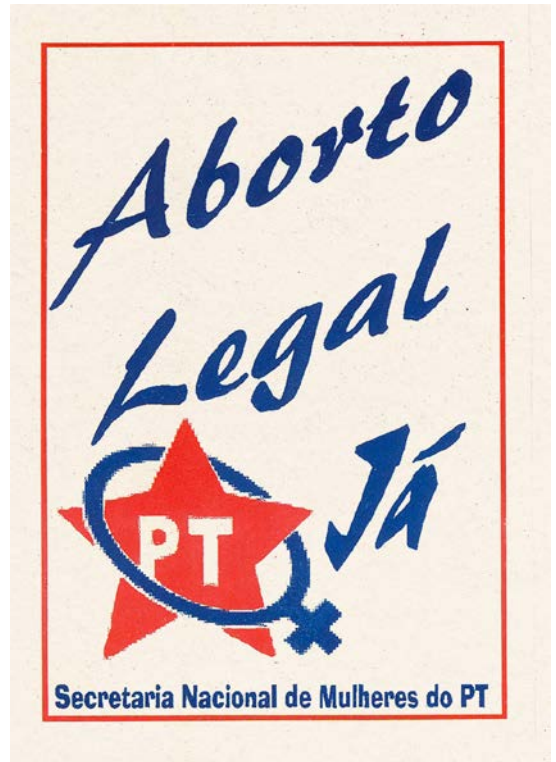
Avenida Paulista
2 CEP: 05508-900

Na esquina
da Consolação
com a Paulista
me perdi de vista
virei artista
equilibrista
meio mãe
meio menina
meio meia-noite
meio inteira
inteiramente alheia
toda lua cheia

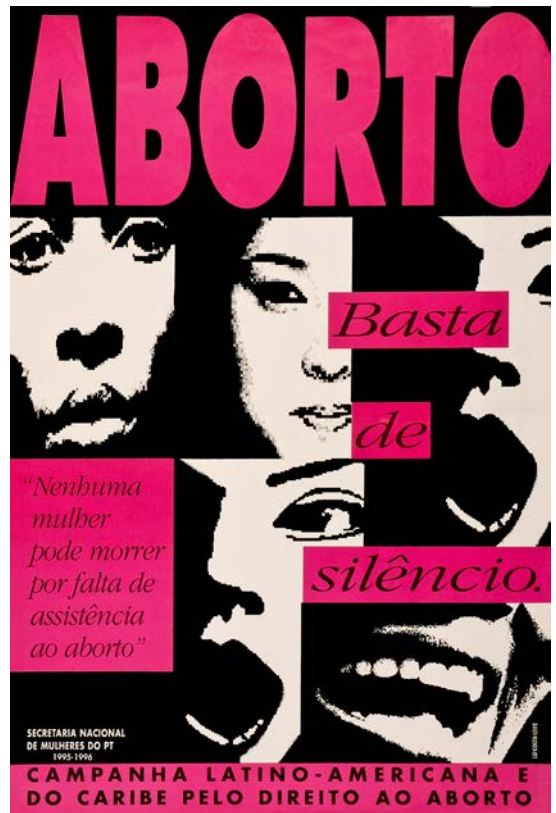
Alice Ruiz

*São Paulo
em versos
femininos*

Jornal do ônibus "São Paulo em versos femininos". São Paulo (SP). 14/03/2004.



Adesivo de campanha pela
discriminalização do aborto. 1996.
Acervo CSBH-FPA.



Cartaz para a Campanha Latino-Americana
e do Caribe pelo direito ao aborto. 1996.
Acervo CSBH-FPA.

ESSE OLHAR FEMININO DO PT



VAI TOMAR CONTA DO AMAPÁ

Acervo CSBH-FPA S/D.

6º Encontro Nacional de Mulheres do PT



Trabalhadoras das plantações de algodão do regime de Casasnovas, Paraíba, 1960. Foto de Sebastião Salgado, gentilmente cedido à Secretaria de Mulheres do PT

20 a 22
de Junho de 1997

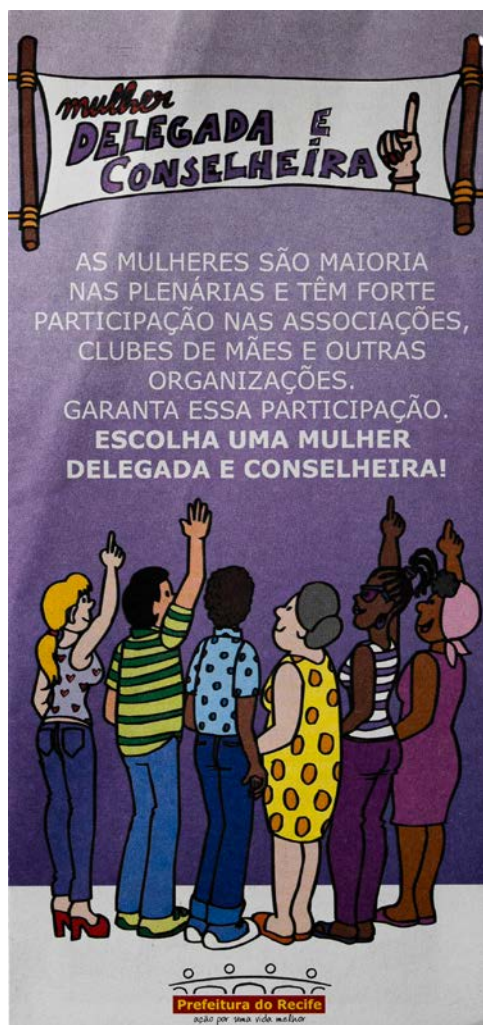
Escola Sindical
7 de Outubro



Belo Horizonte
Minas Gerais

Secretaria Nacional
de Mulheres do PT

Cartaz do 6º Encontro Nacional
de Mulheres do PT, foto de capa
de Sebastião Salgado. 20 a 22 de
junho de 1997.



Folheto da Coordenadoria da Mulher de Recife (PE), sobre participação das mulheres no Orçamento Participativo. Acervo pessoal Maria Luiza da Costa.

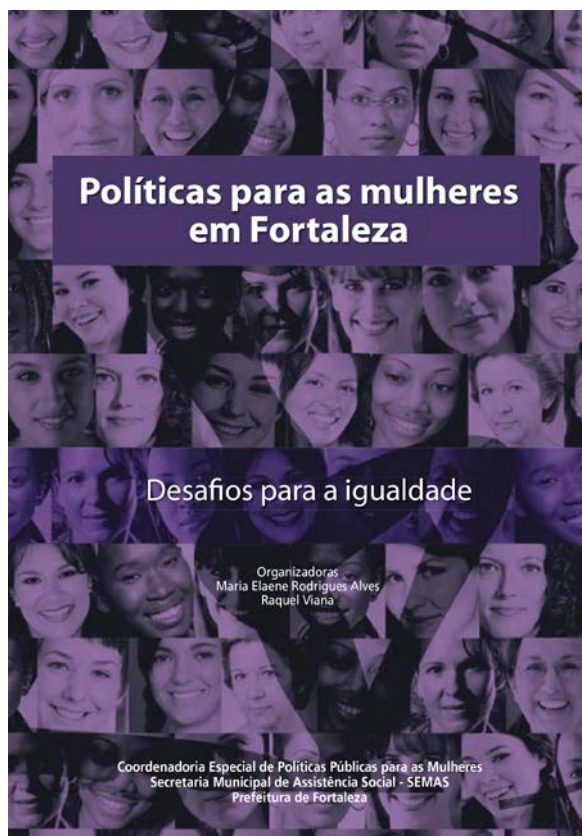


Camisetas Mulheres do PT. Acervo CSBH-FPA



Militantes no IV Congresso Nacional do PT, que na etapa reforma estatutária, realizado em setembro de 2011, em Brasília, aprovou a paridade entre mulheres e homens nas direções do PT. Brasília, 2011. Foto: Paulino Menezes

Livro Políticas para as mulheres em Fortaleza. Publicado pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. Fortaleza (CE), 2008. Imagem, gentilmente, cedida por Tatau Godinho ao CSBH-FPA.



Presidenta Dilma Rousseff na 4ª Conferência Nacional de Mulheres de Brasília. Maio de 2016. Foto, gentilmente, cedida por Roberto Stucker.



Coleção de broches variados. Acervo Maria Luiza da Costa.
Fotografados pela equipe de Comunicação da FPA.

Sobre as autoras

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA. Presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (FPA), formada em sociologia pela UFMG, com pós-doutorado pela Universidade de Medicina de Milano (Itália). É professora titular sênior na UNIFESP e pesquisadora nas áreas de saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos, com vários livros e artigos publicados sobre saúde coletiva, sociologia e ciência política e participação em congressos nacionais e internacionais. Foi ministra de política para as mulheres, nos dois mandatos da presidenta Dilma Rousseff (PT).

FERNANDA ESTIMA. Petista, feminista e jornalista, integra a Comunicação da Fundação Perseu Abramo e é editora da revista *Teoria e Debate* (teoriaedebate.org.br). Já atuou na comunicação do PT São Paulo e Nacional, além de ter assessorado entidades do movimento sindical e de mulheres, como a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e Marcha Mundial das Mulheres. Atualmente se dedica também aos estudos sobre capitalismo, moda, consumo e destruição ambiental.

MARIA LUIZA DA COSTA. Feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres, com formação em Ciências Sociais e Comunicação Social. Foi Secretária Estadual de Mulheres do PT-SP e dividiu com Conceição Nascimento

a primeira gestão SNMPT. Participou da Coordenadoria Especial da Mulher do Município de São Paulo, na gestão Marta Suplicy (PT); assessorou a Equipe de Valorização da Cidadania da Mulher na Reforma Agrária do INCRA-SP, e a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

SILMARA CONCHÃO. Presidenta e pesquisadora do Centro de Estudos de Saúde Coletiva (CESCO) da Faculdade de Medicina do ABC. Professora do Centro Universitário FMABC. Socióloga feminista. Mestra em Sociologia. Doutora em Ciências da Saúde. Publicou quatro livros com a perspectiva de gênero, juventudes e interseccionalidades, sendo o mais recente *Faculdade de Medicina. “Ame-a ou deixe-a!”: um estudo interseccional sobre o trote universitário*. Foi secretária de Políticas para as Mulheres na cidade de Santo André (SP).

VERA SOARES. Militante feminista e investigadora das relações de gênero, políticas públicas e igualdade. Integrou e militou na Secretaria de Mulheres do PT. Em 2012-2015 foi secretária da SAIAT da SPM. Bacharelado em Física, mestre em Educação. Participou de projetos de formação, da assessoria e da pesquisa das relações de gênero com sindicalistas. Coordenou o Programa de Igualdade de Gênero e Raça no UNIFEM (hoje ONU Mulher), em 2003-2006. Publicou estudos sobre: Movimento de Feministas e Movimento de Mulheres; Feminismo e Sindicalismo, Políticas Públicas para Mulheres.

TATAU GODINHO. Foi secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres (SPM), governo federal (2011-2016); também coordenou a área de políticas para as mulheres da cidade de São Paulo (2001-2004). Participa do PT desde a sua fundação; integrou a direção nacional do partido e se dedicou ativamente à organização das mulheres petistas. Atua no movimento feminista, onde participa da Marcha Mundial das Mulheres. É doutora em Ciências Sociais e autora de artigos nas temáticas do feminismo, participação e políticas para as mulheres.

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

Em todos os cantos
PT estarão nas ruas con-
faças e o que mais a cri-
puder expressar, para pin-
demonstrar seu apoio às
majoritários do PT e da co-
mopular.

E importante aproveitar
para distribuir um documen-
promissas da candidatura
propostas das mulheres.

Domingo, dia 23:
BOM Dia! Campanha de divulga-
ção sobre o PT e o Congresso no es-
tacionamento do PT
NOR (Associação das Mulheres em
Luta)

Segunda-feira, dia 24:
• Condições
• Condições
• Educação
• Trabalho
• Saúde
• Meio Ambiente
• Cultura

[illegible]

MULHERES
BOLSA DE INSCRIÇÃO NACIONAL DE MULHERES - Nº 15 - SETEMBRO 2001

[illegible][illegible]

EDIZIONE

A Mar...
Archibugi...
contiene un...
che non...
rime realizza...
re, padell...
e un'interme...
quasi alla r...
follia, bascu...
cruentissim...
Dopo...
tema d'una...
che non...
brando il...
adesso: «co...
che non...
non s'arrend...
di i c'ognim...
re, precipi...
del cospicuo...
E' f...
sue espressioni...
adesso, p...
milioni di...
che non...
apprecher...
dietero e c...

[illegible]

RIA NACIONAL DE MULHERES DAS MULHERES DO PT

IA DAS MULHERES 1º CONGRESSO

e este 1º Congresso do PT
a e as propostas das
z um Encontro Nacional
rio para votar propostas
imento que foi crescendo
uais, cada um dos militantes
o do PT teve que se
poucas mulheres nas
proposta de uma cota mínima
adequada para responder ao
paço de participação das
ue foi aprovada nos
Rio Grande do Sul, Paraná,
Paralíba, chegou ao Congresso
inda um grande número de

sinado, que circulou até o
gresso, conseguiu ter nomes de
es políticas. E os panfletos tam,
ndo para que mais e mais
sem de que as nossas propostas
ço real para que o PT seja de fato
das Trabalhadoras, na sua base,
suas propostas.



CONCRETIZANDO NOSSA VITÓRIA

Neste ano de 1992 serão renovadas as direções do PT em todos os níveis. A implementação da cota mínima de 30%, por duas direções consecutivas, é agora o nosso desafio. A proposta aprovada no Congresso abre possibilidade de, nos Estados e municípios, se trabalhar também com a proporção da presença das mulheres nos Encontros, se houver uma avaliação de que isso corresponde mais ao acúmulo do partido. Para a Direção Nacional cabe apenas a implementação da cota mínima de 30%.

Para nós agora é o desafio de enfrentarmos os Encontros que, já nos primeiros meses de 1992, elegerão direções que já devem ter, então, no mínimo 30% mulheres.

IV Encontro Nacional de Mulheres do PT

Vai ser no: **Rio de Janeiro**

Nos dias: **28, 29 e 30 de maio**

Realdo do Encontro: 28 de maio (sexta-feira) - às 14h
Término: 30 de maio (domingo) - às 18h

Eleição das delegadas

Considerando a necessidade de funcionamento em Encontro Nacional representativo que, ao mesmo tempo tenha condições de debater e elaborar propostas sobre os temas centrais para o nosso trabalho no PT e os movimentos de mulheres, e também levando em consideração novas condições financeiras de realização do Encontro de porte nacional, já foram desenvolvidas em nosso boletim anterior as seguintes condições:

Delegadas:

- Uma delegada para cada 10 presentes ao Encontro Estadual de Mulheres do PT preparatório ao Nacional.
- Uma vaga para cada 3 mil filiadas que o Partido tenha no Estado. Vaga na proporção seguinte a tabela com a referência do número de filiadas de cada Estado.
- Todas as Estados têm o direito a no mínimo uma delegada em relação ao número de filiadas, independente do número de mulheres filiadas no Estado, desde que tenham realizado Encontro Estadual de Mulheres.
- Os Estados que não realizaram Encontros, terão direito a apenas 1 (uma) vaga, que deverá ser preenchida por indicação conjunta da Secretaria de Mulheres e a Direção Estadual.
- São delegadas ao Encontro Nacional de Mulheres as companheiras que foram eleitas para a atual 1ª Subsecretaria Nacional de Mulheres.

Convidadas:

- Parlamentares mulheres a nível federal e estadual.
- Deputadas e vice-deputadas e os companheiros responsáveis pelas propostas de políticas públicas em relação às mulheres desenvolvimento nos governos locais.
- As cinco mulheres membros do Diretório Nacional.
- O estado do Rio de Janeiro, por ser sede do Encontro deve convidar suas vereadoras e representantes de outros partidos locais.
- Obs.: lembramos às companheiras convidadas que também deverão pagar a taxa de inscrição, uma vez que a organização do Encontro é responsável pelo pagamento da estadia e alimentação para todas as pessoas que estiverem no Encontro.

BOLETO - Livro de Obitos

SECRETARIA DE MULHERES

Agosto/94 - Nº 9

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES

AS PARTICIPANTES

Desde 1990 as mulheres do Partido das Trabalhadoras não cessaram de participar do Fórum de Mulheres Políticas do CPTM Sul. As organizações recomendadas que os partidos indiquem sempre as mesmas mulheres para estarem presentes na atividade.

No ano passado foram Vera Scarri, Tânia e Ângela Rocha. Este ano Ângela não pôde ir. Em seu lugar foi a Lúcia.

BREVE RELATO DA JORNADA

A jornada de mulheres políticas foi realizada de 2 a 5 de junho em São Nicolas, uma cidade industrial a 250 km de Buenos Aires.

Participantes do Encontro três brasileiras, três argentinas, três paraguaias e uma argentina.

Em um primeiro momento houve uma reunião de trabalho para discutir o plano de trabalho. E depois disso houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um segundo momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um terceiro momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um quarto momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um quinto momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um sexto momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

AS PARTICIPANTES

Desde 1990 as mulheres do Partido das Trabalhadoras não cessaram de participar do Fórum de Mulheres Políticas do CPTM Sul. As organizações recomendadas que os partidos indiquem sempre as mesmas mulheres para estarem presentes na atividade.

No ano passado foram Vera Scarri, Tânia e Ângela Rocha. Este ano Ângela não pôde ir. Em seu lugar foi a Lúcia.

BREVE RELATO DA JORNADA

A jornada de mulheres políticas foi realizada de 2 a 5 de junho em São Nicolas, uma cidade industrial a 250 km de Buenos Aires.

Participantes do Encontro três brasileiras, três argentinas, três paraguaias e uma argentina.

Em um primeiro momento houve uma reunião de trabalho para discutir o plano de trabalho. E depois disso houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um segundo momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um terceiro momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um quarto momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um quinto momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Em um sexto momento houve uma reunião para discutir o plano de trabalho.

Pequena história

Não sabemos petistas, já tivemos nossa história de Encontros. Este ano realizaremos o IV Encontro Nacional de Mulheres do PT. Nosso Encontro acontecerá em uma cidade e o nosso compromisso, como mulheres do PT, é a luta pela igualdade de gênero e pela participação política. É a luta pela igualdade de gênero e pela participação política.

I. Encontro Nacional - realizado em São Paulo em junho de 1982.
II. Encontro Nacional - realizado em Vitória, Espírito Santo, em julho de 1988.
III. Encontro Nacional - realizado em Brasília, Distrito Federal, em agosto de 1991.
IV. Encontro Nacional - realizado em Rio de Janeiro, em maio deste ano.

O que vamos discutir:

Proposta de pauta:
- Aborto, raça e poder
- Políticas públicas:
- Coordenação
- Conselhos
- Atuação parlamentar
- Constituição partidária
- Cotas: balanço e perspectivas
- Regimento Interno/ Estatuto
- Outras políticas de ação afirmativa
- Organização das mulheres petistas
- Política de comunicação
- Revistas
- Espaço na imprensa partidária e grande imprensa
- Revisão Constitucional
- Aborto
- Políticas de população
- Esterilização, controle de natalidade e planejamento familiar
- Violência e Direitos Humanos
- Agenda das Mulheres para 1993 e 1994
- Eleição da nova Secretaria Nacional de Mulheres do PT

tema do dia, com a definição dos temas e horários para a realização dos pontos será apresentada no dia, inclusive a adequação dos pontos em grupo em plenária. Nem todos os temas serão tratados em plenária.

BOLETIM INFORMATIVO

MULHERES DO PT

PARTECIPANDO NO IV FÓRUM

DE POLÍTICAS

As leis que regulam a vida política das mulheres, a participação política, a atuação parlamentar, a coordenação, os conselhos, a atuação parlamentar, a constituição partidária, as cotas, o balanço e as perspectivas, o regimento interno/ estatuto, as outras políticas de ação afirmativa, a organização das mulheres petistas, a política de comunicação, as revistas, o espaço na imprensa partidária e grande imprensa, a revisão constitucional, o aborto, as políticas de população, a esterilização, o controle de natalidade e o planejamento familiar, a violência e os direitos humanos, a agenda das mulheres para 1993 e 1994, a eleição da nova Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Aqui estamos nós

Companheiras:

Neste ano realizaremos nosso 4º Encontro Nacional de Mulheres. Para que possamos nos preparar para as discussões deste ano e de 1994, consideramos essencial que o nosso próximo encontro nacional seja realizado ainda no primeiro semestre deste ano. É neste período que teremos a revisão constitucional e a alteração dos Códigos de Lei; precisamos nos preparar para os embates da conjuntura e garantir que não haja retrocessos no que se conquistou na Constituinte. Além disso, com a rediscussão dos Códigos, se coloca na pauta imediata questões fundamentais como a legalização do aborto. Do ponto de vista do PT, é fundamental que estejamos organizadas para garantir que na renovação dos diretórios se mantenha a conquista da cota mínima de 30% de mulheres e é importante pensar as propostas que podemos apresentar na reformulação do Regimento Interno do partido. Por essa razão, também, consideramos importante que o IVº Encontro Nacional de Mulheres do PT seja realizado antes do Encontro Nacional do PT que se realizará em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de junho. E, finalmente, é importante atualizarmos e renovarmos nossa organização interna, discutindo o trabalho e renovando a Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Para que nosso encontro seja representativo, é essencial que cada Estado faça seus encontros e plenárias. Queremos um Encontro que dê a marca da nossa força e nossa garra.

Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT
SNMP

4º Encontro Nacional de Mulheres

Local: Rio de Janeiro
Data: 28, 29 e 30 de maio

Na reunião da Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT, realizada em 31 de janeiro, no Rio de Janeiro, com a presença da Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT, responsável pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, o nosso 4º Encontro Nacional de Mulheres do PT será realizado no primeiro semestre. Afinal de contas é fundamental para enfrentar os desafios que temos pela frente.

Os temas do Encontro

Proposta de Pauta:

- 1- Gênero, raça, poder.
- 2- Políticas Públicas:
- Coordenadorias
- Conselhos
- Atuação parlamentar.
- 3- Constituição Partidária.
- Cotas: balanço e perspectivas;
- Regimento Interno/ Estatuto;
- Outras políticas de ação afirmativa;
- Organização das mulheres petistas;
- 4- Política de Comunicação.
- Revista;
- Boletins;
- Espaço na imprensa partidária e grande imprensa
- 5- Revisão Constitucional.
- 6- Aborto;
- 7- Políticas de população:
- Esterilização, controle de natalidade e planejamento familiar;
- 8- Violência e Direitos Humanos;
- 9- Agenda das Mulheres Petistas para 1993 e 1994.
- 10- Eleição da nova Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Esta é a proposta de pauta elaborada pela Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT, sua adequação e organização do tempo ainda será feita. Enfrentemos os desafios que temos pela frente.

PT Informa Mulheres

A Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT publicou um boletim informativo com o objetivo de auxiliar os Estados na organização das Secretarias de Mulheres. Divulgue o nosso PT Informa Mulheres para nos prepararmos para o Encontro Nacional de Mulheres do PT.

“**U**ma das características da organização social nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil foi a forte presença dos movimentos feministas e de mulheres. A construção do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, não foi diferente: a presença das mulheres era um dos eixos estruturantes deste que é, até hoje, o maior partido de esquerda do país e um dos maiores do mundo.

A *Coleção Nalu Faria* é um registro histórico imprescindível para relatar a convergência entre o feminismo e o PT. Que estes livros sejam inspiração e referência para a geração que chega.”

Cida Gonçalves
Ministra das Mulheres do Brasil



ISBN 978-85-8404-475-7



9 788584 044757